

## **A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas**

**Susana Arminda de Castro Pires**

*Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de  
Educação de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em  
Educação Social*

Orientado por:

**Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus**

**Bragança**

**2011**

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a ajuda de algumas pessoas a que não posso deixar de agradecer.

Começo por agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus pela sua disponibilidade. O seu papel foi central para me guiar ao longo de todo o trabalho.

Agradeço também à Dr.<sup>a</sup> Alexandra Galvão, orientadora na instituição e à minha supervisora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Telma Queirós.

Deixo também uma palavra de carinho e de amizade a toda a equipa técnica, educativa e pessoal auxiliar que, durante o período de estágio, me acolheram como mais um elemento da família. Um agradecimento especial às sete jovens que participaram no estudo empírico.

Por fim, agradeço à minha família e namorado, pelo suporte e apoio constantes.

## Índice geral

	Pág.
Agradecimentos.....	i
Índice geral.....	ii
Índice de figuras.....	iv
Índice de gráficos.....	v
Índice de tabelas.....	vi
Siglas.....	vii
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
Capítulo I.....	1
1. Introdução.....	1
2. Formulação do problema.....	2
3. Análise contextual.....	3
Capítulo II. Enquadramento teórico.....	5
1. A institucionalização.....	5
1.1. O conceito de institucionalização: o antes e o agora.....	5
1.2. Enquadramento político-social da legislação sobre a protecção de crianças e jovens em perigo.....	7
1.3. Caracterização e dinâmicas de funcionamento das instituições.....	12
1.3.1. Unidade de emergência.....	12
1.3.2. Centro de Acolhimento Temporário.....	13
1.3.3. Lar de Infância e Juventude.....	13
1.4. Motivos de institucionalização.....	15
1.5. Processo de institucionalização.....	16
1.5.1. Admissão e acolhimento da criança e do jovem na instituição.....	18
1.5.2. Avaliação Diagnóstica.....	18
1.5.3. Plano Sócio-Educativo Individual.....	18
1.5.4. Organização e gestão das actividades — projecto educativo.....	19
1.5.5. Cuidados Especiais.....	19
1.5.6. Nutrição e alimentação.....	19
2. A promoção da autonomia na adolescência.....	19

2.1. A vinculação.....	19
2.1.1. A vinculação na adolescência.....	23
2.2. O processo de autonomia e a adolescência .....	23
2.2.1. O conceito de autonomia e as suas abordagens teóricas .....	24
2.2.2. A autonomia na adolescência .....	26
2.3. A promoção da autonomia em jovens institucionalizados.....	29
2.4. Impactos na vinculação, no desenvolvimento e na autonomia dos jovens institucionalizados .....	33
Capítulo III. Metodologia.....	40
1. Opções metodológicas .....	40
2. Caracterização das participantes do estudo .....	43
Capítulo IV. Análise e apresentação dos resultados .....	47
1. Introdução .....	47
2. Planificação, análise e discussão das actividades realizadas .....	47
2.1. Acompanhamento no estudo .....	48
2.2. Alimentação .....	49
2.3. Comportamentos pessoais e sociais .....	52
2.4. Gestão doméstica .....	55
2.5. Inserção na vida activa .....	57
2.6. Avaliação das actividades realizadas pelas jovens.....	60
3. Análise das entrevistas semi-estruturadas.....	67
Considerações finais.....	74
Referências bibliográficas .....	76
Anexo I. Organigrama da instituição .....	82
Anexo II. Guião de entrevista às jovens.....	83
Anexo III. Guião de entrevista aos técnicos.....	84
Anexo IV. Consentimento para a investigação .....	85
Anexo V. Grelha de análise das entrevistas às jovens .....	86
Anexo VI. Grelha de análise das entrevistas aos técnicos .....	91
Anexo VII. Planificação das actividades realizadas e respectivas grelhas de observação directa .....	97
Anexo VIII. Inquérito por questionário às jovens.....	103

## Índice de figuras

Pág.

Figura 1. Modelo piramidal do sistema de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo.....	10
Figura 2. Esquematização das respostas sociais para a institucionalização de crianças e jovens em perigo.....	14
Figura 3. Funcionamento do sistema de acolhimento nacional .....	17
Figura 4. Modelo proposto por Steinberg (1983).....	22
Figura 5. Teoria da Ecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner).....	25
Figura 6. Pirâmide das necessidades de Maslow .....	30
Figura 7. Efeito indirecto do meio de vida institucional nos problemas de comportamento, através da insegurança/incoerência da representação de vinculação .....	34
Figura 8. Principais constrangimentos do sistema de acolhimento.....	36

## Índice de gráficos

Pág.

Gráfico 1. As actividades foram organizadas convenientemente .....	60
Gráfico 2. A actividade despertou interesse .....	61
Gráfico 3. A actividade foi motivante .....	62
Gráfico 4. Actividade identificada como sendo a mais útil .....	62
Gráfico 5. Actividade identificada como sendo a menos útil .....	63
Gráfico 6. Actividades que as jovens mais gostaram.....	63
Gráfico 7. O porquê de gostar da actividade identificada .....	63
Gráfico 8. Quais as tuas expectativas antes da realização desta actividade? .....	64
Gráfico 9. Motivação antes da realização da actividade .....	65
Gráfico 10. Motivação durante da realização da actividade .....	65
Gráfico 11. Participação na actividade.....	66
Gráfico 12. Sugestões de novas actividades com vista ao desenvolvimento da autonomia .....	66

## Índice de tabelas

Pág.

Tabela 1. Estádios de desenvolvimento do <i>ego</i> e relações interpessoais de Loevinger (1976).....	28
Tabela 2. Naturalidade, escolaridade das jovens e concelho onde residiam antes das jovens em estudo serem institucionalizadas .....	43
Tabela 3. Idade das jovens da 1. <sup>a</sup> institucionalização, ordem e localização das instituições .....	44
Tabela 4. Duração aproximada do acolhimento nas instituições .....	44
Tabela 5. Caracterização do agregado familiar .....	45
Tabela 6. Itens considerados na actividade: “Preparação para testes escritos” .....	48
Tabela 7. Itens considerados na actividade: “Realização dos trabalhos para casa” .....	49
Tabela 8. Itens considerados na actividade: “Como comer correctamente” .....	50
Tabela 9. Itens considerados na actividade: “Confecção das refeições” .....	51
Tabela 10. Itens considerados na actividade: “Ir ao supermercado” .....	52
Tabela 11. Itens considerados na actividade: “Higiene pessoal” .....	53
Tabela 12. Itens considerados na actividade: “Sexualidade e métodos contraceptivos” .....	54
Tabela 13. Itens considerados na actividade: “Não ao álcool, drogas e tabaco” .....	55
Tabela 14. Itens considerados nas actividades: “Gestão do orçamento familiar” e “Gestão de recursos financeiros” .....	56
Tabela 15. Itens considerados na actividade: “Passar a ferro” .....	57
Tabela 16. Itens considerados na actividade: “Imaginar o futuro” .....	58
Tabela 17. Itens considerados na actividade: “Simulação de técnicas de procura de emprego” .....	60

## **Siglas**

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ - Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

CV - Curriculum Vitae

DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças

ISS - Instituto de Segurança Social

MP- Ministério Público

ONU- Organização das Nações Unidas

PII - Plano de Intervenção Imediata

PSEI - Plano Sócio-Educativo Individual

TPC – Trabalhos Para Casa

## Resumo

Os Lares de Infância e Juventude enfrentam actualmente um enorme desafio no desenvolvimento de competências com vista à autonomização futura dos jovens que acolhem, na medida em que a intervenção ainda não está direccionada nesse sentido.

Com vista a desenvolver competências de autonomia aplicou-se um plano de actividades em sete jovens institucionalizadas dos 14 aos 17 anos de uma instituição particular de solidariedade social do planalto mirandês.

Os resultados destas actividades, tanto pelo comportamento demonstrado pelas jovens como pelas diversas conversas informais, foram registados recorrendo a grelhas de observação directa. Foram também realizados inquéritos por questionário, de forma a recolher a opinião das jovens sobre as actividades desenvolvidas.

Simultaneamente, debruçamo-nos sobre a problemática *Poderá uma instituição criar condições que levem jovens institucionalizadas a adquirir competências que lhes permitam a autonomia e a inclusão na vida activa?* De forma a responder a esta questão recorreu-se a uma metodologia qualitativa, que envolveu onze entrevistas semi-estruturadas, sete às jovens institucionalizadas e quatro aos técnicos da instituição que foram dissecadas através da análise de conteúdo.

Os resultados decorrentes dessa análise sugerem que o desenvolvimento de competências de autonomia deverá ser efectuado precoce e individualmente aquando da entrada da jovem na instituição, apostando na criação de laços de afectividade e de confiança e sobretudo, transmitindo à jovem competências fundamentais para a sua vida futura. Contudo, os técnicos denunciam as muitas dificuldades em promover essas competências nas jovens acolhidas, o que sugere que as estratégias a desenvolver pelas instituições têm ainda de evoluir de forma a responderem mais assertivamente aos problemas das jovens.

## Abstract

Nowadays child care institutions face an enormous challenge in the development of skills in order to empower young people for their future autonomy, to the extent that the intervention is still not directed to that end.

In order to develop skills of autonomy an activity plan was applied to seven institutionalized young girls ranging from 14 to 17 years of age from a private institution of social solidarity of the *mirandês* locality.

The results of these activities, characterized by the behavior demonstrated by the young girls as by the diverse informal conversations, were recorded using direct observation grids. Questionnaire surveys were conducted in order to collect the perceptions of the young girls about the developed activities.

Simultaneously, looking at the problem *May an institution create conditions that lead young people in institutions to acquire skills of independence and inclusion in working life?* In order to answer this question, qualitative methodology was used that involved eleven semi-structured interviews, seven to the young girls involved and four to the technicians working at the institution, that have been dissected by analysis of content.

The results arising from this analysis suggest that the development of independent skills should start early and individually when the child enters the institution, focusing on the creation of ties of affection and trust, teaching essential skills to the future life. However, the technicians highlighted lots of difficulties promoting those skills within the young, which suggests that strategies used by the institutions have yet to change to respond more assertively to the problems of youth.

## Capítulo I

### 1. Introdução

A investigação para a elaboração do relatório de estágio no âmbito do mestrado em Educação Social, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, foi realizada numa instituição particular de solidariedade social, valência Lar de Infância e Juventude, sediada no concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança, onde residem, actualmente, duas crianças e sete jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 anos e os 17 anos.

A escolha do tema *A promoção da autonomia em jovens institucionalizados* teve, sobretudo, a ver com a possibilidade de desenvolver a temática, numa perspectiva de educação social. Existem exemplos de jovens institucionalizados/as sem terem projecto de vida definido na instituição, com vista à sua autonomização, nomeadamente ao nível da aquisição de competências pessoais e sociais para que após a sua desinstitucionalização possam viver de forma independente. A corroborar esta ideia, Alves (2007) refere que a definição atempada dos projectos de vida das crianças é deficitária, traduzindo-se num constante *adiamento sucessivo das diligências necessárias para o encaminhamento imediato da criança para o projecto mais adequado* (p.85). O apoio para a autonomia de vida não é a primeira opção definida da institucionalização em termos de projectos de vida para os jovens. Assim, torna-se importante desenvolver condições para implementar essa autonomia, pois verifica-se que a população institucionalizada é composta por adolescentes que apresentam poucas hipóteses de voltarem à família de origem.

Face ao exposto, é objectivo deste trabalho permitir que as sete jovens adolescentes que residem no Lar mencionado adquiram competências com vista ao desenvolvimento da sua autonomia. Nesse sentido foram realizadas actividades para promover a aquisição de competências em diversas áreas consideradas fundamentais para prepará-las para o futuro, desde o acompanhamento no estudo, à gestão doméstica, à inserção na vida activa e como fazer uma alimentação equilibrada.

Tendo em conta a pertinência do tema, os objectivos e o problema enunciado, no capítulo II será apresentado o enquadramento teórico que dará consistência teórica ao trabalho desenvolvido. No capítulo III será exposta a metodologia aplicada e caracterizadas as participantes do estudo. No capítulo IV proceder-se-á à apresentação e discussão dos resultados, referentes aos testemunhos das participantes do estudo e técnicos que as

acompanham, bem como aos resultados da aplicação das actividades com vista a alcançar os objectivos definidos. Por fim, serão expostas as conclusões deste trabalho.

## **2. Formulação do problema**

É sublinhado por Barth *et al.* (2009) que a institucionalização está associada frequentemente a problemas familiares de várias ordens. Vítimas da desestruturação do seio familiar, os jovens vivem uma vida marcada pela instabilidade e pela inconstância. É frequente serem obrigados a trocar de escola, o que contribui para o insucesso escolar. São também mais prováveis problemas de disciplina e mau comportamento, decorrentes dos maus exemplos do ambiente que os rodeia. Após a saída da instituição, são estes jovens os mais propensos ao desemprego, à paternidade precoce e à precariedade económica.

Face à realidade enunciada, foi estabelecido o seguinte problema: *Poderá uma instituição criar condições que levem jovens institucionalizadas a adquirir competências que lhes permitam a autonomia e a inclusão na vida activa?*

Deste problema surgem algumas questões para as quais se pretende obter respostas, nomeadamente:

- *Estará a institucionalização das jovens relacionada com problemas de ordem familiar?*
- *Em que medida as jovens aceitam a sua institucionalização?*
- *Que estratégias são adoptadas pela instituição no sentido de desenvolver a autonomia das jovens?*
- *Será que a instituição se depara com obstáculos para incrementar esta autonomia?*

Partindo do problema e das questões enunciadas definiram-se, para este estudo, os seguintes objectivos:

- Conhecer o percurso de institucionalização das jovens acolhidas na Casa da Criança Mirandesa;
- Verificar as dificuldades que a Casa da Criança Mirandesa encontra para promover a autonomia das jovens e a sua inserção na vida activa.

De forma a poder responder a estas questões e aos objectivos formulados, os depoimentos da equipa técnica, bem como das participantes deste estudo serão cruciais para entender a importância de promover a autonomia em jovens institucionalizadas.

### 3. Análise contextual

O contexto de estágio realizou-se na valência social - Lar de Infância e Juventude, de uma instituição particular de solidariedade social, fundada em 1953, localizada na vila de Sendim, concelho de Miranda do Douro. Actualmente, esta instituição é uma entidade de grande importância na freguesia de Sendim, quer pelos serviços que disponibiliza, quer pelo emprego que cria, uma vez que esta freguesia é caracterizada pelo envelhecimento da sua população. Nesta localidade, a principal dificuldade que os jovens enfrentam prende-se com a distância aos grandes centros urbanos e com a consequente dificuldade de integração no mercado de trabalho, a fim de poderem exercer profissões para as quais não há oferta local. Contudo, os jovens podem usufruir de uma qualidade de vida caracterizada pela proximidade do campo e pelas actividades ao ar livre, dispondo igualmente de acesso à internet.

Esta instituição iniciou a sua actividade com a valência de Lar de Infância e Juventude destinada ao sexo feminino. Em 1988 passou a exercer actividades de Centro de Dia e Apoio Domiciliário tendo sido construído um edifício próprio<sup>1</sup> para estas valências. Posteriormente, impulsionada pela situação de isolamento e solidão de um grande número de idosos, verificada no concelho de Miranda do Douro, em 2003, surge a valência de Lar de Idosos, com 25 utentes. Em 2009 é criada a valência de Creche, dando a apoio a 12 crianças até aos 3 anos e, actualmente, é frequentada por 26 crianças. A instituição dispõe ainda de actividades de tempos livres para crianças, após horário escolar. Estas actividades permitiram disponibilizar um serviço de apoio ao estudo para os alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e é acompanhado por dois professores.

A organização da instituição segue um modelo tradicional encabeçado por uma direcção que é apoiada directamente por três áreas: conselho consultivo, fiscal e um director técnico.

Na instituição trabalham trinta e três colaboradores nas cinco valências: Lar de Infância e Juventude; Creche; Lar de Idosos; Centro de Dia e Apoio Domiciliário, contando com serviços externos de contabilidade e médicos, conforme organigrama (anexo I). A instituição dispõe de acordos de Cooperação com a Segurança Social para todas respostas sociais e é membro da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

As instalações do edifício da valência - Lar de Infância e Juventude, onde se realizou o estágio, são antigas e têm vindo a sofrer remodelações com vista a acomodar os clientes. Na

---

<sup>1</sup>Caracterização da Casa da Criança Mirandesa: <http://casacrianca.net/default.asp?page=historia&flash=true>

parte exterior a estas instalações existe um parque infantil, um campo para actividades desportivas e uma horta/jardim, onde são cultivadas pequenas culturas hortícolas.

Nesta valência residem nove clientes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos. É dirigida por um director técnico com formação superior em acção social. No âmbito do Plano Dom trabalham três técnicas nas áreas de educação social, psicologia e serviço social. O tempo de serviço destes técnicos varia entre os sete meses e os sete anos. Nesta valência também colaboram duas religiosas na equipa educativa e uma auxiliar de serviços gerais.

## Capítulo II. Enquadramento teórico

### 1. A institucionalização

#### 1.1. O conceito de institucionalização: o antes e o agora

A institucionalização de crianças e jovens tem uma longa tradição nas sociedades ocidentais. Num sentido lato, Alberto (2003) considera que a institucionalização tem como objectivo primordial proteger a criança ou o jovem das condições desfavoráveis de que é alvo no seu ambiente familiar e fomentar o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Alves (2007) salienta que é atribuída às instituições a responsabilização da prestação de cuidados de saúde e de alimentação, de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e afectivo e o equilíbrio emocional destas crianças e jovens. Por sua vez, essas também são responsáveis pelas actividades educativas e escolares que são geralmente destinadas aos progenitores, sendo que estes cuidados deverão ser prestados *tendo em conta a idade da criança e do jovem, o seu género, origens sociais, percursos de vida e características individuais de personalidade* (p.66). Porém, no entender de Martins (2004) a institucionalização deve ser entendida *não apenas como o suprimento estrito de uma falha ao nível do contexto parental, mas cada vez mais se percebe enquanto oportunidade de ganhos efectivos, tanto para a criança como para a família* (p. 332).

Para Alberto (2003) a institucionalização de crianças e adolescentes faz lembrar *pássaros* e as instituições *imagens de gaiolas*, em que

*cada instituição é uma casa de 'faz-de-conta', é uma família de 'faz-de-conta', para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa 'de verdade', com uma família 'de verdade', como têm os outros meninos e meninas.* (Alberto, 2003, p.242).

Esta institucionalização de crianças e jovens ajusta-se ao conceito de *instituições totais*, referido por Alves (2007), em que os indivíduos encontram-se *separados de uma sociedade mais ampla, em regime fechado* (p. 63).

Quintãs (2009) acrescenta que estes indivíduos que permanecem nestas instituições têm um tratamento indiferenciado e, por conseguinte, entram em ruptura com a sociedade exterior, convivendo com um grupo de sujeitos na mesma situação, tendo que cumprir horários rígidos e um conjunto de regras onde são fiscalizados pelos agentes institucionais para o seu cumprimento. Alves (2007) distingue cinco grupos de instituições totais: *instituições* que albergam indivíduos *inofensivos e incapazes* como os sem-abrigo, os idosos, os deficientes e os órfãos; *Instituições* que cuidavam de indivíduos que são incapazes de tratarem de si

próprios, mas que poderão constituir uma ameaça não intencional à sociedade, nomeadamente os doentes infecto-contagiosos e doentes mentais; *Instituições* que apoiavam a sociedade *contra agressores intencionais*, principalmente nos estabelecimentos prisionais e campos de prisioneiros de guerra; *Instituições* que garantiam a realização adequada de tarefas de estudo ou de trabalho, tais como: colégios internos, colónias de férias e quartéis e *Instituições* que serviam de *refúgio a quem as procura quase sempre voluntariamente* (p.64), nomeadamente conventos, mosteiros e abadias.

Do ponto de vista de Alves (2007), esta categorização de instituições totais de Goffman encontra semelhanças com as organizações institucionais da sociedade portuguesa: os Lares de Infância e Juventude que abrigam *crianças e jovens abandonados*; centros educativos que admitem situações de *delinquência juvenil*; estabelecimentos prisionais que prendem e acolhem indivíduos que infringem a lei vigente; hospitais psiquiátricos que cuidam de *doentes mentais*; comunidades terapêuticas que cuidam de indivíduos com *comportamentos aditivos* (p.64).

No entender de Alves (2007), em Portugal, durante um período largo de anos, as instituições caracterizaram-se como instituições fechadas assumindo duas vertentes: os internatos, muitas vezes ligados à Igreja e às instituições de acolhimento de jovens. Os primeiros acolhiam a população estudantil rural de fracos recursos e em situações especiais em colégios militares. As segundas eram constituídas por crianças e jovens com comportamentos desviantes, sem funcionários capazes de assegurarem o seu correcto desenvolvimento, onde prevalecia o projecto colectivo em vez de um projecto individual. Retrata-se essa realidade desta forma:

*ainda há poucos anos, e salvo raras excepções, o panorama era desolador. Centros instalados em edifícios desadequados, velhos ou antiquados, que espelhavam o crónico desinvestimento do estado nesta área. Por outro lado, percebia-se nesses locais a sua história e evolução: ora a influência da Igreja (centros em antigos conventos, por exemplo), ora a organização asilar do Estado Novo (edifícios grandes, frios e de arquitectura prisional). A pobreza dos espaços físicos mantinha e agravava o grau de privação extrema a que estes jovens são sujeitos* (Strecht, 2003, p.100).

Alves (2007) sublinha que, actualmente, têm-se observado reajustamentos e melhorias no funcionamento e na missão destas instituições. O que era considerado objectivo destas instituições, no século passado, como a *protecção da sociedade de indivíduos menos desejáveis ou o amparo dos que não tinham ninguém que os apoiasse* (p. 64) é, hoje em dia, ultrapassado, na medida em que se aposta na integração dos indivíduos na sociedade, sustentando-se mais numa vertente educativa desses indivíduos acolhidos.

Por isso, verificou-se uma mudança do sistema de protecção de crianças e jovens, fundamentada num dos princípios definidos na Convenção dos Direitos da Criança, decretada em 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que qualquer decisão deverá salvaguardar o bem-estar da criança.

Alves (2007) destaca dois sistemas de acolhimento de crianças e jovens internacionais que são exemplo: o sistema de acolhimento britânico e o australiano. O primeiro é baseado no desenvolvimento das competências pessoais e sociais, tendo como prioridade a manutenção da criança no seu meio natural de vida, investindo na sua qualificação académica. Trata-se de uma *abordagem holística da criança* institucionalizada, de que é exemplo o programa *Quality Protects*, onde se destaca o seguinte objectivo: *garantir que os jovens que abandonem o sistema de acolhimento não fiquem isolados, promovendo a sua participação social e económica enquanto cidadãos* (p.99). Para implementar essas medidas o governo britânico através da medida *Care Standards Bill* (p.100) qualificou as equipas de apoio às instituições de acolhimento, através de meios para supervisionar continuamente o desempenho dos serviços sociais e apoiou mais os jovens em fase de autonomização. Acrescenta que o exemplo da Austrália, ficou conhecido por um sistema de acolhimento abrangido no próprio sistema de acolhimento familiar. O acolhimento nesse país é planeado no tempo e tem um período limitado de acolhimento. A criança ou o jovem que se encontra em perigo, devido à incapacidade dos pais exercerem as suas funções parentais, é acolhida numa família que melhor se ajuste às suas características. Assim, conclui que a institucionalização terá que ser a *última opção de intervenção social e judicial junto de crianças e jovens em perigo, aplicando-se exclusivamente quando não existem condições efectivas na família biológica, nuclear ou alargada, para que a criança aí permaneça em segurança* (p.65). Frisa, ainda, que esta resposta social deve ser evitada sempre que possível, por isso deverá ser *transitória* e não *definitiva para determinada criança que entra na instituição e só de lá sai quando atinge a maioridade* (p. 94), de modo a reintegrar a criança no seio familiar ou de acolhimento e só deverá ser solução quando não haja mais nenhuma forma de proteger a criança no seu núcleo familiar.

## **1.2. Enquadramento político-social da legislação sobre a protecção de crianças e jovens em perigo**

Os direitos das crianças e dos jovens estão decretados legalmente quer a nível internacional, quer a nível nacional. A nível internacional é exemplo a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 pela ONU, que no artigo 3.º indica que todas as

decisões que se tomem devem ter em conta o interesse superior da criança e o *Estado deve garantir à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer*. Mas no artigo 12.º reforça que

*os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade* (UNICEF, 2004, p.10).

De acordo com este documento, o Estado deve garantir protecção à criança e ao jovem privado do seu ambiente familiar e zelar para que esse possa beneficiar de cuidados alternativos adequados em instituições apropriadas. Estas medidas devem ter em conta a origem cultural da criança.

Como se observa no artigo 39.º da Convenção:

*Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si própria e a dignidade da criança* (UNICEF, 2004, p.25).

O apoio do Estado às crianças e jovens, em Portugal, está consagrado na Constituição da República Portuguesa no artigo 70.º: *os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais* (Assembleia da República, 2005, p.24), e no artigo 69.º:

*As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições* (Assembleia da República, 2005, p.24).

Alves (2007) sublinha que a intervenção em crianças e jovens em Portugal, durante séculos, foi regida pela proposta de Lei n.º 266/VII, de 17 de Abril de 1999, baseada num *modelo proteccionista* (p.68) em que o Estado era responsável por educar e tratar todas as crianças e jovens em risco, vítimas de agressões e com comportamentos anti-sociais ou criminosos. No entanto, verificou-se a inadequação desta proposta. Em 1996, constituiu-se uma *Comissão interministerial para o estudo da articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social* (p.68), iniciando-se uma grande reforma política e legislativa em Portugal na matéria da infância e juventude em risco, baseada na definição de estratégias e medidas para crianças e jovens que apresentem comportamentos de risco e envolvidos em factos penais ilícitos e em processos cíveis tutelares. Com esta Comissão iniciou-se a elaboração das propostas da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de

Setembro) e da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 Setembro). Na primeira, no entender de Alves (2007) a intervenção faz-se a cargo do sistema de justiça, onde o Estado tem como missão educar os jovens para o *direito, por forma a que interiorizem as normas e os valores jurídicos fundamentais à vida em sociedade* (p.70) e a segunda fica a cargo do sistema da solidariedade e segurança social.

Como este estudo se dedica a jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude, ter-se-á mais em conta a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo, que se passa a analisar.

A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, consagrou um novo modelo de protecção de crianças e jovens em risco que invoca a uma participação activa da comunidade, numa relação de parceria, com as entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos tribunais.

É de destacar que os tribunais só actuam quando a intervenção das comissões de protecção não têm consentimento dos pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem.

No artigo 3.º da actual legislação é legítima a intervenção quando o representante legal, os pais ou quem tenha a guarda dessa criança ou jovem, não tenha condições para assegurar a sua segurança, desenvolvimento, educação e saúde ou que se sejam indiferentes a comportamentos desviantes da criança ou jovem, não se opondo de forma a poder eliminá-los. Na referida legislação considera-se criança ou jovem em perigo quando esta ou este está exposto a situações de abandono, negligência, abuso sexual, maus-tratos físicos e psicológicos, situações de trabalho infantil, comportamentos de risco ou consumos que afectem a sua segurança, saúde e educação, o seu desenvolvimento e equilíbrio emocional, sem que os seus representantes legais se impugnam adequadamente a essa situação.

Segundo o Diário da República n.º 204 (1999) no artigo 4.º é referido que para que se faça uma intervenção eficaz é preciso ter em conta dez princípios orientadores: *Interesse superior da criança e do jovem*, deve-se respeitar os interesses e direitos da criança e do jovem; *Privacidade*, deve-se respeitar a intimidade e o direito à vida privada do jovem; *Intervenção precoce*, logo que a situação de perigo seja conhecida, a intervenção deverá ser logo realizada; *Intervenção mínima*, neste processo deverão participar as entidades e instituições indispensáveis à intervenção; *Proporcionalidade e actualidade*, a intervenção só pode ser efectuada na criança ou jovem e na sua família quando necessário e deverá ser adequada à situação de perigo; *Responsabilidade parental*, a família deverá ser responsável e deverá assumir os seus deveres enquanto pais ou representantes legais para com as crianças e os

jovens; *Prevalência da família*, é dada prioridade às medidas de integração da criança ou jovem na sua família, ou quando isto não é possível a sua adopção; *Obrigatoriedade da informação*, todos os envolvidos no processo de intervenção com a criança ou o jovem, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto deverão ser informados dos seus direitos e quais os motivos principais da intervenção; *Audição obrigatória e participação*, todos os envolvidos no processo de intervenção como a criança ou o jovem, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto deverão ser ouvidos e participar nos actos e na definição da medida de protecção; *Subsidiariedade*, a intervenção deverá ser realizada sucessivamente pelas entidades responsáveis a nível da infância e juventude, pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, por último, pelos tribunais (p. 6117).

Assim, de acordo com estes princípios orientadores, Alves (2007) refere que o sistema de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo é organizado num sistema piramidal, com vista à desjudicialização da intervenção, como se visualiza na figura 1.



Figura 1. Modelo piramidal do sistema de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo

Fonte: <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?07>

De acordo com o Diário da República n.º 204 (1999) no artigo 12.º e 15.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são *instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral* (p. 6118) e actuam na área do município onde têm sede. Alves (2007) acrescenta que essas são constituídas por um conjunto de entidades e elementos da sociedade civil onde se inserem, como: município; saúde; segurança social; educação; instituições particulares de solidariedade social; associações de pais; associações culturais, desportivas e juvenis e forças policiais.

A mesma lei estabelece que as Comissões funcionariam em *Comissão Alargada* ou em *Comissão Restrita*. No artigo 19.º é referido que a primeira é constituída por todos os membros que integram a CPCJ e *funciona em plenário ou por grupos de trabalho para assuntos específicos* (p. 6119) deve reunir no mínimo, de dois em dois meses. Tem como funções sensibilizar e informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem, prevenindo situações de perigo e colaborando com as entidades competentes no levantamento de carências. Já no artigo 22.º é referido que a *Comissão Restrita* deve reunir, no mínimo, de quinze em quinze dias e sempre que seja convocada pelo seu presidente. Para tal, o seu funcionamento é permanente e quando se observe uma situação de emergência. Esta Comissão intervém quando se verifiquem situações que coloquem em perigo uma criança ou jovem (p. 6120). Neste contexto, o papel do Ministério Público (MP) na promoção e protecção de crianças e jovens em perigo é proceder ao acompanhamento dos processos nas CPCJ e avaliar as deliberações realizadas por estas, bem como fazer a apreciação judicial.

De acordo com a Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro o artigo 35.º as medidas de promoção e protecção são: a) *Apoio junto dos pais*; b) *Apoio junto de outro familiar*; c) *Confiança a pessoa idónea*; d) *Apoio para a autonomia de vida*; e) *Acolhimento familiar* e f) *Acolhimento em instituição* (p. 6121).

Além do mencionado acresce a este mesmo artigo a g) da Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto que no artigo.º 35 que frisa que deve ser de *Confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção* (p. 5315). No ponto 3 do artigo.º 35 da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro são consideradas como medidas a realizar *no meio natural de vida* as apresentadas nas *alíneas a), b), c) e d) e as medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f)* (p. 6121). A medida da alínea g) da Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto é executada em *meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo* (p. 5315).

Conforme o artigo 38.º da Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto, *a aplicação das medidas de promoção e protecção é da competência exclusiva das CPCJ e dos tribunais*, a aplicação da *medida prevista na alínea g) é da competência exclusiva dos tribunais* (p. 5315).

Porém, pode-se identificar uma limitação relativamente à concretização dos objectivos das CPCJ's, que é terem que actuar com o consentimento dos pais como se denota no artigo 7.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro:

*A intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude é efectuada de modo consensual com os pais, representantes legais ou quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, consoante o caso, de acordo com os princípios e nos termos do presente diploma* (Diário da República,1999, p. 6118).

Tomás e Fonseca (2004) evidenciam que se os pais ou representantes legais não autorizarem a intervenção, ou se a própria criança com mais de 12 anos não consentir a intervenção, esta situação será da competência do tribunais. Assim, segundo Alves (2007) chegam aos tribunais mais casos do que seria viável, invertendo, na prática, o modelo piramidal apresentado anteriormente.

### **1.3. Caracterização e dinâmicas de funcionamento das instituições**

Segundo Alves (2007), em Portugal, podemos encontrar três tipos de respostas sociais de acolhimento destinadas a crianças e jovens em perigo e de acordo com as suas problemáticas, pode definir-se, a intervenção mais adequada. Assim, de acordo com o artigo 49.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro o acolhimento em instituições visa:

*a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Diário da República, 1999, p. 6123).*

O acolhimento em instituição poderá ser realizado por um período não superior a 6 meses, designado de curta duração, ou por um período superior a 6 meses, chamado acolhimento prolongado.

Vejamos os tipos de acolhimento existentes.

#### **1.3.1. Unidade de emergência**

No dizer de Alves (2007) a Unidade de emergência é uma resposta social que permite o acolhimento de emergência, por um período máximo de 48 horas, de uma criança ou jovem dos 0 aos 18 anos, que por uma situação grave não pode permanecer junto da família. Este tipo de acolhimento disponibiliza à criança ou ao jovem a satisfação das necessidades básicas. De acordo com a situação observada, a criança ou o jovem será encaminhado ou para a família ou para acolhimento institucional. A maior concentração desta resposta verifica-se nos distritos do Porto e de Lisboa, contando em 2005 com 145 camas.

De acordo com o Instituto de Segurança Social – ISS (2010) que edita o Plano Intervenção Imediata (PII) de 2009, no Acolhimento de Emergência existiam, maioritariamente, crianças e jovens no escalão etário dos 12 aos 17 anos.

### **1.3.2. Centro de Acolhimento Temporário**

O Centro de Acolhimento Temporário (CAT) é a resposta social de acolhimento para situações urgentes e temporárias, mas transitórias, de duração inferior a seis meses, desenvolvida em equipamento, para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, de ambos os sexos. De acordo com Fernandes e Silva (1996a) os principais objectivos desta resposta social são: proporcionar alojamento temporário; assegurar a satisfação das suas necessidades básicas, mas também possibilitar apoio sócio-educativo de acordo com a sua idade e as suas características; garantir a intervenção junto da família de origem; elaborar o diagnóstico individual de cada um (a) e definir projectos de vida mais adequados, de forma a possibilitar a inserção no seio familiar e social ou um encaminhamento mais adequado.

Segundo os dados do PII de 2009 do Instituto de Segurança Social (2010) os CAT acolhiam, na maioria, crianças desde a primeira infância até aos 11 anos.

### **1.3.3. Lar de Infância e Juventude**

Segundo Fernandes e Silva (1996b) o Lar de Infância e Juventude é uma resposta social de acolhimento, desenvolvida em equipamento, para crianças e jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, em ambos os sexos, de duração superior a 6 meses. Os objectivos desta resposta social são assegurar alojamento; satisfazer as necessidades básicas, fornecendo condições o tão aproximadas quanto possível a uma estrutura familiar, mas também fornecer meios que contribuam para o seu desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social em cooperação com a comunidade, escola e família.

Fernandes e Silva (1996b) acrescentam que o Lar de Infância e Juventude, em articulação com as entidades competentes no âmbito da infância e juventude e CPCJ, deverão ter como finalidades a reintegração da criança ou do jovem na sua família ou na comunidade de origem, no mais breve curto prazo de tempo, ou quando isto não for possível incrementar o acolhimento familiar ou a gradual autonomização do jovem. Desta forma, para evitar a ruptura com os laços familiares e a comunidade de origem, as crianças e os jovens deverão ser acolhidos em lares que se localizem próximo do seu local de residência: *a admissão neste tipo de resposta deve ser objecto de cuidadosa ponderação, procurando-se sempre que o encaminhamento seja o mais consentâneo com a origem, natureza e aspirações da criança* (p.5).

De acordo com os dados do PII de 2009 do Instituto de Segurança Social (2010), nos Lares de Infância e Juventude eram acolhidos cerca de 67% adolescentes e jovens adultos com mais de 12 anos de idade, verificando-se uma prevalência no acolhimento prolongado.

No entanto, observa-se que os rapazes são menos acolhidos, predominando mais nas respostas sociais de acolhimento transitório, como em CAT e em Unidades de emergência ou Casas de acolhimento de emergência.

Na figura 2 observa-se a distribuição em rede do sistema nacional de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situações de perigo. Segundo o Instituto para o Desenvolvimento Social (2000), este sistema divide-se em três níveis distintos já enunciados, conforme as problemáticas: o acolhimento de emergência designado por Unidades de emergência; o acolhimento temporário que consiste no acolhimento de duração inferior a seis meses, em que se afasta temporariamente a criança ou o jovem do seu meio familiar para se acolher numa Casa de Acolhimento Temporário ou Família de Acolhimento. Por fim, o acolhimento prolongado acontece quando se verificam situações de perigo para a criança ou jovem no seu seio familiar e esta será institucionalizada num Lar de Infância e Juventude ou adoptada. No entanto, mediante um diagnóstico técnico favorável a criança ou jovem poderá regressar para a sua família biológica.

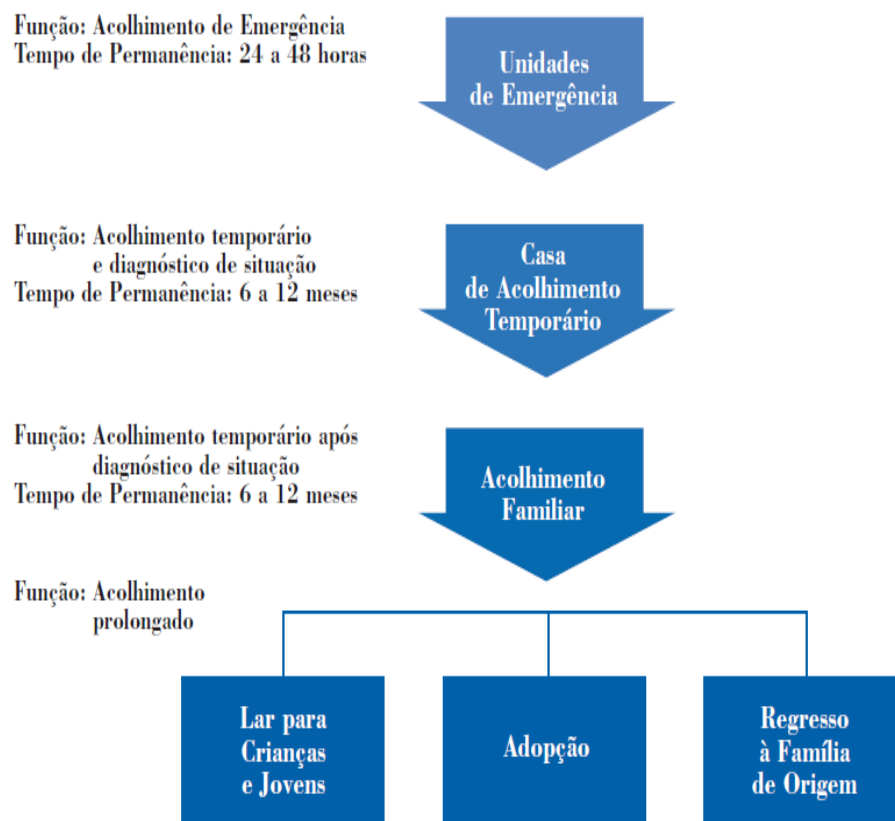


Figura 2. Esquemática das respostas sociais para a institucionalização de crianças e jovens em perigo  
Fonte: Instituto para o desenvolvimento Social (2000, p. 15)

#### **1.4. Motivos de institucionalização**

Durante décadas, o acolhimento foi dirigido a crianças e a jovens que careciam de protecção familiar e social. Actualmente verifica-se um conjunto de problemáticas sociais e familiares que, antigamente, não se observava, como a existência de agregados familiares desestruturados, associados ao alcoolismo, ao tráfico e ao consumo de estupefacientes e toxicodependência, à violência doméstica, à delinquência, ao crime e ao abuso sexual.

Todavia, Alves (2007) alerta para a prevalência dos problemas de comportamento das crianças e jovens acolhidos que constituiu uma séria preocupação na sua institucionalização.

Por sua vez, o Instituto de Segurança Social (2010) explica que estas crianças e jovens como foram expostos a situações de maus tratos psicológicos e físicos manifestam de forma agressiva e através de comportamentos anti-sociais o seu mal-estar. O Plano de Intervenção Imediata (PII) de 2009 do Instituto de Segurança Social (2010) demonstra, claramente, um elevado número dos problemas de comportamento das crianças e jovens institucionalizadas, observados a partir dos 6 aos 9 anos, denotando-se uma expressão bastante significativa no escalão etário dos 15 aos 17 anos. Estes dados revelam uma mudança significativa no perfil das crianças e jovens acolhidas.

Contudo, também se observam características particulares nestas crianças e jovens acolhidos como problemas de saúde mental, de debilidade e deficiência mental e deficiência física. A toxicodependência é identificada em 74 jovens, nomeadamente entre os 15 e os 17 anos. Os problemas de saúde mental e de deficiência física são manifestados nos escalões etários dos 12 aos 17 anos de idade.

Em jeito de conclusão, pode referir-se que a maioria das crianças e jovens institucionalizadas é adolescente e está acolhida maioritariamente em Lares de Infância e Juventude, com problemas graves de comportamento, muitas vezes relacionados com patologias de saúde mental. Devido a estas problemáticas complexas torna-se urgente qualificar e reformular o sistema nacional de promoção e protecção para crianças e jovens, de forma a poder responder eficazmente às necessidades destas.

## **1.5. Processo de institucionalização**

De acordo com o Instituto para o Desenvolvimento Social (2000), antes de a criança ser institucionalizada num Lar de Infância e Juventude, devem ter-se em conta critérios para a admissão na instituição, como o sexo da criança; o tipo de problemática que apresenta; a inexistência de deficiências graves ou mesmo a existência de vagas na instituição; a vivência de familiares na instituição; o escalão etário e a residência da criança onde o Lar se situa.

O processo de institucionalização inicia-se quando se identifica uma criança ou jovem em perigo na sua família. A principal medida a ter em conta é elaborar um diagnóstico inicial para averiguar a gravidade do mesmo, assim avalia-se a necessidade de retirada da criança. Se a intervenção dos técnicos junto à família minorar a situação de perigo na criança, esta não é institucionalizada. Porém, se a intervenção não obtiver resultados e se considerar que existe perigo eminente e risco para a vida da criança, esta é encaminhada para uma Unidade de emergência. Se não houver condições suficientes para a permanência da criança na família, procede-se à institucionalização num CAT. É de salientar que para que haja a institucionalização de uma criança ou jovem é necessário existir, obrigatoriamente, a aplicação da medida de promoção e protecção pela equipa técnica da CPCJ ou do tribunal, consoante o caso.

Se depois de uma análise mais aprofundada da situação no CAT, se verificar que existem condições de segurança para que a criança possa regressar à família, ambas serão alvo de acompanhamento. Contudo, se a reunificação familiar não for possível e se o perigo continuar, a criança é encaminhada para um acolhimento prolongado num Lar de Infância e Juventude, onde a família e a criança serão alvo de avaliação contínua, de forma a possibilitar a reunificação familiar. Caso não seja possível a reintegração da criança na família, nem a institucionalização, Alves (2007) defende a adopção e a integração da criança no seio da sua família alargada ou se for um jovem deve-se apoiar a autonomização da sua vida, como se observa na figura 3.

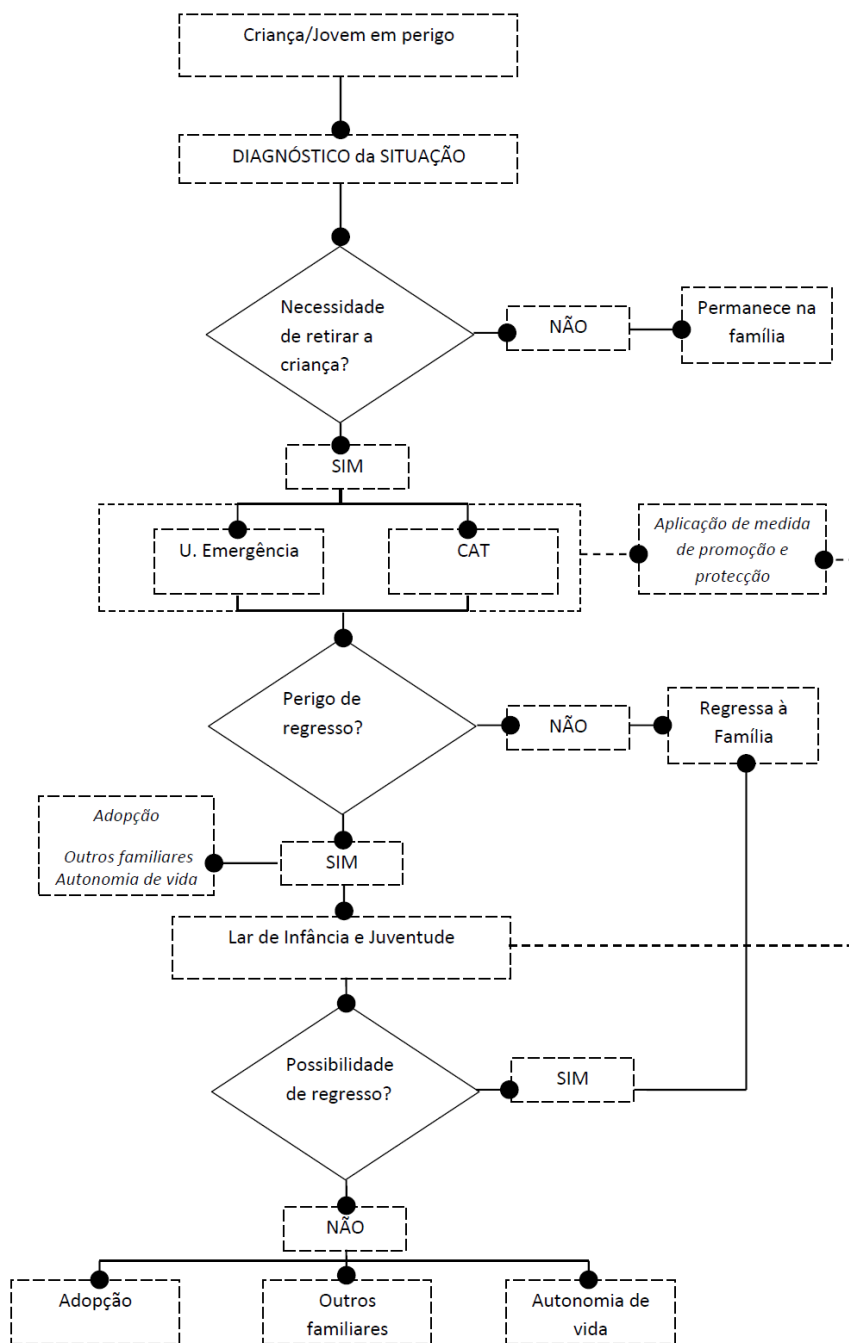


Figura 3. Funcionamento do sistema de acolhimento nacional  
 Fonte: Alves (2007, p.80)

O Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude do Instituto de Segurança Social (ISS, 2009) é um guia para o desenvolvimento das melhores práticas organizacionais e profissionais.

Segundo Vilares (2009) são identificados seis processos - chave para o processo de institucionalização como: *Admissão/Acolhimento*; *Avaliação Diagnóstica*; *Plano Sócio-*

*Educativo Individual; Organização e Gestão das Actividades - Projecto Educativo; Cuidados Especiais e Nutrição e Alimentação* (pp.11-12).

A seguir passar-se-á a caracterizar cada um dos seis processos.

### **1.5.1. Admissão e acolhimento da criança e do jovem na instituição**

Vilares (2009) refere que após a admissão da criança e do jovem na instituição é aberto um processo individual que contém uma listagem dos contactos da criança ou jovem, tais como os contactos dos seus familiares, de pessoas significativas, de profissionais e instituições envolvidas no processo de institucionalização, bem como o seu Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) e o seu Plano Cooperado de Intervenção.

O acolhimento é programado logo após a chegada da criança ou do jovem à instituição, onde lhe é destinado um gestor de caso. Dá-se a conhecer o modo de funcionamento da instituição e as suas regras, os espaços colectivos e de trabalho, o pessoal técnico e educativo, os seus pares e o seu espaço próprio.

### **1.5.2. Avaliação diagnóstica**

Vilares (2009) destaca que quando a criança ou o jovem é acolhida na instituição, a equipa técnica deve proceder ao levantamento e à avaliação da situação da criança e do jovem, nomeadamente aferir o seu estado de saúde, o seu desenvolvimento, o contexto familiar onde está inserida e a situação escolar.

### **1.5.3. Plano Sócio-Educativo Individual**

O PSEI, segundo Vilares (2009) é efectuado logo quando a criança ou o jovem é admitido. Este plano elabora-se com base na avaliação diagnóstica das necessidades e nas expectativas da criança/jovem, no período máximo de 30 dias e deverá incluir os dados de identificação da criança ou do jovem e os cuidados de saúde a assegurar pelos colaboradores do Lar ou pelas entidades externas. Deverá, também, identificar estratégias, os recursos e as actividades a seguir pelos intervenientes na implementação do PSEI, como a criança/jovem, a família, os colaboradores e as instituições parceiras. É necessário que este plano inclua as acções a implementar, os seus riscos, bem como os prazos para a implementação dessas acções previstas, os critérios de avaliação e a periodicidade da avaliação e revisão do PSEI.

#### **1.5.4. Organização e gestão das actividades — projecto educativo**

Conforme o modelo de avaliação da qualidade – Lar de Infância e Juventude elaborado pelo ISS (2009), anualmente, deverá ser elaborado um plano de actividades ou projecto educativo destinado a cada criança/jovem ou grupo de crianças/jovens, tendo em conta a *avaliação das necessidades e expectativas das crianças e jovens, o Plano de Actividades da Organização, os Planos Sócio-Educativos Individuais, os recursos existentes na comunidade* (p.35) e disponibilizados pelos parceiros. Este projecto deverá incluir os resultados das avaliações das actividades realizadas em períodos anteriores.

#### **1.5.5. Cuidados especiais**

Neste processo, no entender de Vilares (2009) determinam-se as regras para os cuidados de saúde e de higiene, bem como a alimentação e os momentos de descanso, de lazer e de isolamento voluntário das crianças e dos jovens acolhidos no Lar.

#### **1.5.6. Nutrição e alimentação**

No ponto de vista de Vilares (2009) estabelecem-se as normas para a elaboração de ementas, preparação, confecção e distribuição das refeições de acordo com as necessidades da criança ou do jovem, assegurando uma alimentação equilibrada com base nas boas práticas de higiene e segurança alimentar.

### **2. A promoção da autonomia na adolescência**

#### **2.1. A vinculação**

No ponto de vista de Sampaio (2006) as teorias de Bowlby e de Ainsworth permitem-nos compreender o processo e os mecanismos de vinculação na infância e na juventude. Estas teorias também se relacionam com abordagens teóricas da sociologia, da biologia e da psicologia e constituem a explicação para o comportamento e desenvolvimento humano. Desta forma, a vinculação estabelece-se através de uma forte e duradoura ligação emocional persistente no tempo e no espaço entre a criança e a figura de vinculação. Defende, ainda, que a qualidade das experiências de vinculação precoces, durante a infância e mesmo na adolescência, influenciam directamente a capacidade que a criança tem de construir laços afectivos na vida.

Segundo Ribeiro (2003) a teoria da vinculação explica o porquê da *relevância das relações precoces para o desenvolvimento posterior da criança* (p.14). No entender de Pinhel *et al.*

(2009) esta é fundamental para a saúde mental da criança, já que encontra as suas bases *na qualidade dos cuidados parentais recebidos nos primeiros anos de vida* (p. 509), sendo estes primordiais para o desenvolvimento futuro. Esta teoria faz realçar uma relação pai-filho, rica em afectos, dando importância à sintonia entre pais e filhos, principalmente nos primeiros meses de vida, respondendo às necessidades, quer fisiológicas, quer de comunicação e afecto. Só uma relação com estas características promove uma vinculação segura e, portanto, um desenvolvimento saudável, sendo definida como um sistema de comportamentos inatos de aproximação da criança à figura cuidadora, adquirindo assim a protecção que precisa.

No entanto, Sampaio (2006) refere que mesmo que seja identificada um tipo de vinculação que não seja a vinculação segura, esta continua a ser possível, pois a *mudança, mais bem conseguida em idades precoces, permanece possível ao longo de todo o desenvolvimento* (p.63).

Desde que nasce, a criança manifesta um apego ao progenitor e este, por sua vez, retribui. À medida que a criança cresce são variados os comportamentos que confirmam uma proximidade que é única: quando a criança sorri ao ver os pais, quando a criança começa a falar e diz a palavra “papá” ou “mamã”, quando a criança começa a andar e ao sentir qualquer tipo de ameaça volta imediatamente para os braços do pai ou da mãe. Da mesma forma, os pais sentem gratificação quando o seu filho está bem e partilham essas emoções positivas com a criança. A relação criada entre os dois é de segurança e confiança. Sampaio (2006) reforça que as investigações de Mary Ainsworth sustentam a noção que os pais representam segurança para os filhos e que estes, tendo o seu pai por perto, explorarão o mundo com maior confiança. Assim, no ponto de vista de Pinhel *et al.* (2009) o fim primordial da vinculação é *conduzir a criança para situações seguras, construindo a própria criança segurança interna, à medida que o desenvolvimento cognitivo e emocional vai diminuindo a necessidade da proximidade física* (p. 510).

Sampaio (2006) mostra a importância do método denominado “Situação Estranha” aplicado em 1960 por Ainsworth para estudar relações de apego entre a criança e o seu cuidador. Este método transformou-se num grande método de investigação para avaliar a qualidade da vinculação da criança para com os seus cuidadores. Neste método, a criança é observada durante vinte minutos, durante os quais pessoas estranhas e o cuidador entram e saem da sala, recriando situações idênticas às experimentadas pelas crianças ao longo da vida. Com base no observado, Sampaio (2006) refere que a criança é categorizada em quatro grupos de vinculação: *segura, insegura-evitante, insegura-resistente e desorganizada/desorientada* (p.62). Na vinculação segura, a criança explora livremente a sala

estando presente o cuidador, entrando em contacto, inclusive, com estranhos. Quando o cuidador sai da sala, a confiança diminui e a ansiedade aumenta. Desta forma, neste tipo de vinculação manifesta-se *a utilização activa e a confiança da criança na figura de vinculação para regular as suas emoções* (p.62). Assim, a criança vai construindo uma personalidade segura, sabendo que pode contar com as figuras de referência. Isto permite à criança a construção de sólidas relações familiares, sabendo que sempre que precisar terá apoio e conforto por parte da figura da vinculação e quando houver condições adversas conseguirá activar respostas para a resolução.

No dizer de Pinhel *et al.* (2009) as crianças com vinculação segura apresentam melhores competências sociais, especialmente na *resiliência do ego* (p.511) e na elevada auto-estima; têm mais competências na resolução de conflitos entre os pares; manifestam mais sentimentos de empatia e de reciprocidade, conseguem mais facilmente relacionar-se com os adultos, através da obediência às regras e apresentam mais competências de autonomia.

Sampaio (2006) frisa que na vinculação insegura-evitante a criança envolve-se pouco com o cuidador e respostas emocionais negativas são expressas, evitando-o. Na vinculação insegura-resistente a criança não se sente segura com o cuidador, pois não explora o ambiente, nem contacta com o estranho. Caracteriza-se por uma *ineficácia em obter segurança a partir da figura de vinculação, apesar de repetidos esforços* (p.62). Por fim, na vinculação desorganizada/desorientada, a criança demonstra sentimentos contraditórios em situações idênticas, denotando uma relação stressante com um cuidador frequentemente perturbado.

Segundo Fleming (2004) ao longo de todo o desenvolvimento humano, a vinculação persiste no comportamento do indivíduo, mas de formas diversas. Vejamos de forma sucinta como se desenvolve desde a infância até à fase adulta, o modelo exposto na figura 4.

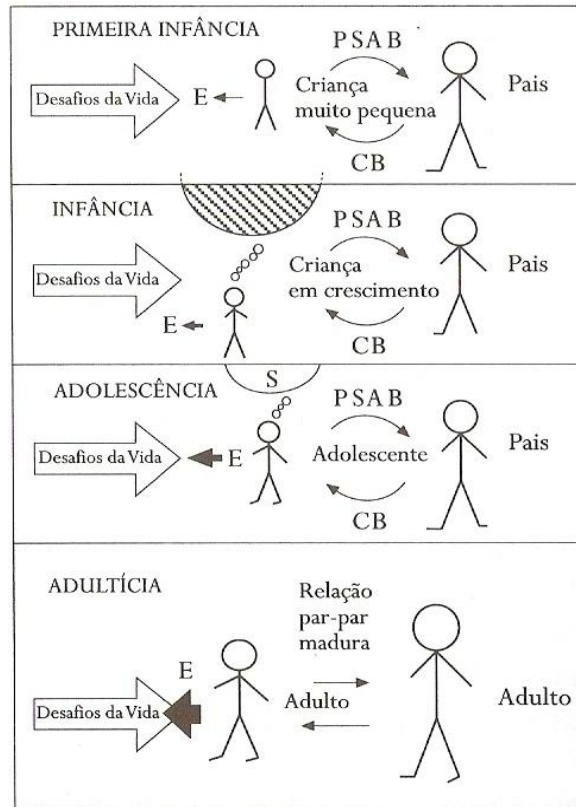


Figura 4. Modelo proposto por Steinberg (1983)

Legenda: S – Auto-estima; auto-confiança; E – Comportamento exploratório; CB – Comportamento de dar-cuidados; PSAB – Comportamento de vinculação à procura-de-proximidade

Fonte: Fleming (2004, p.54)

Partindo da análise da figura 4 podemos concluir que na pré-infância e na infância, os pais, como figuras de vinculação têm um comportamento de dar-cuidados e, por conseguinte, o bebê ou a criança apresenta um comportamento exploratório do meio, procurando nos pais a proximidade/vinculação. Na infância a vinculação com os agentes afectivos tem um papel fundamental na estruturação de uma personalidade segura, permitindo que a descoberta do mundo envolvente seja feita de uma forma mais eficaz.

Miljkovitch (2004) afirma que a *segurança da vinculação protege a criança contra a formação de perturbações psicológicas* (p.141), na medida em que as crianças seguras e com confiança têm a capacidade de enfrentar os problemas e de regular as suas emoções. Por oposição, a ausência de uma relação de vinculação leva a que a exploração do mundo seja feita de uma forma insegura. Os processos mentais são caracterizados pela ansiedade e por uma capacidade reduzida de regular as emoções. Este estado mental funciona como um bloqueador do processo saudável de aprendizagem e de interacção com o mundo levando a desequilíbrios que se propagam em todo o seu desenvolvimento. Destaca que crianças inseguras têm mais dificuldades em regular as suas emoções negativas e de resolver os seus problemas, estando mais dependentes do outro.

### **2.1.1. A vinculação na adolescência**

A adolescência é o período da vida humana onde se verificam as mais intensas transformações biopsicossociais, nomeadamente no sistema emocional, cognitivo e comportamental. Atger (2004) indica que essas transformações reflectem-se no comportamento de vinculação. Desta forma, a adolescência vai desenvolver-se de acordo com os modelos internos criados durante a infância e consoante o tipo de vinculação construída.

Nesta fase, no entender de Fleming (2004) o adolescente depende menos da figura da vinculação, afastando-se fisicamente das figuras de vinculação, passa menos tempo com os pais e aproxima-se de outras figuras como os pares e os parceiros. Assim, o adolescente *conta não só com o seu «mundo interno», povoado (ou não) de «bons objectos» propiciadores de confiança básica e de segurança, mas também com as relações actuais com os seus pais, pares, amigos e adultos significativos* (p.56).

Segundo o modelo exposto na figura 4, apresentado por Fleming (2004), surge na adolescência um conjunto diverso de comportamentos exploratórios (E) que têm tendência a aumentar com o tempo. Manifesta-se, sobretudo, na interacção com as figuras parentais em que o adolescente tem um *comportamento de procura-de-proximidade com os pais (PSAB) e espera receber deles um comportamento de cuidados (CB)* (p.55), mas a *experiência do meio ambiente (E) e dos laços vinculativos fortes aos pais contribuem para a elaboração do modelo interno do mundo (S)* (p.55).

Atger (2004) refere que características como *abertura, objectividade, maleabilidade* (p.148) caracterizam uma vinculação segura na adolescência.

Através do método *Adult Attachment Interview* (AAI) utilizado por Kobak (1993) e apresentado por Atger (2004) verificou-se que os jovens confiantes e seguros conseguem dialogar mais com os pais assuntos stressantes de forma construtiva do que os jovens que apresentam uma vinculação insegura. Estes apresentam comportamentos conflituosos e de ataque com os seus progenitores.

### **2.2. O processo de autonomia e a adolescência**

A autonomia e a vinculação são conceitos centrais para a compreensão da adolescência. Como já se definiu anteriormente o processo de vinculação, explicar-se-á o processo de autonomia e a relação entre esse e a adolescência. Desta forma, Atger (2004) realça que a infância é *preditiva da autonomia e da qualidade das relações com os pais, que são elas próprias preditivas da organização da vinculação no jovem adulto* (p.154).

### 2.2.1. O conceito de autonomia e as suas abordagens teóricas

A palavra autonomia, segundo Oliveira e Siqueira (2004) provém da palavra grega *autos* (próprio) e da palavra *nomos* (norma, lei) e este conceito designa a auto-determinação do indivíduo *assumir decisões sobre a sua própria vida* (p.2).

Do ponto de vista de Doron e Parot (1998) autonomia é um processo em que um indivíduo alcança ou estabelece por si mesmo as suas próprias normas de conduta, surgindo da *interiorização de regras e valores, consecutiva a um processo de negociação pessoal com os diversos sistemas normativos de independência e de constrangimentos sociais* (p. 99).

Santos (1991) define a autonomia como a *capacidade de viver na solidão inevitável a que o Homem é conduzido pelo seu segredo, pela intimidade secreta, pelos seus fantasmas, medos, amores confessos e amores inconfessáveis, pelo mundo que o próprio criou* (p. 313).

De acordo com Ramos (2008) as teorias de Kant e Jonh Stuart Mill influenciaram o conceito de autonomia. Do seu ponto de vista a autonomia defendida por Kant reflecte a condição humana, na medida em que se baseia no princípio da moralidade e da identidade do indivíduo, cabendo a esse a capacidade de decidir as suas opções de vida. Por sua vez, Mill designa autonomia pela *individualidade* (p.11), onde qualquer indivíduo se rege pelas suas próprias convicções pessoais.

Na perspectiva de Fleming (2004) a autonomia, a individualidade e a construção da identidade são pontos-chave para o desenvolvimento humano. Quer isto dizer que à medida que o indivíduo desenvolve a sua identidade, constrói a sua autonomia. No entanto, Reichert e Wagner (2007) destacam que a independência e a autonomia não podem ser consideradas como sinónimos: *a autonomia é mais que ter comportamentos independentes* (p.293) e a independência diz respeito à capacidade dos jovens decidirem por eles próprios. Para além disso, acrescentam que o desenvolvimento da autonomia é um processo que está relacionado com as relações familiares e vai sofrendo influência de variáveis externas como: a estrutura e comunicação familiar e o meio envolvente e tem influência de variáveis internas como a auto-estima e o desejo da independência. Neste sentido, o modelo de Bronfenbrenner (2002) torna-se um pilar importante para situar a criança no contexto da família e a família no contexto mais amplo da comunidade. Tendo em conta este modelo, o desenvolvimento humano é um processo dinâmico em construção constante. O sujeito em desenvolvimento é aquele que participa, interage e reestrutura o meio e por isso não é uma tábua rasa. Bronfenbrenner (2002) sugere que os diversos contextos ou sistemas ecológicos onde um indivíduo se desenvolve estão relacionados uns com os outros, sendo unidades concêntricas que se revelam

dentro e entre as mesmas, em que focaliza as interações dos indivíduos com os seus diferentes contextos. Estes diferentes contextos são denominados por sistemas ecológicos, sendo eles: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema, como se pode observar na figura 5.

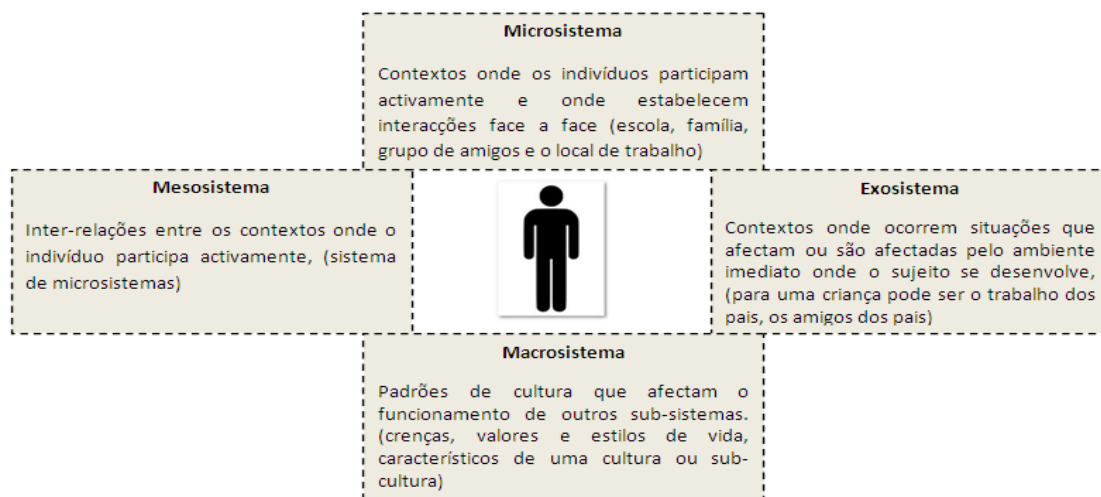


Figura 5. Teoria da Ecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner)  
 Fonte: Alves (2007, p. 40)

É também na família que acontece o processo inicial de socialização, onde a criança aprende os horários alimentares, os hábitos de higiene, a linguagem e as normas de comportamento. Assim, a socialização são todos

*os processos sociais através dos quais as crianças desenvolvem uma consciência da existência de normas e valores sociais e alcançam uma noção própria de eu-social. Embora os processos de socialização sejam particularmente significativos durante a infância e a adolescência, continuam, até certo ponto, presentes durante o resto da vida. Nenhum indivíduo está imune às influências de outros à sua volta, modificando constantemente o seu comportamento durante todas as fases da sua vida* (Giddens, 2000, p.694).

Silva (2004) acrescenta que é de igual importância a socialização da criança em jardins-de-infância. É aqui que ela põe em prática os seus comportamentos e hábitos, uma vez que os professores e os companheiros da mesma idade desempenham um papel importante neste processo. E este processo é reconhecido como *condicionante na estruturação e conclusivo do processo adolescente, por ter um enorme significado a nível funcional para a sua estabilização* (p.39).

Reichert e Wagner (2007) indicam que é com o grupo de pares que o jovem desenvolve sentimentos de reciprocidade, estabelece relações de solidariedade e de cooperação e adquirirá sentimentos de identidade social, independência e de autonomia a vários níveis. Desta forma, verificaram a existência de três níveis de autonomia. Estes níveis são

constituídos pela autonomia cognitiva, emocional e funcional. A autonomia cognitiva é a capacidade de o indivíduo, através de processos cognitivos, fazer as suas próprias escolhas, ser capaz de definir as suas metas e pensar sobre os seus actos. A autonomia funcional consiste na capacidade de o jovem conseguir tomar decisões e resolver os seus assuntos sem a ajuda dos pais. A autonomia emocional é quando o jovem define as suas metas com confiança independente dos desejos dos pais ou dos pares.

Vicente (2009) considera que a autonomia comportamental é a capacidade que o indivíduo tem em decidir e concretizar as suas decisões relativamente à alimentação, à gestão do quotidiano e à sua organização; ao tratamento de roupa e à higiene, à saúde; ao preenchimento de impressos e análise de documentos, à gestão de recursos económicos e a competências básicas de informática.

No seu essencial, a autonomia está relacionada com o processo de socialização, em que o adolescente atinge na sociedade a sua individualidade, por sua vez integra-se socialmente sendo o suporte-base na vida adulta. É este processo, que se inicia nos primeiros anos de vida e continua ao longo de toda a vida, que está associado a uma componente comportamental, mas também a uma componente emocional, que se reflecte nas pequenas coisas do dia-a-dia e nas grandes decisões que podem mudar completamente o rumo da vida do adolescente. No entanto, não pode ser negado que as experiências dos primeiros anos de vida têm um impacto preponderante nos anos que se seguem, sendo importante analisar em detalhe esses primeiros anos, sobretudo a idade da adolescência, como ponto de partida para a análise da autonomia.

### **2.2.2. A autonomia na adolescência**

A adolescência, no entender de Silva (2004) é um processo de passagem entre a infância e a idade adulta, onde ocorrem grandes transformações fisiológicas, psicológicas, afectivas, intelectuais e sociais vivenciadas numa determinada cultura. Reichert e Wagner (2007) entendem esta fase da vida humana como um ciclo de grandes aquisições, transformações, e sobretudo de emancipação do jovem em relação aos pais e de definição da sua identidade. A adolescência

*introduz um novo equilíbrio nos conflitos que resultam de primitivos processos de vinculação, identificação, separação e reaproximação dos pais. O percurso evolutivo permite compreender melhor como pais e filhos persistem ligados pela necessidade de manter e de superar a ligação (Fleming, 2004, p.16).*

Por isso, a adolescência é um período crucial para a consolidação da identidade pessoal, da identidade psicossocial e da identidade sexual. Erikson (1976) fala-nos que o sentimento de identidade é o sentimento intrínseco que existe ao longo da vida, provocando mudanças

personais. Em cada idade psicossocial o indivíduo passa por uma crise, podendo esta ser positiva ou negativa. Em cada crise, a personalidade vai-se alterando e sofrendo reestruturações de acordo com as experiências vividas e o indivíduo vai-se adaptando ou não aos sucessos e aos fracassos das suas vivências. Os adolescentes vão confrontar-se com a problemática identitária, a que Erikson (1976) designa por 5.<sup>a</sup> idade – identidade vs difusão/confusão. Desta forma, o lado positivo desta idade é quando o adolescente consegue adquirir uma identidade psicossocial e saber qual é o seu papel no mundo. Esta crise, nesta idade, é influenciável pelos elementos identitários conquistados nas fases anteriores, nomeadamente na infância. É nesta idade que o adolescente explora e experimenta vários papéis e estatutos sociais, procurando a sua identidade, acabando por alcançar a sua verdadeira identidade. O lado negativo desta idade é quando surge no adolescente a confusão de quem ainda não se realizou, não consegue fazer opções na vida e não sabe o que quer.

Fleming (2004) indica que a formação da identidade só é possível através do afastamento psicológico interno e da distância física dos pais, através de comportamentos de experimentação e de autonomia. Acrescenta, ainda, que ao longo da adolescência existem quatro estatutos de identidade: *Difusão, Forclusão, Moratória e Aquisição conceptualizados como pontos de um continuum que vai da menor para a maior maturidade* (p.51).

Piaget (1974) defendeu a evolução do desenvolvimento humano por quatro estádios: o estádio sensório-motor (dos 0 aos 18/24 meses); o estádio pré-operatório (dos 2 aos 7 anos); o estádio das operações concretas (dos 7 aos 11/12 anos) e o estádio das operações formais (dos 11/12 aos 15/16 anos). Cada estádio tem o seu próprio equilíbrio que permite ao sujeito a adaptação às novas situações. A adolescência acontece, segundo Piaget (1974) no estádio das operações formais, em que o adolescente se desliga do real, para pensar abstractamente e deduzir sobre várias hipóteses, para pensar de múltiplas formas, para pensar sobre o ponto de vista dos outros, e sobretudo de eles próprios, como também pensar no passado, no presente e no futuro.

*É só depois de este pensamento formal ter tido o seu início, por volta dos 11 anos ou 12 anos, que a construção dos sistemas que caracteriza a adolescência se torna possível: com efeito, as operações formais fornecem ao pensamento um poder completamente novo que redunde em desligá-lo e libertá-lo do real para lhe permitir construir à sua vontade reflexões e teorias. A inteligência formal marca, assim, o próprio levantar voo do pensamento* (Piaget, 1974, pp. 93-94).

A passagem do pensamento concreto para o pensamento formal é um aspecto primordial para o desenvolvimento psicossocial do adolescente, provocando nele mudanças cognitivas que lhe permitem atingir um raciocínio social-cognitivo, que permite ao adolescente fazer

escolhas, ponderar sobre essas mesmas escolhas e traçar futuros papéis sociais. É neste contexto, que segundo Fleming (2004) o adolescente deseja adotar novos comportamentos de autonomia, mas que o coloca numa situação complexa como o sair à noite, desafiando as normas familiares, deixando de lado os estudos, para ir ao encontro dos seus pares.

Por sua vez, a concepção psicanalítica de Freud referida por Fleming (2004) evidencia que o adolescente se torna autónomo devido à *ressurgência da problemática pré-edipiana e edipiana* (p.45). Os aspectos de autonomia poderão manifestar-se mesmo através da rejeição da família, criando relações de hostilidade dos pais para com o filho e acrescenta que as *ligações de dependência aos pares – sem o desenvolvimento de mutualidade e de intimidade significativas – pode resultar num grupo de adolescentes que se apoiam mutuamente como órfãos numa tempestade, brincando meramente com o jogo da maturidade* (pp. 66- 67). Apresenta seis estádios de desenvolvimento do *ego*. A cada estágio corresponde um estilo interpessoal (tabela 1).

ESTÁDIOS	CÓDIGO	ESTILO INTERPESSOAL
• Pré-social	1	Autista
• Simbiótico	2	Simbiótico
Impulsivo		Receptor, dependente, explorador
Autoprotecção		Conflituoso, manipulador, explorador
• Conformista	3	Pertença, agradabilidade superficial
• Consciência -	3/4	Self vigilante relativamente ao grupo
- Conformismo		Protector
• Consciência	4	Intensivo, responsável, mútuo, preocupação com a comunicação
• Individualismo	4/5	Ad: Dependência percebida com um problema emocional, separada da dependência física ou financeira
• Autonomia	5	Ad: Respeito pela autonomia, interdependência
• Integrado	6	Ad: Apreciador da individualidade

Tabela 1. Estádios de desenvolvimento do *ego* e relações interpessoais de Loevinger (1976)

Fonte: Loevinger (1976, 24-25; in Fleming, 2004, p.84).

No entender de Fleming (2004) e da análise da tabela 1 a *adolescência precoce* (p.85) dos 12 aos 15 anos corresponde aos estádios 2, 3 e 4; a *adolescência média* (p.85) dos 15 aos 18 anos equivale aos estádios 3, 4 e 5 e a *adolescência tardia* (p.85) dos 18 aos 21 anos os estádios 4, 5 e 6. O desenvolvimento do *ego* nesta teoria faz-se da diferenciação do *self* frente às normas sociais, evoluindo para uma *consciência de si e dos outros* (p.85). Os adolescentes que alcançam o sexto estágio são considerados como autónomos. Esta autonomia não é só interna, mas também é uma *autonomia social-cognitiva* (p.85), onde o adolescente tem a

capacidade de separar as necessidades dos outros das suas próprias necessidades. Para se compreender a adolescência é preciso ter em conta os conceitos como a autonomia, a formação da identidade e a individuação. É na adolescência que o indivíduo sente a necessidade de se tornar autónomo, de se separar psicologicamente dos pais ou de outras figuras de referência em que *a autonomia, tarefa desenvolvimental central do período adolescente, é na representação adolescente um conceito relacional, envolvendo mudanças e nas representações de si próprio e do outro* (p.252). Sublinha que o conceito de individuação é importante para se compreender o desenvolvimento do *ego* em articulação com a autonomia e a formação da identidade. Esta articulação faz-se do seguinte modo:

*A autonomia é o outro lado da individualização. À medida que a individualização se processa, a autonomia cresce. Isso depende se olha para aquilo de que o adolescente se afasta (individuando-se) ou para aquilo de que ele se aproxima (ganhando autonomia). Os aspectos do sujeito que se tornarem individuados e autónomos devem ser incorporados na identidade. Então, há uma sequência interdependente entre individualização/autonomia/formação de identidade* (Fleming, 2004, p.48).

Fleming (2004) acrescenta que na fase da adolescência prevalecem três tipos de autonomia: comportamental, emocional e de valores. A primeira diz respeito ao facto de os adolescentes tenderem a ser autónomos nas decisões que tomam. A emocional refere-se ao afastamento dos laços infantis dos pais e a autonomia de valores consiste na capacidade que o jovem tem em aceitar os seus próprios valores. Assim, a identidade está relacionada com o sentimento pessoal, dando sentido à existência do indivíduo, por isso é que a formação da identidade é um processo que abrange várias dimensões interligadas, como as relações interpessoais, os papéis sociais e sexuais que se têm na sociedade, a escolha ocupacional e as ideologias religiosas e políticas.

### **2.3. A promoção da autonomia em jovens institucionalizados**

A promoção da autonomia não é certamente conseguida através de um método exacto. Barth *et al.* (2009) reconheceram a importância do desenvolvimento de programas de autonomia de vida em jovens institucionalizados, de forma a facilitar a autonomização destes na sociedade.

Georgiades (2005) destaca que jovens acolhidos que nunca integraram programas de autonomia de vida dependem mais da ajuda financeira pública do que jovens que participaram em programas de autonomia. Neste estudo, os jovens acolhidos reconhecem a importância deste tipo de programas, na medida em que através deles adquirem competências nos recursos

de informação existentes, na gestão monetária, na procura de trabalho e de casa e no suporte emocional.

Nesse sentido, faz falta começar por reunir os princípios que fundamentam de forma predominante as abordagens existentes.

O Manual de Boas Práticas para o acolhimento residencial elaborado pelo Leandro *et al.* (2006) pretende ser um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens, em que é dado especial relevo ao conceito de projecto de vida.

O ponto de partida assenta na identificação das necessidades dos jovens, começando pelas necessidades mais básicas, nomeadamente fisiológicas, partindo depois para outras necessidades mais abstractas. A pirâmide das necessidades de Maslow enunciada por Alves (2007) como se observa na figura 6 permite enquadrar as necessidades e distinguir a dependência entre elas.

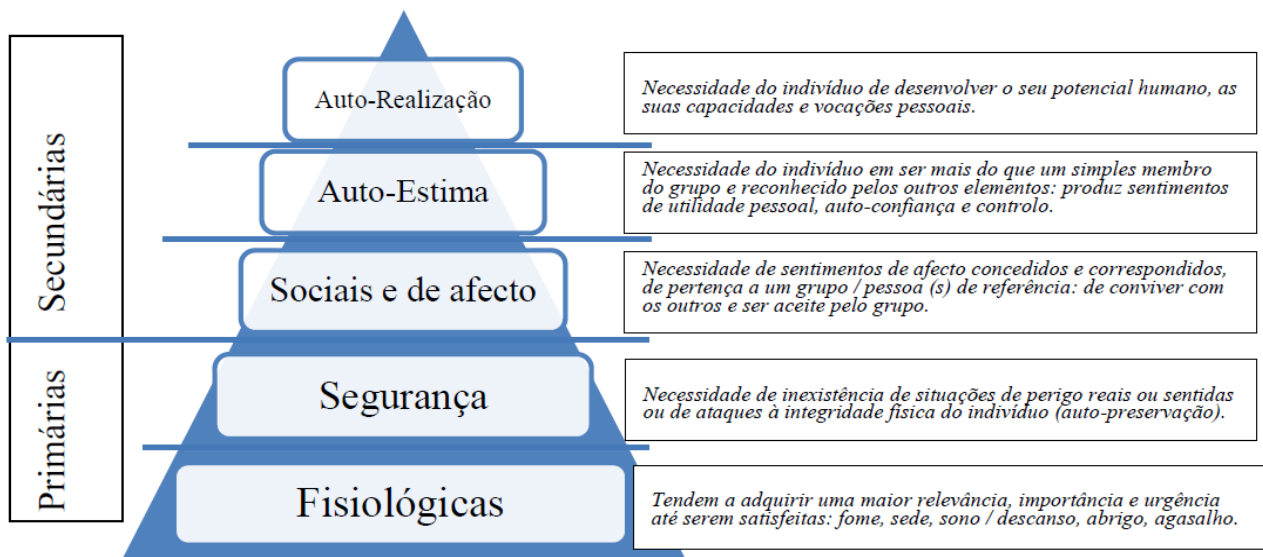


Figura 6. Pirâmide das necessidades de Maslow  
Fonte: Alves (2007, p. 168)

Leandro *et al.* (2006) frisam que, depois de assegurada a base das necessidades, são alvo de intervenção as componentes sociais e de auto-estima, no sentido de moldar nos jovens uma personalidade equilibrada e independente de *afecto, apoio psicológico e, também, modelos, exemplos e estratégias para o desenvolvimento de comportamentos assertivos, descoberta de talentos, aprendizagem de regras e de relacionamento interpessoal empático e tolerante, no quadro de uma educação para o optimismo* (p.104).

Para cada jovem, estas necessidades podem ser diferentes, dependendo de variados aspectos que devem ser considerados logo após a institucionalização durante um processo de diagnóstico. Esta é a primeira acção a realizar: conhecer a situação do jovem. Tal como refere

Leandro *et al.* (2006) para conhecer esse jovem a avaliação deverá ser feita por técnicos especializados de forma a considerar aspectos médicos, psicológicos, sociais e jurídicos. O passo seguinte consiste em delinear um plano de encaminhamento para o jovem. O acompanhamento constante e as reavaliações posteriores devem caracterizar a aplicação desse mesmo plano.

A promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve ser um processo gradual e deve-se basear na individualidade de cada um, na sua autonomia e dar-lhe a oportunidade de escolher e de tomar decisões, bem como desenvolver competências pessoais e sociais. Deve-se promover também a participação das crianças e jovens em actividades exteriores à instituição de acolhimento.

Leandro *et al.* (2006) evidenciam que as crianças e jovens institucionalizados devem beneficiar da definição de um projecto de vida. Esse projecto de vida deve assentar em oito princípios e valores do cuidar: *Dignidade; Respeito; Autonomia; Capacidade de escolher; Privacidade e intimidade; Confidencialidade; Igualdade e Equidade e a Participação* (pp. 106-107). Assim, na instituição deve-se respeitar a individualidade de cada residente, para que se sinta na sua própria casa, encorajando-o a ser responsável pelos seus actos e por si próprio, de forma a trabalhar a sua autonomia e a realizar as tarefas que seja capaz de efectuar.

De acordo com o Manual de Boas Práticas do Instituto de Segurança Social elaborado por Leandro *et al.* (2006) torna-se fundamental que os residentes possam decidir e fazer escolhas de forma a promover o seu bem-estar emocional, a sua autonomia e a sua auto-determinação. É importante que os residentes possam exprimir-se sobre o plano de actividades da instituição, bem como sobre a própria estrutura residencial e dar as suas sugestões. É igualmente importante que se promova a *inclusão comunitária* (p.114) das crianças e jovens institucionalizados, com vista ao desenvolvimento e à participação destas em actividades fora da instituição, na medida em que se promove a integração na comunidade, o contacto com a realidade exterior, o desenvolvimento das competências sociais e a autonomia dos residentes.

Leandro *et al.* (2006) declaram que é necessário estimular nessas crianças e jovens competências sociais, aproximando-se o mais possível de um modelo familiar, possibilitando aos residentes a participação na confecção de refeições, através da definição de equipas de ajuda à cozinha, como na compra de alimentos, desenvolvendo assim o consumo consciente, uma vez que esta actividade possibilita-lhes comparar produtos no custo e na qualidade, permitindo-lhes fazer escolhas e desenvolver a sua autonomia.

Silva (2004), Del Valle e Garcia Quintanal (2005) e Jardim e Pereira (2006) desenvolveram programas de desenvolvimento da autonomia com vista à promoção de competências sociais e pessoais.

Para Matos (2005) a promoção de competências pessoais e sociais baseia-se em *ensinar a observar, ensinar componentes críticas (compreender as situações, prever o que se tem de fazer e como fazer, trabalhar uma melhor realização com um mínimo de erro e de esforço* (p. 23). Desta forma, a competência social origina *uma percepção e compreensão do mundo social, uma integração da informação conseguida da execução da resposta escolhida* (p.23), constituída por aspectos fundamentais ao desenvolvimento de hábitos e estilos de vida saudáveis, tais como aspectos cognitivos, comportamentais, emocionais, motivacionais, perceptivos e atencionais. Frisa que existem indivíduos que são mais vulneráveis e têm mais dificuldades em alcançar estilos de vida saudáveis e em desenvolver competências sociais, devido a razões da sua história pessoal, social, biológica e genética: *os efeitos de vulnerabilidade são muitas vezes cumulativos: a uma estrutura genética frágil junta-se uma estrutura familiar instável ou inexistente, pobreza, exclusão social, experiência de abuso ou de privação* (p.23).

O programa *Umbrella* apresentado por Del Valle e Garcia Quintanal (2005) constituiu, também, um método de trabalho importante no acolhimento residencial para crianças e jovens com vista ao desenvolvimento das competências sociais e de auto-estima, de forma a possibilitar ao jovem ferramentas úteis para a transição para a vida adulta. É constituído por um conjunto de actividades individuais que permitem incrementar a independência e a autonomia dos jovens acolhidos. Desta forma, o objectivo geral deste programa é apoiar o jovem na inserção no mercado de trabalho, adquirir formação profissional e ter condições para ter a sua própria casa, promovendo assim o auto-conceito e a auto-estima positiva.

Hines *et al.* (2005) acrescentam que os cuidadores dos jovens residentes devem canalizar esforços de forma a proporcionar um funcionamento saudável, através da interacção com a comunidade envolvente.

Em suma, a promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve ter por princípio a própria condição dos jovens, conhecer o seu passado e tentar aferir o que representa desequilíbrio na sua vida.

## 2.4. Impactos na vinculação, no desenvolvimento e na autonomia dos jovens institucionalizados

Segundo Mota e Matos (2010) o processo de institucionalização poderá provocar nas crianças e nos jovens institucionalizados sentimentos de solidão, perda e abandono, na medida em que, o acolhimento provoca o *confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental* (p.245). Cansado (2009) indica que estas crianças e jovens sentem um constante mal-estar psicológico promovido pela negligência, pelo abandono ou pelos abusos dos familiares. Berger (2003) destaca que o funcionamento psíquico do indivíduo, aquando a separação da criança dos pais biológicos é afectado e desestabilizado e a criança ou jovem terá que fazer um trabalho complexo para *repensar as suas origens e (re) construir uma nova identidade* (p.123).

Pinhel *et al.* (2009) frisam que com as investigações de Bowlby (1981, 1984) as crianças afastadas da figura materna em períodos prolongados apresentam sentimentos de rejeição e revelam dificuldades de relacionamento e de comportamento, onde por vezes a raiva aparece após a separação e a perda. Assim, crianças que são institucionalizadas precocemente e que são marcadas pela interrupção de cuidados ou alternância de figuras de vinculação formam o grupo de risco que desenvolvem tipos de vinculação insegura. Pinhel *et al.* (2009) alertam para que se a separação se intensifica e se prolonga no tempo, as crianças mostram-se retraídas emocionalmente e isoladas, não sendo capazes de *estabelecer relações afectivas saudáveis com outras crianças e adultos, mostrando-se indiferentes, lentificadas, infelizes e incapazes de reacção* (p. 512).

Martins (2005a) frisa que o processo de vinculação é voltado do avesso, onde na instituição é assegurado *afecto e uma disponibilidade em serviço, racionais e racionalizados, sem relações de pertença* (p.6), porque essas crianças e jovens institucionalizados são submetidos *a uma pluralidade de olhares descomprometidos, olhares que não permitem conhecer porque não se reconhecem mutuamente, que não engendram cumplicidades* (p.4).

Alexandre e Vieira (2004) salientam que mesmo as crianças e jovens institucionalizadas que recebem cuidados médicos e alimentares, não estabelecem relações significativas com os outros e manifestam-se atrasados no seu desenvolvimento, como por exemplo, caminhar tardiamente, referindo que a criança ao institucionalizar, longe da família, é privada de um ambiente familiar de cumplicidade e de intimidade.

Pinhel *et al.* (2009) identificaram, através de um estudo comparativo entre crianças não institucionalizadas e institucionalizadas, que há um efeito indirecto entre os problemas de

comportamento que estas crianças apresentaram e a incoerência/ insegurança na representação de vinculação, como se observa na figura 7.

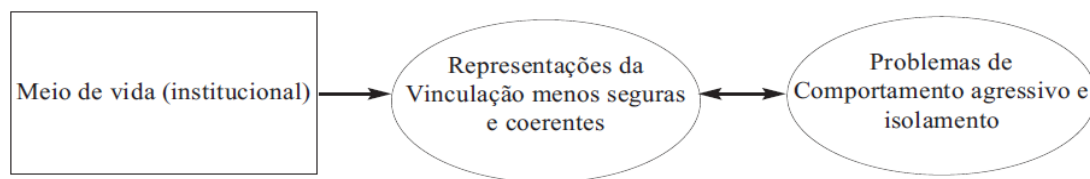


Figura 7. Efeito indirecto do meio de vida institucional nos problemas de comportamento, através da insegurança/incoerência da representação de vinculação

Fonte: Pinhel *et al.* (2009, p.518)

Pinhel *et al.* (2009) concluíram que as crianças institucionalizadas apresentam um desempenho cognitivo verbal e representações de vinculação inferiores às crianças que não foram acolhidas em instituições. Desta forma, concluímos que a institucionalização de crianças e jovens têm consequências nefastas para o seu desenvolvimento comportamental, intelectual, afectivo, motor e social das crianças e jovens, na medida em que o abandono e o afastamento subjectivo da família, segundo Cansado (2009) provoca nas crianças e jovens atitudes auto-desvalorativas e depreciativas.

No entender de Martins (2005b) as instituições que acolhem crianças e jovens estão privadas de estimulação e de competências e, por vezes, não têm condições suficientes para o desenvolvimento de quem acolhem, nem para o desenvolvimento das relações interpessoais e de vinculação que essas crianças devem adquirir.

Martins (2005b) acrescenta que estas crianças poderão apresentar problemas de crescimento físico, cognitivo, linguístico e no desenvolvimento e funcionamento psicossocial. Frisa, ainda, que a idade de admissão e de saída da criança na instituição, o tempo de permanência, a idade em que sai da instituição e a qualidade dos serviços prestados pela instituição após a saída são condicionalismos fundamentais que interferem nos impactos da institucionalização.

De acordo com o PII de 2009 editado pelo Instituto de Segurança Social (2010), 170 crianças de um total de 282 crianças e jovens, entre os 12 e os 17 anos, não têm projecto de vida. Este facto deve-se às dificuldades que o sistema de acolhimento tem em dar resposta a estes jovens e também às suas famílias e às inúmeras dificuldades que existem entre a equipa técnica, que executa as medidas de promoção e protecção e a equipa técnica da instituição de acolhimento; ao número insuficiente de técnicos que acompanham estes jovens; à

deslocalização do jovem do seu distrito de origem e a situações em que os jovens abandonam a instituição por iniciativa própria, sem qualquer conhecimento da instituição.

Alves (2007) enuncia alguns constrangimentos do sistema de acolhimento. Estes poderão ser internos à própria instituição ou durante o acolhimento ou, também, antes ou após a institucionalização da criança ou do jovem. Os constrangimentos antes do acolhimento são o fraco investimento na intervenção preventiva no seio das famílias, devido por vezes à complexificação crescente das problemáticas sociais e familiares; a discordância entre os recursos humanos e técnicos e a intensidade exigida pela intervenção. Em muitas situações a institucionalização constituiu uma resposta imediata e exequível para curar o perigo em que se encontra a criança. Durante o acolhimento verifica-se a falta de especialização das instituições de acolhimento, bem como uma grande diversidade de perfis de crianças institucionalizadas. Para agravar mais a situação, existe uma débil definição dos projectos de vida dessas crianças, em que no período de acolhimento a presença da família é reduzida.

No entender de Alves (2007) todos estes constrangimentos prolongam no tempo o período de institucionalização da criança, diminuindo os laços de vinculação com a família. Uma vez que a família se reorganiza nas suas rotinas, surgem novos companheiros, novos casamentos, mais filhos, muda-se de casa e de residência, sem incluir a criança que está ausente nestas mudanças familiares, já que vive numa instituição. Desta forma, Alves (2007) indica que as relações de afecto entre a família e a criança institucionalizada desvanecem e a *criança corre o risco de perder o seu lugar na família* (p.86) e de ver o regresso à sua família adiado e ter menos oportunidades de crescer numa família adoptiva, permanecendo longos períodos de tempo na instituição. Depois da saída do jovem da instituição poderão ressurgir riscos e perigos, devido à ausência de acompanhamento das crianças (figura 8).

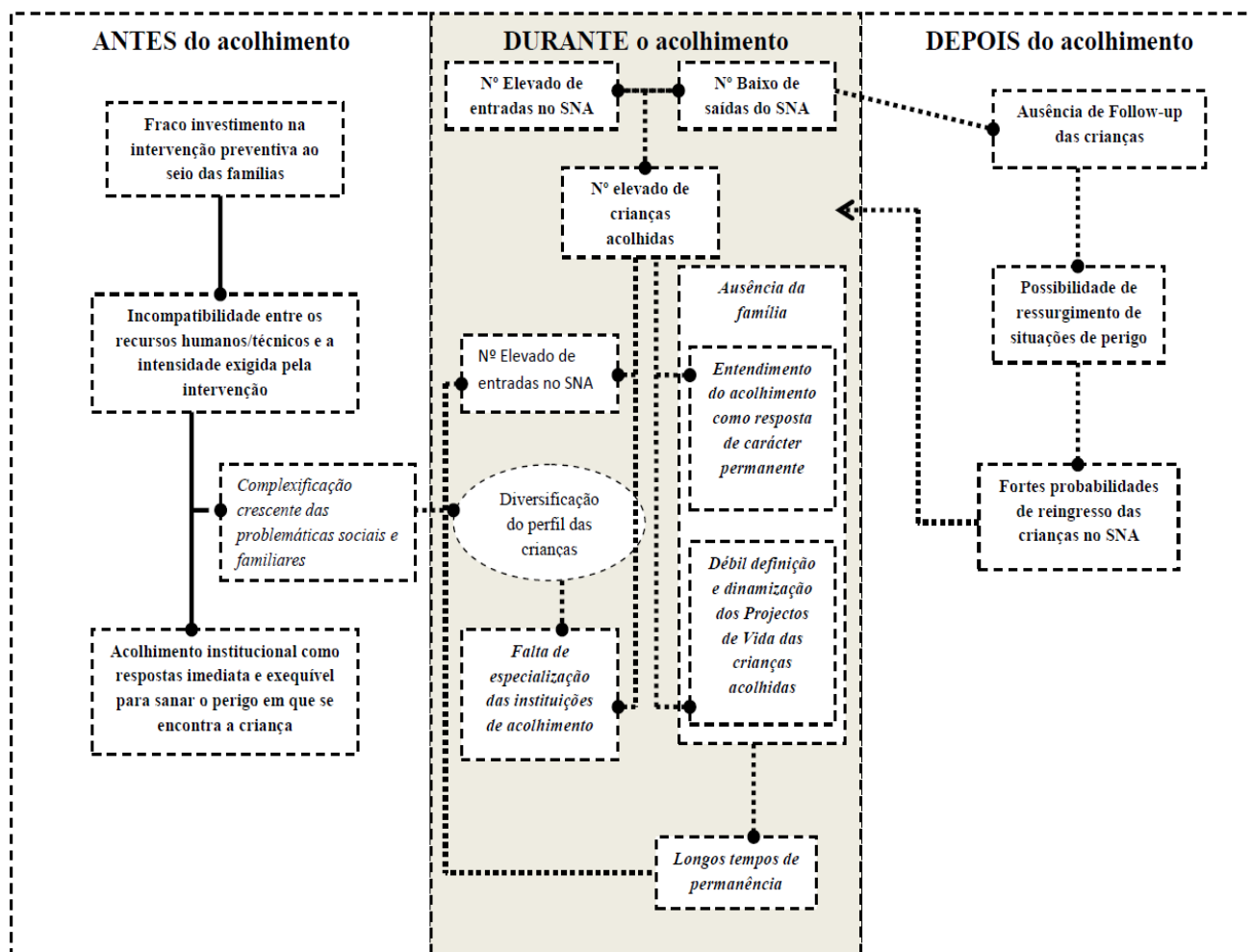


Figura 8. Principais constrangimentos do sistema de acolhimento  
 Fonte: Alves (2007, p. 82)

Assim, concluiu-se que a institucionalização acarreta riscos reais e objectivos, nomeadamente: o excesso das rotinas da vida quotidiana, usurpadora do espaço próprio da criança; a vivência em grupo acaba por intervir na intimidade do jovem institucionalizado; a permanência prolongada e a organização da instituição dificulta a construção da autonomia pessoal, uma vez que impede a construção do projecto de vida e como salienta Martins (2005a) o profissionalismo da prestação dos cuidados bloqueia a expressão dos afectos e o desenvolvimento de vínculos. No entanto, a institucionalização de crianças e jovens não tem só aspectos negativos para quem acolhe, mas também acarreta consequências negativas para a própria sociedade.

Actualmente, tem-se observado a definição de novas políticas nacionais e a implementação de estratégias para apoiar crianças e famílias, com vista à diminuição do tempo da institucionalização e à definição de projectos de vida, como é exemplo o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças.

O Plano DOM foi uma iniciativa do Instituto de Segurança Social, iniciada em 2007, com vista a incentivar e a apoiar a intervenção e a qualificação através de recursos humanos, técnicos especializados, de forma a garantir um acolhimento de qualidade e desejável para uma desinstitucionalização segura de crianças e jovens.

De acordo com o Instituto de Segurança Social (2010) que edita o Plano Intervenção Imediata em 2009, estavam abrangidos *148 Lares de Infância e Juventude*, apoiando *4891 crianças e jovens* sendo através dele que *352 técnicos superiores* reforçaram as equipas técnicas e educativas a quem é garantida a regular *supervisão técnica externa* (p.8), através de profissionais especializados.

O mesmo estabeleceu um conjunto de linhas orientadoras como se verifica através do Manual de Boas Práticas da Segurança Social para Lares de Infância e Juventude elaborado por Leandro *et al.* (2006) que definiram quais os cuidados institucionais que esses lares devem ter, permitindo às crianças e aos jovens um futuro mais integrado, dinâmico e positivo. O modelo de avaliação da qualidade surgiu com o intuito de fornecer às instituições os procedimentos de qualidade que permitem uma constante revisão dos procedimentos adoptados, como também uma supervisão que faz parte integrante de todo o processo de institucionalização. Este modelo tem como intuito melhorar continuamente o processo de institucionalização e aumentar a satisfação dos interesses dos seus clientes. Por isso, segundo Vilares (2009) é dever da equipa técnica do Lar de Infância e Juventude elaborar a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), ou seja, as forças e fraquezas que correspondem aos aspectos positivos e negativos internos à relação entre o Lar e as famílias das crianças institucionalizadas e às oportunidades e ameaças que correspondem aos aspectos exteriores do Lar e das famílias das crianças institucionalizadas.

Todavia, apesar de a institucionalização ter aspectos negativos para as crianças acolhidas, estas acabam por procurar novas relações na instituição, com cuidadores ou com colegas que vivem na mesma instituição, acabando por ser resilientes.

Pinhel *et al.* (2009) acrescentam que se a figura de referência for estável e se o cuidador for carinhoso e afectuoso, esse poder-se-á transformar na figura da vinculação. No entanto, acrescenta que a criança poderá não conseguir ser resiliente para esquecer o passado, podendo não resistir à institucionalização.

Ribeiro e Sani (2009) entendem resiliência como um conjunto de características individuais que são excepcionais em indivíduos que apresentam um grande número de factores de risco e por isso são chamados por muitos autores de *sobreviventes* (p. 405). A

resiliência não nasce com o indivíduo, nem se alcança durante o seu desenvolvimento, é antes um

*processo interactivo entre a pessoa e o seu meio, considerado como uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos factores causadores de stresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo (Ribeiro e Sani, 2009, p. 405).*

Matos (2005) afirma que indivíduos resilientes manifestam capacidades favoráveis a um bom relacionamento interpessoal e conseguem mais facilmente apoio de familiares, pares ou professores, revelam um maior nível de competências sociais, identificam e resolvem mais rapidamente problemas que surgem, tendem a ter uma boa capacidade de realização de tarefas, de planeamento e reorganização de ocorrências e apresentam melhores resultados escolares.

Alexandre e Vieira (2004) constataram num estudo que efectuaram com crianças institucionalizadas que estas mantinham relações afectivas com irmãos e com pares que vivem na mesma instituição, assemelhando-se à vinculação entre mãe-bebé.

Mota e Matos (2010) referem que a forma como os jovens encaram a instituição é primordial para o seu desenvolvimento emocional e psíquico. Assim, os aspectos negativos associados à institucionalização são reduzidos devido à existência de factores protectores como os condicionalismos emocionais e contextuais dos jovens. Acrescentam, ainda, que é possível conservar ligações afectivas duradouras com figuras alternativas como os professores, os funcionários da escola, os pares e em especial os funcionários da instituição onde vivem essas crianças, permitindo que estas vençam os factores de risco, desencadeando assim, uma adaptação resiliente e uma reorganização dos laços de vinculação, criando um ambiente compensatório de relações parentais e desenvolvendo nos jovens a assertividade, a empatia e o autocontrolo. Assim, as ligações *relacionais com estas figuras cuidadoras vão criando uma organização interna que promove o desenvolvimento de modelos internos* (p.252).

Martins (2005a) acrescenta que os Lares de Infância e Juventude devem ser alvo de mudanças, tendo em conta seis linhas de orientação: a diminuição das crianças institucionalizadas; o reordenamento das respostas sociais; o desenvolvimento das teorias ecológicas, em que a criança é o contexto; o desenvolvimento de alternativas ao acolhimento residencial; a evolução das características das populações acolhidas que são cada vez mais multi-problemáticas, aumentando assim a profissionalização dos serviços. Desta forma, denota-se que não há soluções ideais, quando se institucionaliza uma criança ou jovem, no

entanto, é primordial não cortar os laços afectivos com a família de origem. Deve-se, por isso, explicar todo o processo à criança e ao jovem de forma gradual. A equipa técnica, designadamente o gestor de caso deve referir que o acolhimento é apenas temporário e que a criança foi institucionalizada para ter acesso à educação e apoio, já que os pais se encontram com problemas até que a situação seja resolvida. Por isto mesmo, é que a criança só pode ser institucionalizada como última opção.

## Capítulo III. Metodologia

### 1. Opções metodológicas

Tendo em consideração o problema, as questões por ele suscitadas e os objectivos deste estudo será utilizada uma metodologia essencialmente qualitativa: a entrevista semi-estruturada e a observação participante. Todas as informações observadas foram registadas num diário de campo. No entanto, também não será dispensada uma análise quantitativa, e como tal o inquérito por questionário foi o instrumento utilizado.

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas às setes jovens dos 14 aos 17 anos e foram fundamentais para o levantamento das necessidades das mesmas no âmbito do desenvolvimento da sua autonomia, tendo como projecto de vida a sua futura autonomização. Assim, pretendeu-se com a realização destas entrevistas: i) conhecer o (s) percurso (s) de institucionalização das jovens e; ii) diagnosticar as necessidades da instituição acerca do processo de desenvolvimento da autonomia dessas jovens.

Os técnicos que acompanham estas jovens são informantes privilegiados que têm contacto directo e permanente com as mesmas, sendo também sujeitos que, pelas suas responsabilidades e acções, têm um conhecimento aprofundado sobre os procedimentos, as estratégias e as actividades com vista ao desenvolvimento da autonomia dessas jovens. São também testemunhas privilegiadas que conhecem as limitações e os obstáculos para a concretização desse processo de autonomia. Assim sendo, elaborou-se um guião de entrevista a aplicar à equipa técnica, com o intuito de conhecer a sua opinião acerca do processo de desenvolvimento da autonomia nas jovens institucionalizadas.

A estruturação das entrevistas variou consoante os actores, ou seja, as jovens e a equipa técnica que as acompanha. Desta forma, elaboraram-se dois tipos de guiões. Os entrevistados responderam às mesmas questões, que conforme Tuckman (2000) afirma apresentaram uma sequência lógica, facilitando assim a análise de dados e a comparação das respostas.

Esses dois guiões foram testados previamente: o guião de entrevista para as jovens (anexo II) foi testado com uma jovem, ex-cliente da instituição e o guião da entrevista a realizar à equipa técnica (anexo III) foi testado com uma técnica de serviço social que trabalhou num Lar de Infância e Juventude.

As entrevistas foram aplicadas, com autorização dos entrevistados (anexo IV) e gravadas em formato áudio, respeitando-se o anonimato dos mesmos. Estes registos áudio foram transcritos integralmente.

Após a realização de cada entrevista, registaram-se todas as informações importantes acerca de cada entrevistado, principalmente elementos de comunicação não verbal, como silêncios e postura. Estes registos foram anotados no diário de campo.

Por sua vez, os dados que emergiram das entrevistas foram analisados tendo por base a análise de conteúdo. Na perspectiva Berelson (1952), citado por Vala (1986) a análise de conteúdo é *uma técnica de investigação que permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação* (p.103). Assim, segundo esse autor esta técnica é objectiva, pois exige a definição de categorias de análise e de subcategorias; é sistemática, na medida em que a totalidade de conteúdo deve ser analisado em relação a todas as categorias e visa a quantificação, sendo esta a última fase desta técnica, onde se obtêm informações mais objectivas e precisas sobre a frequência de ocorrência do conteúdo analisado.

Tendo por base estas orientações, depois de transcritas, o conteúdo das entrevistas foi objecto de uma análise sistemática, destinada a verificar os objectivos propostos. Começou por fazer-se uma leitura flutuante sobre as mesmas. Após várias leituras aprofundadas do seu conteúdo, foram definidos os temas das respostas dos entrevistados. De seguida, foram identificados, para cada tema unidades de registo temáticas que, posteriormente, foram reagrupadas em categorias e sub-categorias definidas. Nestas foram incluídas as unidades de registo observadas, bem como o cálculo das frequências absolutas das mesmas por categorias e sub-categorias.

Assim, com base nas entrevistas das jovens foram identificadas as categorias: A - Percurso da Institucionalização e B- Necessidades na instituição sobre a autonomia nas jovens institucionalizadas. Na categoria A foram identificadas as seguintes sub-categorias: A.1 - Idade em que as jovens foram institucionalizadas pela primeira vez; A.2 - Localização das instituições; A.3 - Tempo da institucionalização; A.4 - Motivos/razões da institucionalização; A.5- Caracterização dos sentimentos que causa a institucionalização. Em relação à categoria B, foram identificadas as sub-categorias: B.1 - Aspectos positivos da institucionalização; B.2 - Aspectos negativos da institucionalização; B.3 - “E se fosses directora da instituição, o que propunhas ...” - Sugestões e propostas das jovens para a promoção da sua autonomia; B.4 - O que é que a instituição pode oferecer para promover a autonomia nas jovens; B.5- Aprendizagens úteis adquiridas na instituição; B.6 - “Condições para viver sozinha, de forma independente” e B.7 - Importância das actividades actuais para a futura ocupação pessoal e profissional (anexo V).

Relativamente às entrevistas dos técnicos foi identificado o seguinte tema: “Percepções dos técnicos acerca do processo de desenvolvimento da autonomia promovida pela instituição”. Este tema foi analisado e com base nas narrativas dos entrevistados, subdividiu-se em categorias. Desta forma, foram identificadas as seguintes categorias: A -Aspectos importantes para o desenvolvimento da autonomia nas jovens; B - Competências que estas jovens devem adquirir e possuir para alcançarem a sua autonomia; C- Competências promovidas na instituição para o desenvolvimento da autonomia; D- Competências que não foram promovidas na instituição para o desenvolvimento da autonomia; E- Motivos do não desenvolvimento de determinadas competências com vista à autonomia das jovens na instituição; F- Procedimentos de realização do trabalho de autonomia na instituição; G- Recursos materiais com vista ao desenvolvimento da autonomia nas jovens; H- Recursos humanos necessários com vista ao desenvolvimento da autonomia nas jovens; I- Limitações / obstáculos à promoção da autonomia nas jovens e J- Actividades/ estratégias ideais para a promoção da autonomia nas jovens (anexo VI).

Como na análise de conteúdo os discursos dos entrevistados correspondem às unidades de registo. A cada citação foi atribuído um código correspondente ao respectivo entrevistado. Assim, foram atribuídos a cada uma das sete entrevistadas os códigos EJ1, EJ2, EJ3, EJ4, EJ5, EJ6 e EJ7 às jovens 1, 2, 3, 4, 5, 6, e 7. E a cada uma das quatro entrevistas aos técnicos da instituição foram atribuídos os códigos ET8, ET9, ET10 e ET11.

Por sua vez, na realização das actividades no estágio foram utilizadas fichas de auto-preenchimento como propostas de trabalho. Assim, mediante uma determinada actividade realizada com as jovens, estas tiveram que responder a várias questões sobre o tema da actividade. Esta estratégia serviu para uma avaliação das actividades realizadas. É de destacar que todas as actividades realizadas foram alvo de uma avaliação directa através da observação participante, registando-a em grelhas de observação (anexo VII).

Foi privilegiada também a observação participante ao longo do estágio. Esta técnica constitui o único método de investigação social que segundo Quivy e Campenhoud (1998) capta os *comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a medição de um documento ou de um testemunho* (p.196).

No que diz respeito à metodologia quantitativa, aplicou-se um inquérito por questionário (anexo VIII), elaborado e aplicado pela autora do estudo às jovens para que elas pudessem dar a sua opinião sobre as principais actividades desenvolvidas no estágio e sugerissem possíveis actividades para o desenvolvimento da sua autonomia. Antes de ser aplicado foi realizado um pré-teste aplicado a uma jovem ex-residente que não entrou no estudo por se encontrar já em

processo de autonomização. Depois da recolha dos questionários preenchidos pelas jovens, foram calculadas frequências absolutas e relativas das respostas. O tratamento de dados foi realizado através do programa SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 17.

## 2. Caracterização das participantes do estudo

A instituição acolhe nove crianças e jovens sendo somente sete as participantes do estudo, pois duas são ainda crianças com idades entre os seis e os nove anos, pelo que não foram consideradas neste estudo.

As sete participantes no estudo têm idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos: uma com 17 anos, duas com 14 anos, duas com 15 anos e duas com 16 anos, ou seja, encontram-se na fase de adolescência.

Através da tabela 2 constata-se que as jovens estão deslocadas do seu concelho de residência. Esta distância poderá dificultar a realização atempada de um projecto de vida com vista à reintegração da jovem no seio familiar, bem como a definição, execução e avaliação do seu Plano de Intervenção Individual, dificultando assim uma avaliação do potencial da responsabilidade da família. É de destacar a situação da jovem 1 que é natural do concelho de Coimbra e que vivia, antes de ser institucionalizada, no concelho de Aveiro. Este facto deve-se à mãe residir actualmente num concelho próximo de Sendim. Conforme mostra a tabela 2, todas as jovens que participaram no estudo frequentam a escola. No entanto, todas elas já reprovaram pelo menos um ano de escolaridade.

Jovens	Idade	Ano lectivo frequentado (2010/2011)	Naturalidade (concelho)	Concelho onde vivia antes de ser Institucionalizada
1	15	7.ºano	Coimbra	Aveiro
2	14	7.ºano	Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros
3	16	9.ºano	Espanha	Macedo de Cavaleiros
4	16	9.ºano	Mirandela	Mirandela
5	14	8.ºano	Almada	Macedo de Cavaleiros
6	17	11.ºano	Mogadouro	Mogadouro
7	15	8.ºano	Carraceda de Ansiães	Carraceda de Ansiães

Tabela 2. Naturalidade, escolaridade das jovens e concelho onde residiam antes das jovens em estudo serem institucionalizadas

Da análise da tabela 3 verifica-se que das sete jovens entrevistadas, duas foram institucionalizadas na infância com 3 e 6 anos, uma em fase de pré-adolescência e quatro em plena adolescência. Constata-se que uma jovem já foi institucionalizada em três instituições, três jovens em duas e três numa instituição. A média de idades da primeira institucionalização é de 10 anos de idade.

Jovens	Idade em que foi institucionalizada pela 1. <sup>a</sup> vez	Ordem e localização das instituições onde foram Acolhidas
1	12 anos	1. <sup>a</sup> Ourém, 2. <sup>a</sup> Vagos; 3. <sup>a</sup> Sendim
2	14 anos	1. <sup>a</sup> Sendim
3	15 anos	1. <sup>a</sup> Sendim
4	14 anos	1. <sup>a</sup> Pereira (Mirandela) 2. <sup>a</sup> Sendim
5	9 anos	1. <sup>a</sup> Macedo de Cavaleiros; 2. <sup>a</sup> Sendim
6	3 anos	1. <sup>a</sup> Bragança, 2. <sup>a</sup> Sendim
7	6 anos	1. <sup>a</sup> Sendim

Tabela 3. Idade das jovens da 1.<sup>a</sup> institucionalização, ordem e localização das instituições

Quanto ao tempo de permanência em instituições observa-se, nos casos das jovens 6 e 7 que esta prevalece ao longo do tempo, o que significa que pelo menos dois terços da vida destas jovens foram vividos numa instituição.

Nas restantes jovens o período de institucionalização varia entre os 10 meses e os 4 anos.

A tabela 4 reporta-se a uma caracterização na perspectiva das jovens sobre o seu percurso de acolhimento.

Jovens	1. <sup>a</sup> Instituição	2. <sup>a</sup> Instituição	3. <sup>a</sup> Instituição	Total de institucionalização
1	1 ano	2 anos e 2 meses	5 meses	Cerca de 4 anos
2	1 ano			1 ano
3	10 meses			10 meses
4	1 mês e meio	1 ano e 7 meses		Cerca de 2 anos
5	1 ano	7 meses		1 ano e 7 meses
6	1 mês e meio	14 anos		14 anos e um mês
7	9 anos			9 anos

Tabela 4. Duração aproximada do acolhimento nas instituições

Através da tabela 5 verifica-se alguma instabilidade conjugal e por consequência uma recomposição dos agregados familiares das jovens, que se traduz por separações, novos relacionamentos, novos filhos, meios - irmãos, pondo em causa o conceito de família. Também é evidente a precariedade na educação e na profissão dos pais biológicos, que acaba por influenciar o crescimento da jovem, expondo-a a situações de precariedade social, devido a dificuldades económicas e insegurança no trabalho dos seus cuidadores.

Rodrigues (1997) sublinha que os pais e as experiências de vinculação vividas na infância, possibilitam aos filhos a capacidade de construir laços afectivos seguros na vida adulta. Ora, a inexistência de uma família ou pertença a uma família desequilibrada são factores de risco para o desenvolvimento do menor, o que poderá potenciar o surgimento de condutas desviantes.

Por sua vez, Giddens (2000) afirma que nas famílias recompostas existe uma maior frequência para o surgimento de dificuldades, já que estas *famílias recompostas misturam*

*filhos provenientes e meios diferentes que podem ter expectativas variadas quanto ao comportamento familiar apropriado* (p.197) em que existe um progenitor biológico que tem influência sobre os filhos que não vivem com ele. Das sete jovens, quatro pertencem a famílias recompostas. De acordo com os registos biográficos das jovens na instituição, a jovem 1 é fruto do relacionamento do pai com uma segunda companheira, antes de ser institucionalizada vivia com o pai, com a madrasta - a terceira companheira do pai e avó paterna. A mãe biológica da jovem tem um novo companheiro e tem dois filhos. Porém, a jovem ainda tem mais dois irmãos do primeiro casamento do pai. A jovem 2 residia com a mãe, padrasto, irmão biológico e avô materno. A jovem 3 vivia com o avô materno e irmão gémeo. Os pais biológicos estão separados, com novos companheiros e filhos. O pai vive em Espanha e a mãe em França. E por fim a jovem 7 residia com a mãe, padrasto – segundo companheiro, a irmã biológica e meio-irmão fruto do segundo companheiro.

Jovens	Composição do agregado familiar	Escolaridade dos pais biológicos		Situação profissional dos pais biológicos	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
1	Pai, madrasta (3. <sup>a</sup> companheira) e avó paterna	12.º ano	Frequência no 9.º ano	Desempregado	Doméstica
2	Mãe, padrasto, irmão e avô materno	4.º ano	4.º ano	Trolha	Doméstica
3	Avô materno e irmão gémeo	Não sabe	7.º ano	Desempregado	Desempregada
4	Pai e mãe de acolhimento e duas irmãs biológicas	Não sabe	Não sabe	Não sabe	Não sabe
5	Irmã, sobrinha	4.º ano	6.º ano	Trolha (falecido)	Doméstica (falecida)
6	Pai, mãe e irmão (actualmente vive com o avô paterno)	5.º ano	4.º ano	Pastor	Doméstica
7	Mãe, padrasto, irmã e meio-irmão	Não sabe	Não sabe	Trolha	Agricultora

Tabela 5. Caracterização do agregado familiar

De acordo com o estudo do Centro de Estudos Territoriais (2005) considera-se que estas *novas famílias não dispõem de modelos de conduta pré-estabelecidos para gerir aquilo que lhes é específico*, estando entregues a elas próprias e forçadas a *inventar modelos de regulação adaptados à sua situação complexa* (p.50).

A morte de um ou dos dois progenitores das jovens poderá ser um motivo fundamental para a institucionalização, como se verificou no caso da jovem 5, que antes de ser institucionalizada vivia com a irmã e com uma filha dessa. Esta conjuntura actuou na precariedade da situação, principalmente no quotidiano da jovem e nos momentos que partilha com a família que lhe resta

*mesmo estando numa instituição a minha cabeça está sempre lá e [...], se eu estivesse lá ainda podia dar um apoio à minha irmã, podia estar lá a ajudá-la, ou seja, o pouco que eu ajudasse sempre era alguma coisa (EJ5).*

Os pais biológicos das jovens apresentam baixos níveis de escolaridade (tabela 5), já que a maioria não apresenta níveis de escolaridade acima da escolaridade obrigatória. Esta realidade poderá constituir um factor de risco, pois devido às baixas qualificações ocupam postos de trabalho precários e mal remunerados, diminuindo também as possibilidades de entrada no mercado de trabalho. O Centro de Estudos Territoriais (2005) frisa que havendo problemas económicos, as famílias *encontram-se em situações poucos compatíveis com a guarda e acompanhamento das crianças* (p.52), levando-as ao abandono ou à negligência dos filhos ou expondo-os a comportamentos desviantes.

São de destacar três jovens que não sabem a escolaridade que os pais têm, facto que poderá ser explicado pela pouca proximidade que têm com eles. Salienta-se a jovem 4 que viveu pouco tempo com a família biológica e os pais de acolhimento têm baixos níveis de escolaridade, o 4.º ano.

Relativamente à profissão dos pais, esta enquadra-se essencialmente nas categorias de trabalhadores da área da construção civil, agricultura e domésticas, tratando-se de profissões com alguma insegurança e instabilidade a nível laboral. Alves (2007) considera que as más condições de habitabilidade, a pobreza e o desemprego, constituem *factores tóxicos* (p. 55), expondo a criança e o jovem a situações de negligência no seio da familiar. Salienta-se que o pai de acolhimento da jovem 4 está neste momento desempregado e a mãe de acolhimento cuida de idosos e crianças.

## Capítulo IV. Apresentação e análise dos resultados

### 1. Introdução

Seguindo os pressupostos metodológicos atrás referidos começar-se-á pela apresentação da planificação das actividades a desenvolver com as participantes do estudo, onde serão indicados os conteúdos, os objectivos, as estratégias, os recursos, a descrição de cada uma delas e uma avaliação efectuada pela autora do estudo (anexo VII). Por fim, estas actividades serão também avaliadas pelas participantes do estudo.

A fim de compreender melhor a problemática em análise procedeu-se, à elaboração e aplicação de entrevistas semi-estruturadas às jovens (anexo II) e aos técnicos da instituição (anexo III), cujos testemunhos serão fundamentais para a compreensão da problemática em estudo.

### 2. Planificação, análise e discussão das actividades realizadas

As primeiras horas de estágio foram de integração e de adaptação à instituição e ao quotidiano das jovens. Foi observado o ambiente institucional, desde as condições do espaço físico, à relação das jovens umas com as outras e entre estas e a equipa educativa e a equipa técnica. Foram, ainda, estabelecidas conversas formais e informais, no sentido de estabelecer alguma empatia e confiança com as jovens o que viria a contribuir também para a sua adesão às actividades que iriam ser desenvolvidas. Estas foram definidas de acordo com o problema, as questões e os objectivos enunciados, tendo como suporte conhecimentos teóricos acerca da promoção da autonomia em jovens institucionalizadas (desenvolvidos no enquadramento teórico) e foram implementadas de acordo com a metodologia já anteriormente descrita.

Assim, no estágio foi seleccionado um conjunto de actividades com intuito de permitir às jovens o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, nomeadamente no *saber-saber*, no *saber-ser* e no *saber-fazer* de modo a desenvolver a sua autonomia. Isto, na medida em que é através das competências pessoais que as jovens poderão aprender, escolher, decidir e enfrentar a sua vida futura. É de sublinhar, que no entender de Jardim e Pereira (2006) a promoção das competências sociais permitirá aos jovens *articular pensamentos, sentimentos e acções em função de objectivos pessoais e de demandas da situação e da cultura, gerando consequências positivas para o indivíduo e para a sua relação com as demais pessoas* (p. 109).

Através deste processo de conhecimento e de integração reuniram-se as condições para a definição das actividades, sendo executadas pela autora do estudo em parceria com a

instituição e que visaram a aquisição das competências referidas através da concretização dos temas: acompanhamento no estudo; alimentação, comportamentos pessoais e sociais, gestão doméstica e inserção na vida activa.

## 2.1. Acompanhamento no estudo

Este tema, de carácter didáctico, teve lugar nos dias de semana em que a autora do estudo colaborou no acompanhamento ao estudo, das 18h às 19h30 e fins-de-semana, quando necessário nas disciplinas de Ciências Naturais, Geografia, História, Português, área de integração e línguas estrangeiras. Abrange duas actividades a realização dos trabalhos de casa e a preparação para os testes escritos conforme anexo VII. Desta forma, a realização deste tema teve como intuito estimular o estudo e proporcionar métodos de estudo, traduzido através de um acompanhamento individual às jovens. Os recursos utilizados foram os manuais escolares adoptados das diferentes disciplinas, sendo que as actividades foram acompanhadas por um elemento da equipa técnica.

Esta actividade causou algum impacto nas jovens, já que inicialmente houve algum interesse no estudo, traduzindo-se na melhoria das notas, no caso das jovens 2 e 3 (tabela 6). Durante as sessões de acompanhamento era a autora do estudo que tomava a iniciativa de ir para junto de cada uma das jovens, incentivando não só o estudo como também a comunicação e a dinâmica de grupo necessárias para tirar dúvidas.

Jovem	Participação na definição de um plano de trabalho	Iniciativa para tirar dúvidas e discutir temas da matéria	Organização do tempo durante o estudo	Aprendizagem dos conceitos da matéria
1	3	3	2	3
2	4	3	3	4
3	4	4	4	4
4	3	3	2	3
5	1	1	2	2
6	2	2	3	3
7	3	3	3	3

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 6. Itens considerados na actividade: “Preparação para testes escritos”

As jovens adoptaram posturas diferentes na realização dos trabalhos de casa, umas sendo mais receptivas e cooperantes como as jovens 2 e 3 e outras mais resistentes, não demonstrando tanto interesse como as jovens 4, 5 e 6 (tabela 7).

Por outro lado, esta actividade teve sempre um carácter obrigatório, porque mesmo depois de várias sessões não era por iniciativa própria que as jovens iniciavam o estudo. Somente a jovem 3 revelou uma maior motivação na realização do que era pedido, pois as restantes encararam estas acções como uma obrigatoriedade e, de uma forma geral, não houve um bom acolhimento à actividade.

Jovem	Participação na realização dos TPC	Motivação	Aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula
1	3	4	2
2	4	4	3
3	4	5	4
4	3	2	2
5	2	1	2
6	2	2	3
7	3	3	3

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 7. Itens considerados na actividade “Realização dos trabalhos para casa”

É de referir que estas jovens são marcadas pelo insucesso escolar. Para agravar a situação a localidade de Sendim não apresenta oferta em Cursos de Educação e Formação, o que segundo um técnico entrevistado é uma grande falha:

*Não existe na nossa região nenhum curso para a faixa etária dos 15 aos 18 anos, nada! E penso que faria falta, ahh porque existem alguns para maiores de 18 de equivalência ao 12.º ano, mas elas têm dificuldades em chegar aí, era preciso (ET8).*

## 2.2. Alimentação

O interesse em desenvolver este tema consistiu em promover um estilo de vida saudável e são, fomentar em cada jovem o saber escolher e o saber comer os alimentos de forma correcta, mas também saber comprar os ingredientes certos para a confecção de refeições. Assim, este tema dividiu-se nas seguintes actividades: como comer correctamente; a confecção de refeições e uma ida ao supermercado (anexo VII).

## - Como comer correctamente

Esta actividade teve como objectivo fazer com que as jovens conhecessem a importância de uma alimentação equilibrada e as consequências de uma alimentação não saudável. Desta forma, as jovens elaboraram duas propostas de trabalho: a primeira denominada “Construção da roda de alimentos” e a segunda “Sei comer?”. Para executar estas actividades foi necessário uma cartolina, tesouras, cola e um marcador preto e folhas brancas. Colaborou nesta actividade um elemento da equipa técnica.

Para a execução da primeira proposta constituíram-se três grupos de trabalho. Pediu-se aos grupos para pesquisarem na internet os grupos alimentares da roda dos alimentos e imprimirem as imagens desses alimentos. Também se solicitou a identificação e o recorte de imagens de alimentos em panfletos publicitários de superfícies comerciais. Depois de reunidas e recortadas as imagens dos alimentos, procedeu-se à construção da roda dos alimentos e à colagem desses, numa cartolina, no respectivo grupo alimentar. Depois de finalizada, expôs-se no refeitório da instituição. De acordo com a tabela 8, as jovens, no geral, sabem distinguir os vários grupos alimentares da roda, destaca-se a jovem 3 com muito bom. No entanto as jovens 2, 5 e 6 revelaram uma participação insuficiente. A segunda proposta consistiu na reflexão das jovens sobre os seus hábitos alimentares, através do preenchimento de uma ficha. Da análise da tabela 8 verificou-se que as jovens 1, 2 e 7 estão a cometer alguns erros que podem prejudicar a sua saúde, no entanto, todas elas conhecem o significado da importância de se ter uma alimentação saudável e quais as consequências de uma alimentação não nutricionalmente equilibrada.

Jovem	Sabe como comer correctamente?	Conhece as consequências de uma alimentação não saudável	Participa na construção da roda dos alimentos	Sabe distinguir os vários grupos alimentares da roda de alimentos
1	2	3	5	4
2	3	4	2	3
3	4	4	4	5
4	4	4	3	4
5	4	4	2	3
6	4	4	2	3
7	3	4	4	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 8. Itens considerados na actividade “Como comer correctamente”

## - Confeção de refeições

Esta actividade foi desenvolvida todos os sábados em que a autora do estudo esteve presente na instituição (anexo VII). Inicialmente prepararam-se refeições/almoços estipulados pela instituição. Posteriormente, solicitou-se às jovens para pesquisarem na internet ementas dos seus pratos favoritos, para quinze pessoas. As ementas por elas escolhidas foram as seguintes: bifinhos com cogumelos, bacalhau com natas e esparguete com fiambre, bacon e natas. Para a execução desta actividade foram criados três grupos de trabalho constituídos por duas jovens, à excepção de um grupo que contou com três elementos. A autora do estudo colaborou e supervisionou a realização desta actividade, juntamente com um elemento da equipa educativa. Os recursos materiais utilizados foram ingredientes para a confeção das ementas de almoço.

Esta actividade teve como principais objectivos: exemplificar como se confeccionam refeições, inclusive pratos escolhidos pelas jovens e discutir a importância de regras de higiene na preparação de refeições.

Partindo da tabela 9, a confeção de refeições teve efeitos positivos, pois observou-se, no geral, uma avaliação considerada suficiente para os itens apresentados na tabela. São de destacar as jovens 3 e 7 que obtiveram em todos os itens muito bom, tendo sugerido acompanhar as refeições com sobremesas da autoria delas. Contudo, as jovens 2 e 5 foram as que manifestaram um trabalho de equipa insuficiente nesta actividade.

Jovem	Participação	Motivação	Trabalho em equipa	Adaptação a novas tarefas	Participação nas escolhas das refeições	Cumprir as regras de higiene e segurança
1	5	5	3	3	3	3
2	3	4	2	3	3	3
3	5	5	5	5	5	5
4	4	4	4	3	4	3
5	3	3	2	3	3	3
6	4	3	3	3	4	3
7	5	5	5	5	5	5

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 9. Itens considerados na actividade “Confeção das refeições”

## - Ida ao supermercado

Esta actividade realizou-se num sábado à tarde, com a ida a um supermercado (anexo VII) de um concelho vizinho, pedindo a autorização verbal ao proprietário para a realização da

mesma. Desta forma, solicitou-se a escolha e a compra dos ingredientes para a confecção do prato favorito: “Esparguete com natas, fiambre e bacon”.

Os recursos necessários para a realização desta actividade foram a utilização do meio de transporte da instituição para deslocação ao supermercado em causa e as instalações desse mesmo supermercado. Esta actividade contou com a colaboração de um elemento da equipa técnica da instituição.

Os principais objectivos que se pretenderam alcançar com esta actividade foram: realizar uma lista de compras necessárias para confecção de uma refeição, comparar preços dos diferentes produtos, verificar o preço *versus* a qualidade do produtos e conservar o talão de compras.

Através da grelha de observação (tabela 10) verificou-se que a maior parte das jovens estiveram muito motivadas e participaram na actividade, destacando-se a jovem 3 que apresentou em todos os itens muito bom. Observou-se também que as jovens compraram produtos muito económicos, preferindo as marcas brancas.

Jovem	Participação	Motivação	Consegue comprar os ingredientes certos para a confecção da refeição	Efectua uma escolha ponderada tendo em conta a qualidade/ preço dos produtos
1	5	5	5	4
2	3	3	5	4
3	5	5	5	5
4	5	5	5	4
5	3	3	5	4
6	5	5	5	4
7	5	5	5	5

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 10. Itens considerados na actividade “Ir ao supermercado”

### 2.3. Comportamentos pessoais e sociais

O tema “comportamentos pessoais e sociais” desenvolveu-se em três actividades de sensibilização nas áreas de higiene pessoal, da sexualidade e métodos contraceptivos e não ao álcool, tabaco e drogas (anexo VII).

#### - Higiene Pessoal

Esta actividade foi desenvolvida em duas fases distintas: a primeira fase da actividade realizou-se através da apresentação de diapositivos intitulada “Higiene Pessoal”. Posteriormente foi solicitado às jovens um debate de ideias acerca da temática, em simultâneo com a apresentação. Num outro sábado, à tarde, em conjunto com a instituição e com a

médica dentista da clínica dentária da região, as jovens tiveram oportunidade de realizar um *check-up* dentário, tendo tirado dúvidas sobre a higiene oral. No final da sessão foi oferecido, por parte da Clínica Dentária, um *kit* com uma pasta e escova de dentes e um panfleto sobre saúde oral. Para a execução desta actividade foram indispensáveis os seguintes recursos materiais: video-projector e tela branca para a projecção da apresentação. Estiveram presentes nesta actividade os elementos da equipa técnica da instituição e dois profissionais de saúde dentária (médica e assistente).

Esta actividade teve como objectivo alertar as jovens para a importância da higiene do seu corpo e sensibilizá-las para os comportamentos de higiene socialmente aceites.

Observou-se que esta actividade suscitou muita curiosidade e participação por parte das jovens, principalmente com a presença da profissional de saúde dentária e com a possibilidade de a poderem questionar, à excepção da jovem 5 que manifestou uma participação insuficiente. No entanto, também fez parte desta actividade a supervisão por parte da autora do estudo, de modo a determinar se as jovens tinham hábitos de higiene pessoais, nomeadamente antes de deitar (22h). Verificou-se que a maior parte delas tinham hábitos de higiene pessoais (tabela 11).

Jovem	Participação	Motivação	Tem hábitos de higiene
1	4	4	3
2	3	3	3
3	5	5	4
4	4	4	3
5	2	3	4
6	3	3	4
7	4	4	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 11. Itens considerados na actividade “Higiene pessoal”

### - Sexualidade e métodos contraceptivos

A actividade sobre sexualidade e métodos contraceptivos teve como intuito sensibilizar as jovens para a adopção de comportamentos sexualmente responsáveis: discutir o uso de contraceptivos para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e para prevenir gravidez indesejada. Desta forma, esta actividade foi realizada em parceria com a instituição e com duas profissionais do Centro de Saúde da localidade, nomeadamente uma médica e uma enfermeira. Esta actividade foi realizada ao longo de duas sessões. Na primeira, foi visualizada uma apresentação de diapositivos elaborada pelos profissionais de saúde, permitindo às jovens intervir e esclarecer dúvidas. No final da sessão foi oferecido, por parte

do Centro de Saúde, um *kit* com panfletos de esclarecimento sobre os diferentes métodos contraceptivos: o vírus HIV- SIDA e preservativos (um masculino e um feminino).

Para a execução desta actividade foram indispensáveis os seguintes recursos materiais: video-projector e tela branca para a projecção da apresentação e do filme “Filadélfia”. Intervieram na actividade os elementos da equipa técnica da instituição.

Esta actividade levantou muito interesse por parte das jovens e originou um interessante debate de ideias sobre a temática (tabela 12). Apesar do tema do Vírus HIV/Sida ser um tema debatido nas escolas públicas, as jovens demonstraram interesse em ver o filme “Filadélfia”, do realizador Jonathan Demme, que retrata o terrível efeito social do vírus da SIDA. Após a visualização do filme foi feito um debate sobre a temática em causa.

Jovem	Conhece as consequências da adopção de comportamentos sexuais irresponsáveis	Conhece os métodos contraceptivos existentes	Participação no debate de ideias
1	3	3	4
2	3	3	3
3	4	5	5
4	3	3	4
5	4	4	3
6	3	3	4
7	3	4	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 12. Itens considerados na actividade: “Sexualidade e métodos contraceptivos”

### - Não ao álcool, drogas e tabaco

Esta actividade teve como intuito sensibilizar as jovens para os efeitos nefastos do consumo de álcool, drogas e tabaco; prevenir comportamentos de risco e informar as jovens sobre as consequências negativas dessas substâncias. Antes de iniciar esta actividade foi visualizado pelas jovens uma apresentação sobre os factores de risco que influenciam comportamentos de risco tais como: beber, fumar e drogar. Para a realização desta actividade contou-se com a supervisão de um elemento da equipa técnica. Foi utilizado o vídeo projector e a tela branca para a projecção das apresentações.

As jovens desmotivaram um pouco com este tema (tabela 13), referindo que não são as apresentações que vão prevenir a iniciação deste tipo de comportamentos, uma vez que algumas já tiveram pelo menos um comportamento de risco quando se encontravam em férias, ou antes de serem institucionalizadas. É de salientar que três jovens foram institucionalizadas por mau comportamento associado a comportamentos de risco. Partindo da análise da tabela

13, as jovens 2, 4 e 6 mostraram pouca sensibilidade ao tema. Somente a jovem 3 é que conseguiu atingir Bom.

Jovem	Participação	Motivação	Sensibilidade ao tema	Conhece as consequências negativas dessas substâncias
1	3	3	3	3
2	3	3	2	3
3	3	4	4	4
4	3	3	2	3
5	3	3	3	3
6	3	3	2	3
7	3	3	3	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 13. Itens considerados na actividade: “Não ao álcool, drogas e tabaco”

## 2.4. Gestão doméstica

A realização deste tema surgiu da constatação, através das conversas informais mantidas com os técnicos que as acompanham, de que as jovens têm uma ideia pouca realista dos gastos que se têm numa vida independente. Assim, neste tema “Gestão doméstica” desenvolveram-se três actividades: a gestão do orçamento familiar, a gestão de recursos financeiros e passar a ferro.

### - Gestão do orçamento familiar

Esta actividade teve como intuito explicitar a definição do orçamento familiar e como estabelecer prioridades, mas também mostrar a importância de uma boa gestão da economia doméstica, de forma a elaborar um plano de pagamento das despesas habitacionais e explicar as regras de poupança na alimentação, água, energia eléctrica, gás e telefone.

Para alcançar estes objectivos visualizou-se uma apresentação de diapositivos sobre a temática e realizou-se a proposta de trabalho “Gestão doméstica”, em que foi atribuído às jovens um salário fictício de 500€ e questiona-se quais seriam as despesas prioritárias e o que lhes aconteceria se não pagassem essas despesas. Terminada a proposta surgiu um debate sobre o tema. Para a execução desta actividade foram indispensáveis os seguintes recursos materiais: video-projector e tela branca para a projecção da apresentação.

### - Gestão de recursos financeiros

De acordo com o manual *Umbrella* enuncia-se que:

*gerir o dinheiro é uma importante competência para desenvolver e por em prática antes da passagem para a vida independente. Esta competência não deverá ser deixada para quando o*

*jovem alcança a independência, mas deverá ser um processo contínuo durante todo o tempo em que o jovem esteja “protegido” (Del Valle e Garcia Quintanal, 2005, p.32).*

Mediante esta citação desenvolveram-se no âmbito da gestão de recursos financeiros três sessões: “como usar/poupar o dinheiro”; “selecção de formas de pagamento” e “onde pagar as contas?”. Estas sessões tiveram como finalidade sensibilizar as jovens para o uso adequado do dinheiro; esclarecer as formas de poupar dinheiro; dar a conhecer as formas de pagamento em prestações e a crédito; indicar às jovens quais os locais de pagamento das contas domésticas e explicitar que facturas é que terão que pagar quando viverem na sua própria casa.

Esteve presente um elemento da equipa técnica da instituição. Nessas actividades as jovens demonstraram muito interesse e participação como se observou nos casos das jovens 1, 3 e 4 (tabela 14). Perceberam a importância de gerir o dinheiro e tiveram noção de como gerir um orçamento doméstico. Elas apreenderam o significado de poupar dinheiro, já que só devem comprar o necessário. As mesmas têm percepção que se deve poupar para um dia mais tarde puderem utilizar o dinheiro, caso necessitem. No geral, as jovens conhecem as contas que têm de pagar no final do mês (jovens 2, 3 e 7) quando viverem sozinhas e identificam correctamente os locais onde devem pagá-las (jovens 2, 3, 5 e 7). Contudo, têm conhecimento das consequências de não pagar atempadamente as contas domésticas (tabela 14).

Jovem	Participação	Motivação	Define prioridades na elaboração do orçamento familiar	Conhece as regras de poupança	Sabe quais os meios de pagamento existentes	Identifica correctamente as facturas das contas domésticas	Conhece os locais de pagamento das contas domésticas
1	5	5	4	3	3	4	4
2	3	3	4	4	4	5	5
3	5	5	5	4	5	5	5
4	5	4	4	3	3	4	4
5	3	3	4	5	5	4	5
6	3	3	4	4	3	4	4
7	4	4	4	4	4	5	5

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 14. Itens considerados nas actividades: “Gestão do orçamento familiar” e “Gestão de recursos financeiros”

### **- Passar a ferro**

A actividade passar a ferro foi desenvolvida ao longo de quatro sessões, ao sábado depois do pequeno-almoço (anexo VII), pelos grupos de trabalho definidos anteriormente. A cada uma das jovens foi-lhe destinada a tarefa de passar a ferro, pelo menos duas peças de roupa.

Assim, esta actividade teve como fim explicar como cuidar e passar a roupa e relacionar a importância de cuidar da higiene da roupa com a aparência estética.

O material para executar esta actividade foi essencialmente o ferro e a tábua de passar. Esta actividade foi acompanhada por um elemento da equipa educativa da instituição.

Esta actividade foi pouco interessante para as jovens, já que a instituição dispõe de uma funcionária que trata da roupa delas. Foi, aliás, efectuada com muita dificuldade, pela falta de interesse das jovens 2, 4 e 5 (tabela 15).

Jovem	Participação	Motivação	Compreende a importância de cuidar da higiene da roupa com a aparência estética	Passa com ferro com perfeição	Dobra a roupa e arruma-a convenientemente	Cumprir as regras de segurança
1	5	5	4	4	5	5
2	2	2	3	3	4	5
3	5	5	5	4	5	5
4	3	3	4	3	3	4
5	2	2	3	3	3	3
6	5	5	4	3	4	3
7	5	5	5	4	5	5

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 15. Itens considerados na actividade: “Passar a ferro”

## 2.5. Inserção na vida activa

Neste tema “Inserção na vida activa” foram desenvolvidas duas actividades: imaginar o futuro e simulação de técnicas de procura de emprego (anexo VII). A primeira teve como objectivo que as jovens construíssem um projecto de vida. Desta forma, foi-lhes solicitada a realização de uma redacção, tendo como premissa perspectivar o seu futuro a 10 anos. Os recursos necessários para a execução desta actividade foram papel, caneta e lápis e sendo acompanhada pela autora do estudo e um elemento da equipa técnica.

Esta actividade permitiu explorar interesses profissionais das jovens, bem como reflectir acerca do futuro e como elas o imaginam, quer ao nível dos seus desejos, quer ao nível dos projectos realizáveis ou importantes para elas. Nessa redacção as jovens identificaram o ano de escolaridade que frequentavam e em que ano de escolaridade pensavam terminar os estudos. Também referiram as profissões que gostariam de ter no futuro, bem como as principais competências dessas mesmas profissões. Foram indicadas as seguintes profissões: bailarina e cantora (jovem 1); arquitecta (jovem 2); educadora de infância (jovem 3); animadora sócio-cultural (jovem 4); psicóloga (jovens 5 e 6) e estilista (jovem 7).

Por fim, decorrente da discussão em grupo sobre o tema, as jovens foram questionadas sobre se tinham ou não capacidades para trabalhar nas profissões identificadas. Após o debate

de ideias, as jovens mostraram interesse em saber que cursos deverão realizar para conseguir concretizar os seus projectos de vida.

As jovens gostaram da actividade, na medida em que todas elas transmitiram de forma razoável o seu projecto de vida. Porém, verificou-se que da análise das redacções sobre a projecção para o futuro denota-se a primazia do “ter” sobre o “ser”. Algumas jovens são atraídas pelo sucesso, pelo poder, pela fama e pelo dinheiro, não havendo uma perspectiva realista em planear o seu futuro por parte das jovens 1, 4 e 5 (tabela 16). Jardim e Pereira (2006) referem que *um habitat artificial, ao consumismo e à febre de ter* (p.90) constitui um dos bloqueios ao desenvolvimento pessoal. No entanto, outras anseiam constituir família e ter uma vida organizada com um emprego e sem problemas económicos.

Jovem	Transmite o seu projecto de vida	Adquire capacidades de reflectir sobre o Tema	Interioriza uma perspectiva mais realista de abordar os planos para o seu futuro
1	3	2	2
2	3	2	3
3	4	4	4
4	3	3	2
5	3	3	2
6	3	3	3
7	3	4	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 16. Itens considerados na actividade: “Imaginar o futuro”

Com a actividade “Simulação de técnicas de procura de emprego” pretendia-se que as jovens, dotando-as de meios e técnicas, pudessem elaborar um futuro projecto de vida profissional e um futuro plano de procura de emprego adequado ao perfil de cada uma. Esta actividade realizou-se em quatro sessões e teve como objectivos elaborar uma carta de apresentação; um *curriculum vitae*; preparar as jovens para uma entrevista de emprego; informar sobre os sites de ofertas de emprego; esclarecer o que é ter um emprego/trabalho e indicar os seus direitos e deveres como trabalhadoras.

A primeira sessão foi de esclarecimento sobre a procura de emprego. Referiu-se que deve ser efectuada de forma persistente e organizada, que procurar emprego dá trabalho e para ser feita deve-se reflectir sobre as competências, qualificações, experiência, gostos e interesses de forma a poder elaborar um perfil profissional correcto. No entanto, reforçou-se a ideia de que é necessário, também, conhecer o mercado de trabalho e, por isso, torna-se importante saber os sites de procura de emprego.

A segunda sessão consistiu em procurar anúncios de emprego no “Jornal de Notícias” dos dias 29 Janeiro e 12 de Fevereiro de 2011. Esta actividade foi executada individualmente, em

que cada jovem teve que escolher um anúncio que melhor se adaptasse às suas características e aos seus futuros desejos profissionais. De seguida, analisou-se cada anúncio escolhido, quais as exigências solicitadas, que tipo de empresa e qual o posto de trabalho requerido.

Na terceira sessão trabalharam-se formas de resposta a um anúncio escolhido e como elaborar o *curriculum vitae* (CV). Para isto foi visualizada uma apresentação de diapositivos sobre o tema. De seguida, as jovens construíram o seu próprio currículo.

Na quarta sessão simulou-se uma entrevista de emprego para rececionista numa Clínica médica. Nesta sessão utilizou-se a técnica de *role playing*, através do qual as jovens colocaram em prática as competências que aprenderam sobre como comportar-se numa entrevista e os aspectos que poderão ser abordados na entrevista, tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado. Assim, este *role playing* foi efectuado três vezes, de forma a que todas as jovens pudessem participar tanto como entrevistadas, entrevistadoras e como observadoras da simulação. No final, reflectiu-se sobre os comportamentos das jovens durante a simulação.

Esta actividade produziu um efeito positivo nas jovens, tanto pela forma receptiva como elas receberam a informação, como pelos posteriores comentários positivos acerca da actividade. Observou-se muita motivação por parte das jovens 1, 3 e 4, ao contrário das jovens 2 e 5 que se mostraram pouco participativas (tabela 17). Ao longo da realização das sessões, denotou-se que as jovens tiveram algumas dificuldades em encontrar um anúncio compatível com os seus futuros sonhos profissionais. Verificou-se também que elas tiveram noção de que a maior parte dos anúncios de emprego solicitam o 12.º ano de escolaridade e o domínio de pelo menos uma língua estrangeira. Neste aspecto, reforçou-se mais uma vez a importância de estudar e de concluir o 12.º ano. Aperceberam-se que é quase impossível, alguém preencher todos os requisitos exigidos em alguns anúncios, no entanto, foi-lhes comunicado que existem uns requisitos mais importantes do que outros e por isso há que se considerar que quando se possui uma grande parte das condições exigidas se deve responder ao anúncio, sem hesitar.

Observou-se, na quarta sessão desta actividade, uma melhoria do desempenho das jovens, à medida que se repetia o *role-playing* da entrevista, verificando-se, progressivamente, uma melhoria nos comportamentos adequados, nomeadamente nas jovens 2 e 5. Esta actividade foi considerada muito interessante.

Jovem	Participação	Motivação	Elabora correctamente uma carta de apresentação	Elabora correctamente um CV	Sabe seleccionar o anúncio de emprego de acordo com as suas possibilidades	Comporta-se adequadamente numa entrevista
1	4	5	3	3	3	3
2	3	2	3	3	3	3
3	5	5	4	4	4	5
4	5	5	3	4	3	4
5	3	2	3	2	3	3
6	3	3	3	3	3	4
7	3	4	4	3	4	4

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tabela 17. Itens considerados na actividade: “Simulação de técnicas de procura de emprego”

## 2.6. Avaliação das actividades realizadas pelas jovens

De forma a conhecer a opinião das jovens sobre as actividades desenvolvidas na instituição com vista ao desenvolvimento da autonomia, elaborou-se um inquérito por questionário (anexo VIII) que foi entregue às jovens para que elas pudessem avaliar as actividades desenvolvidas, mas também a se auto-avaliarem relativamente ao seu desempenho.

As jovens foram questionadas sobre a organização conveniente das actividades realizadas. Verificou-se que nas actividades de simulação de técnicas de procura de emprego; imaginar o futuro e passar a ferro seis jovens concordaram plenamente com a forma de organização das actividades. Nas restantes actividades, as jovens concordam na totalidade como se pode observar pelo gráfico 1.

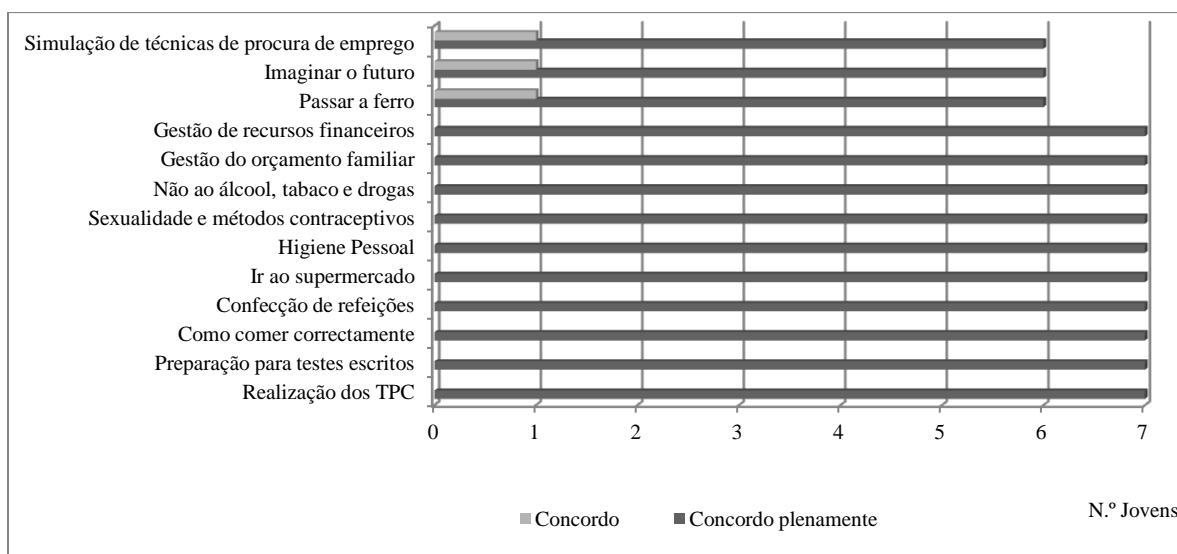


Gráfico 1. As actividades foram organizadas convenientemente

Questionadas sobre se as actividades despertaram interesse (gráfico 2) salienta-se que a actividade passar a ferro é a que apresenta um menor número de jovens que concordam plenamente com a actividade, sucedem-se as actividades de realização dos trabalhos para casa e confecção de refeições.

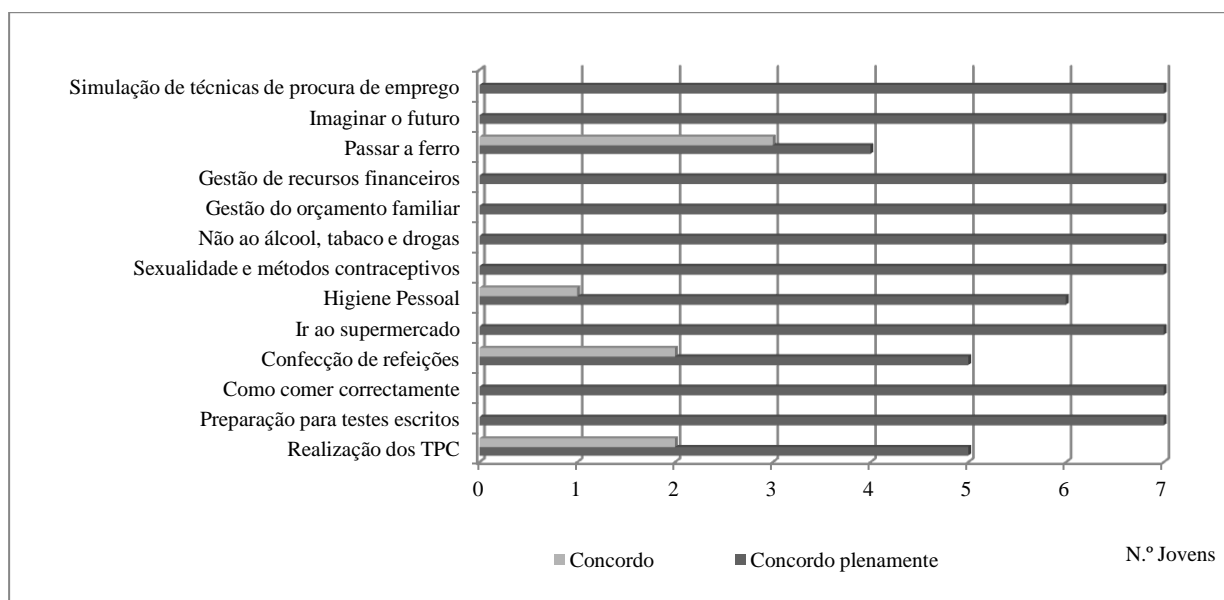


Gráfico 2. A actividade despertou interesse

Ao questionar as jovens sobre se as actividades foram motivadoras, a distribuição de respostas altera-se. Sendo a motivação um conjunto de forças que orienta o indivíduo para a sua mobilização de forma a concretizar um determinado objectivo, verifica-se que a actividade confecção de refeições é que alcançou a motivação plena por parte das jovens (gráfico 3). Pelo contrário, na actividade realização dos trabalhos para casa menos jovens se sentiram motivadas plenamente, o que parece confirmar o que dizia uma jovem: *não gosto de estudar* (EJ1).

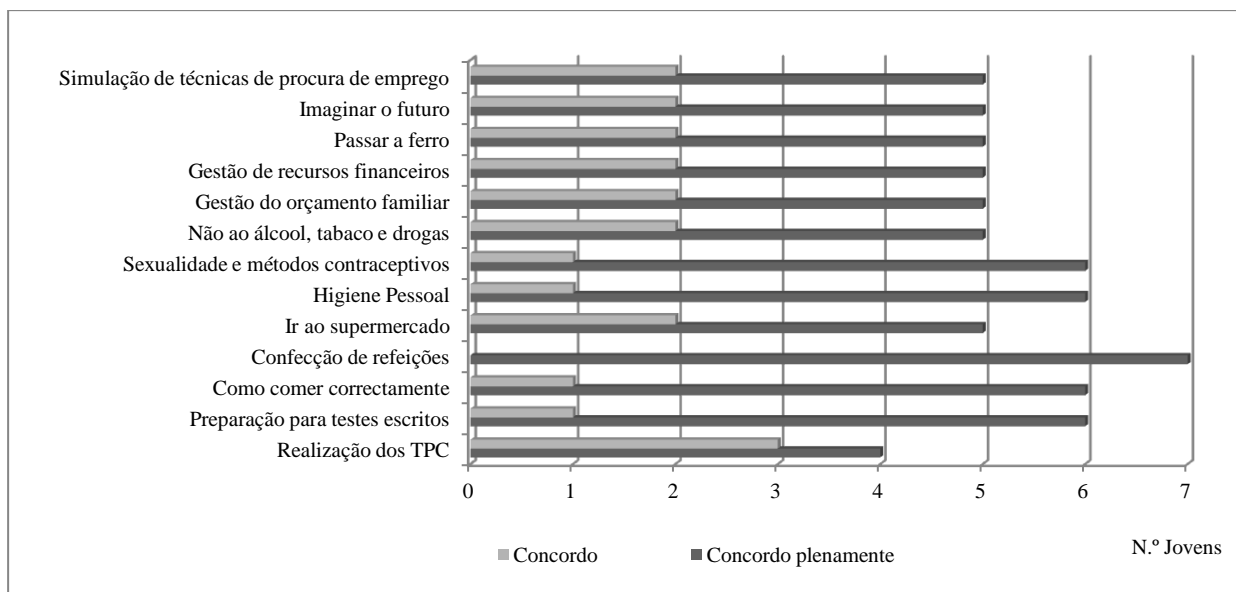


Gráfico 3. A actividade foi motivante

No elenco das actividades desenvolvidas na instituição com vista ao desenvolvimento da autonomia, quatro jovens identificaram a actividade simulação de técnicas de procura de emprego como sendo a mais útil (gráfico 4) para a promoção da sua autonomia futura, seguindo-se as actividades de gestão do orçamento familiar e de sexualidade e métodos contraceptivos com três respostas.

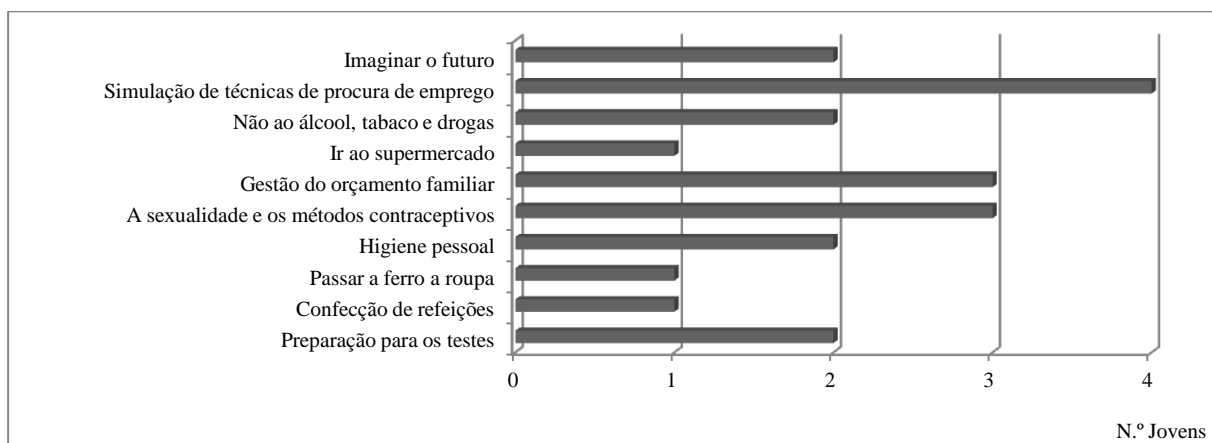


Gráfico 4. Actividade identificada como sendo a mais útil

Partindo da análise do gráfico 5, identificou-se que a actividade passar a ferro é, no entender das jovens, a menos útil para a promoção da autonomia futura. De seguida, são apontadas por duas jovens como menos úteis as actividades de não consumo de álcool, de tabaco e de drogas; como comer correctamente e realização dos trabalhos para casa.

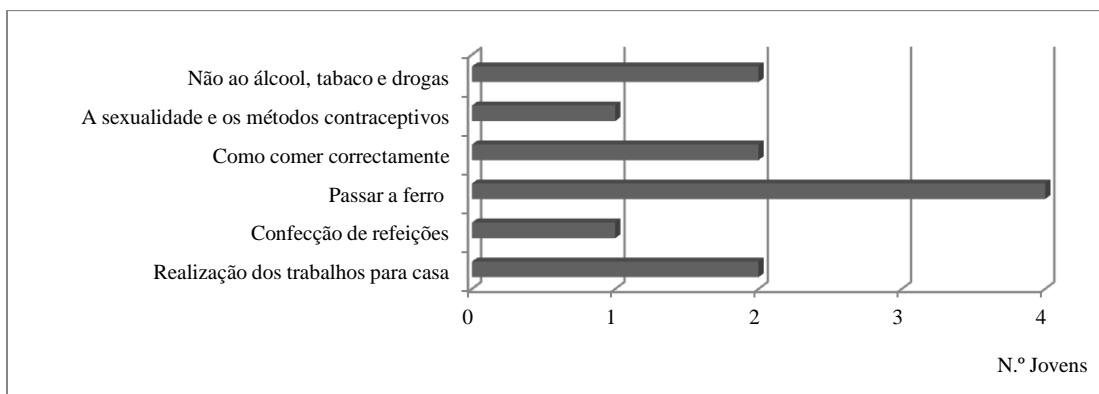


Gráfico 5. Actividade identificada como sendo a menos útil

De acordo com os gráficos 6 e 7 verifica-se que duas jovens gostaram de todas as actividades realizadas, porque elas vão contribuir para a construção do seu futuro. Salienta-se que duas gostaram da actividade sexualidade e métodos contraceptivos, já que perceberam melhor as dúvidas que tinham relativamente a essa temática.

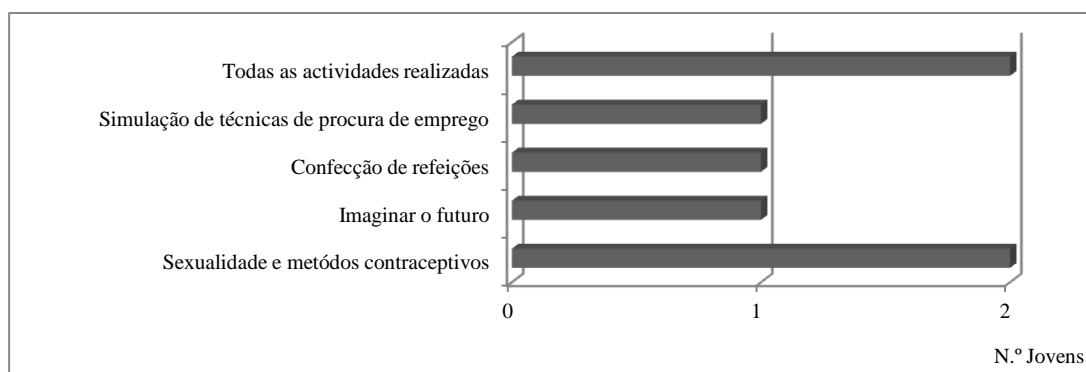


Gráfico 6. Actividades que as jovens mais gostaram

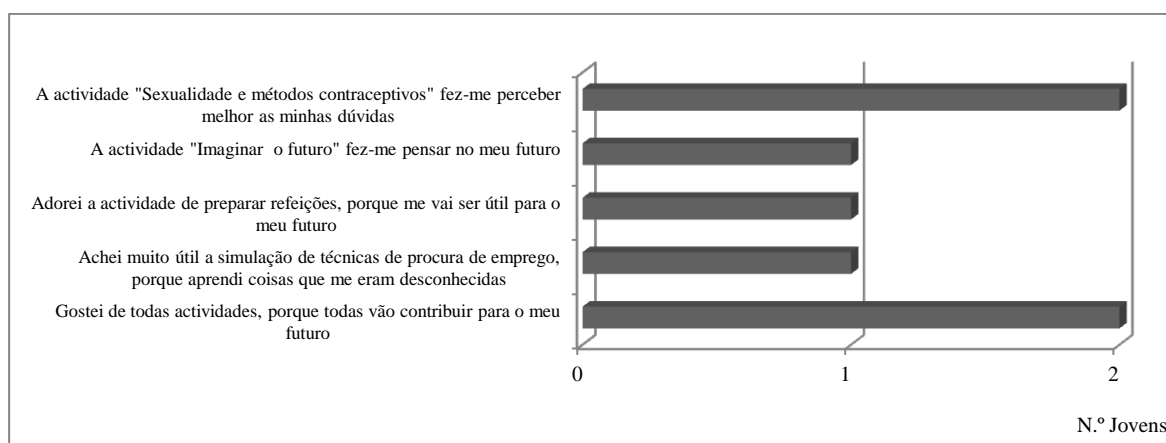


Gráfico 7. O porquê de gostar da actividade identificada

De forma a conhecer a avaliação do desempenho que as jovens fazem de si próprias, analisaram-se três variáveis: as expectativas antes da realização das actividades; a motivação antes e durante as actividades e a participação nessas actividades.

Observou-se que uma jovem afirmou que não tinha nenhuma expectativa antes da realização das actividades (gráfico 8) sobre a gestão do orçamento familiar; a sexualidade e os métodos contraceptivos; sobre higiene pessoal; ir ao supermercado e como comer correctamente. No entanto, seis jovens revelaram que apresentavam muitas expectativas antes da realização das actividades sobre gestão de recursos financeiros e não ao consumo de álcool, de tabaco e de drogas.

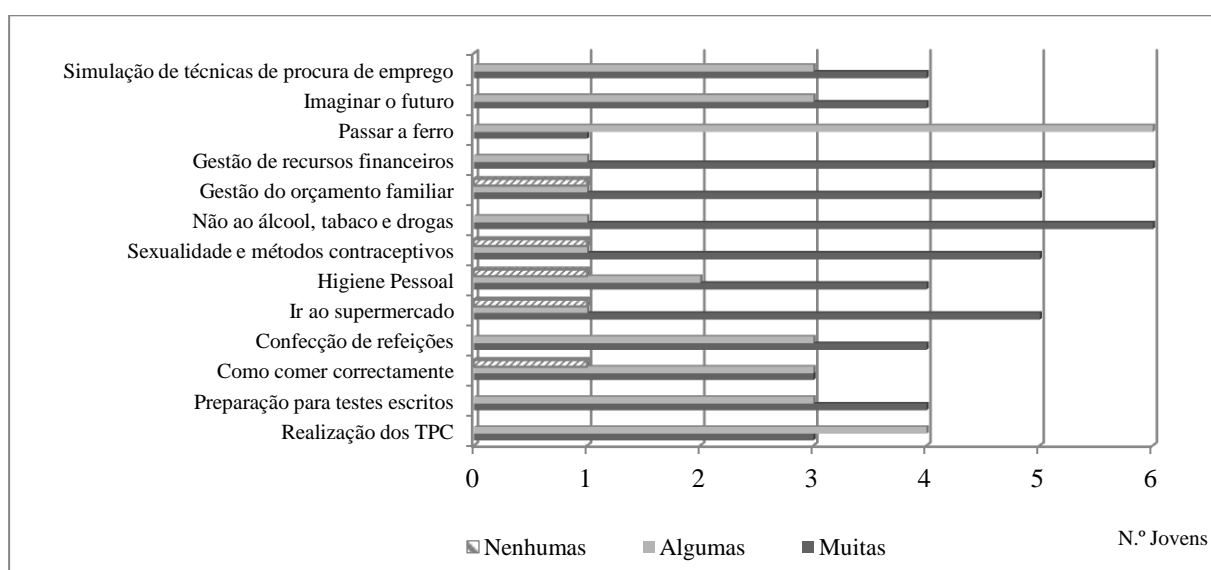


Gráfico 8. Quais as tuas expectativas antes da realização desta actividade?

É através dos gráficos 9 e 10 que se pretende analisar a motivação das jovens antes e durante a realização das actividades. Salienta-se que na actividade realização dos TPC, uma jovem revelou que a motivação antes e durante as actividades foi pouca. Porém, comparando os dois gráficos verificou-se uma evolução positiva da motivação nesta actividade.

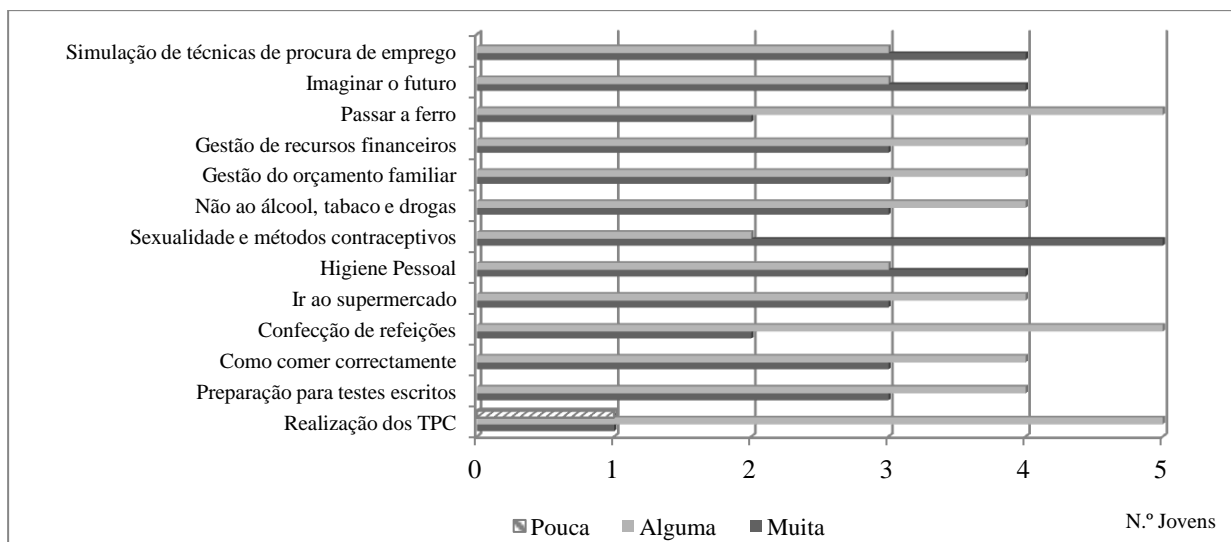


Gráfico 9. Motivação antes da realização da actividade

Do gráfico 10 a actividade sexualidade e os métodos contraceptivos onde o total de jovens inquiridas revelou elevada motivação por essa actividade desencadeou. Seguem-se as actividades de simulação de técnicas de procura de emprego e imaginar o futuro, respondida por seis jovens, cada uma delas.

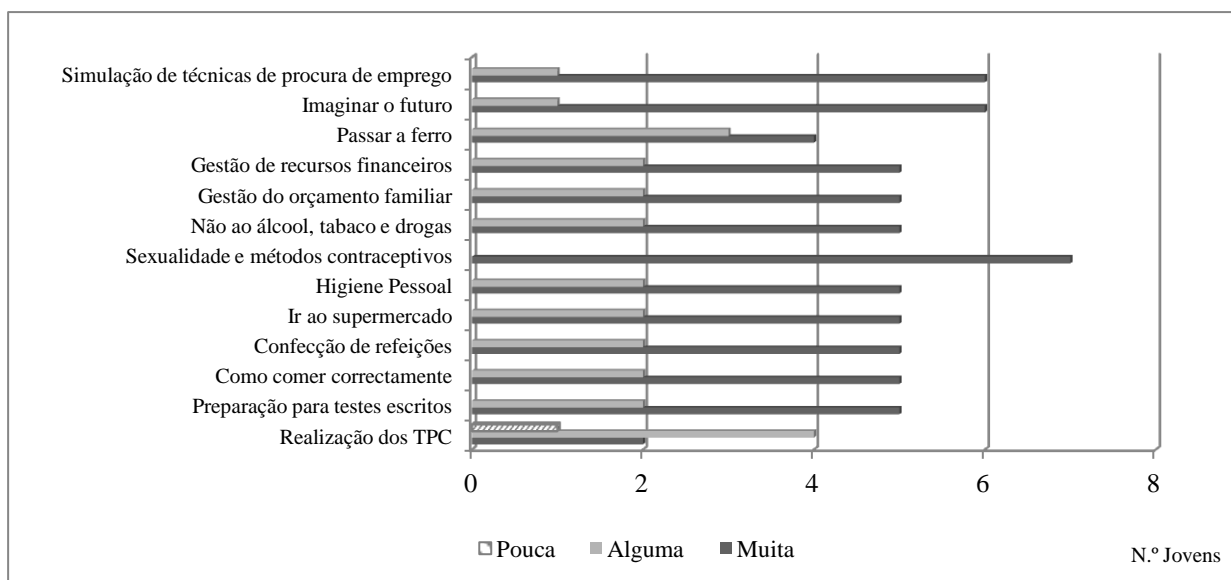


Gráfico 10. Motivação durante a realização da actividade

As jovens revelaram que a participação nas actividades variou consoante a actividade em questão como se observa no gráfico 11. Cinco jovens consideraram que participaram muito nas actividades de gestão de recursos financeiros; sexualidade e métodos contraceptivos e ir ao supermercado.

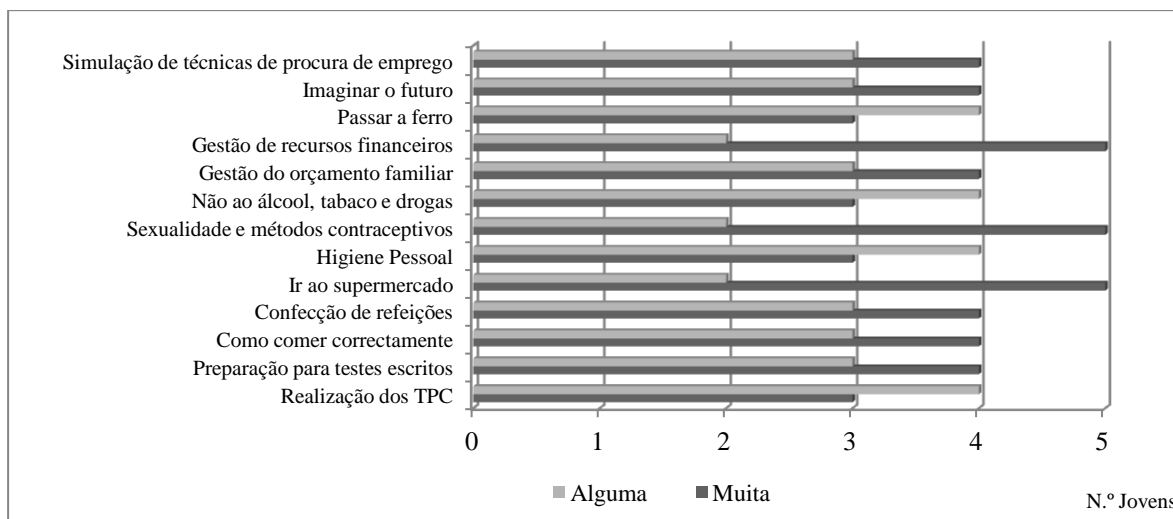


Gráfico 11. Participação na actividade

Salienta-se que, quatro jovens referiram que tiveram alguma participação nas actividades de realização dos trabalhos para casa; higiene pessoal; o não consumo de álcool, de tabaco de drogas e passar a ferro.

Quando se pediu às jovens para enumerarem sugestões de outras actividades com vista ao desenvolvimento da sua autonomia futura, cinco jovens não tinham opinião formada sobre essa questão, demonstrando algum desinteresse e não sugerindo nenhuma actividade. Somente duas é que sugeriram actividades. Uma delas sugeriu uma sessão de esclarecimento sobre gravidez e outra, uma ida a um Centro Comercial de forma a gastar um determinado valor em compras necessárias (gráfico 12).

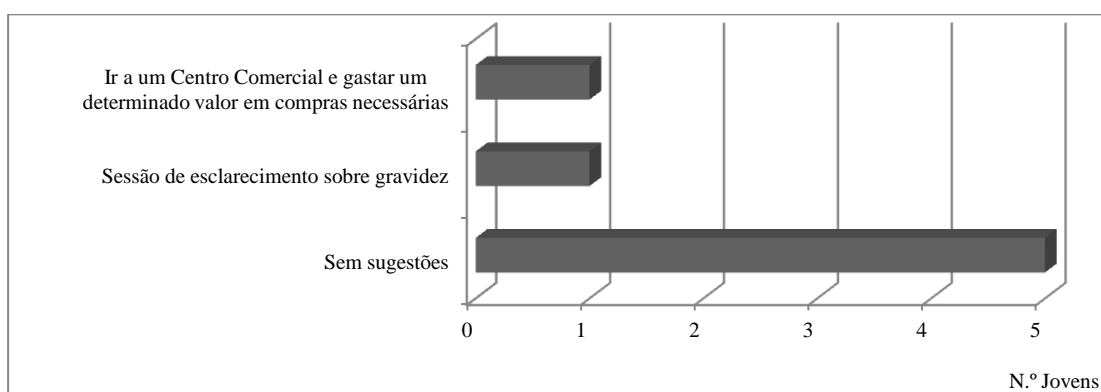


Gráfico 12. Sugestões de novas actividades com vista ao desenvolvimento da autonomia

De um modo geral, as actividades foram positivas e contribuíram para o crescimento pessoal e social das jovens e para a emergência de novas competências comportamentais. No que diz respeito ao cumprimento das funções do educador social, estas foram claramente

alcançadas, na medida em que se possibilitou o desenvolvimento de actividades, no sentido de melhorar o relacionamento interpessoal das jovens e a criação de equipas de trabalho, desempenhando-se, simultaneamente, o papel de ouvinte e de confidente e criando relações de proximidade com cada uma das jovens.

### 3. Análise das entrevistas semi-estruturadas

No que diz respeito às entrevistas feitas às jovens institucionalizadas começou-se por aprofundar as razões que estão na origem da sua institucionalização. A maioria conhece a razão pela qual foram institucionalizadas e enunciam atitudes de abandono, negligência e maus tratos por parte da família biológica:

*Porque tinha problemas de família [...] Maus tratos... (EJ6).*

Verificando-se a inexistência de protecção da criança, muitas vezes associada à recusa em assumir competências parentais:

*(...) a minha mãe mandou-me primeiro para o meu pai, depois o meu pai pôs-me aqui ao pé das minhas irmãs. (EJ7).*

Devido à negligência psicológica da família a que Calheiros e Monteiro (2000) designam por *omissões dos adultos em relação à supervisão na organização da vida diária e actividade escolar da criança* (p.163) as jovens têm maus comportamentos e expõem-se a comportamentos desviantes:

*(...) Portava-me mal (risos) [...] fui fazer a fogueira numa cabana de palha [...] fugia e dizia que me ia atirar ao poço [...] Fugia...Não dormia em casa [...] eu tinha problemas em casa, e eu não conseguia estar em casa [...] (EJ1);*

*(...) Meus comportamentos não eram adequados para a minha idade [...] Não respeitava a minha mãe (EJ2);*

*(...) Foi porque me portei mal [...] Faltava às aulas, às vezes passava dias fora de casa [...] Passava fins-de-semana fora de casa [...] prá night. (EJ3);*

*(...) Mau comportamento (EJ4);*

*Porque estava com a minha mãe em Lisboa na altura e não queria ir à escola e fazia asneiras e a minha mãe decidiu pôr-me aqui (EJ7).*

Outra razão apontada está relacionada com a morte de um ou dos dois progenitores e problemas económicos:

*Quando eu vim para esta instituição, há um mês tinha falecido a minha mãe, ou seja tiraram-me logo do pé da minha irmã. Porque já não tinha pai, não tinha mãe, e a minha irmã ainda estava a organizar a vida dela, por isso não podia cuidar de mim e depois ainda tinha uma filha... acharam*

*que era melhor retirar-me um pouco dos problemas [...] para eu conseguir fazer o ano [...] basicamente é problemas económicos (EJ5).*

Citando as palavras de Alves (2007) *Entrar num lar significa que pelo menos nos tempos mais próximos, ninguém irá buscar aquela criança para a levar para a casa. Para Ficar* (p.149). Desta forma, a entrada numa instituição é uma situação dolorosa e difícil que só é possível descrever quem passou por ela. Assim, as jovens entrevistadas foram questionadas sobre a sua primeira institucionalização com fim de responder à questão *Em que medida as jovens aceitam a sua institucionalização?*. Verificou que elas recordam este momento com medo, tristeza, solidão, revolta, afastamento dos progenitores ou dos cuidadores, enfim um dia mau:

*Muito Mau [...] Foi desespero [...] Não sei, andava aqui uns dias muito mal mesmo, não era capaz de fazer mesmo nada. Só fechada sozinha a chorar e a chorar nada mais (...)* (EJ2);

*Foi um dia mau [...] Que estava tudo a desmoronar-se [...] porque ia ficar longe da minha família* (EJ3);

*[...] Foi um momento mau ...e desagradável* (EJ4);

*[...] Senti muita tristeza, senti que não pertencia aqui, senti-me sozinha, ... (silêncio) numa solidão [...]Muito mau* (EJ5);

*Mau [...] Porque nunca tinha estado longe dos meus pais, e de repente eles deixam-me aqui e vão-se embora e eu comecei logo a chorar [...] Senti medo e ódio, [...] rebeldia...* (EJ7).

É de salientar o testemunho de duas jovens sobre este momento: para uma jovem este momento significou poder estar perto da mãe que vive num concelho vizinho:

*(...) senti que ia poder ver a minha mãe outra vez [...] Ansiosa [...] dez anos separada dela, não é fácil (...)* (EJ1).

Já a outra jovem reflecte sobre as suas acções e manifesta algum arrependimento:

*(...) Senti-me com raiva de mim própria. Aahh, que podia estar bem, e estou aqui escusadamente, porque sou ..., porque não tive juízo. Ahhh... e senti-me mal comigo própria [...]* (EJ2).

Quando questionadas sobre os aspectos positivos da instituição em que residem actualmente, as jovens enunciam que são satisfeitas as necessidades básicas, tais como alimentação, higiene e saúde:

*(...) Comida* (EJ1);

*Quando estamos doentes preocupam-se sempre connosco, em levar-nos ao médico* (EJ4);

*Uma delas é que ... quando temos algum problema de saúde estão ... sempre dispostos a ajudar-nos e levam-nos ao médico [...] se nós precisarmos tomar banho temos sempre à disponibilidade, ou seja, higiene não nos falta, nem alimentação* (EJ5);

*(...) a comida ... também nunca nos faltou nada, e a roupa lavada [...]* (EJ6).

São também referidas a compreensão e apoio pessoal dos profissionais:

*(...) as irmãs (...)* (EJ1);

*... as pessoas que estão aqui ajudam-nos...*(silêncio) (EJ3);

*(...) Hum... e sentimo-nos bem* (EJ4)

*(...) quando nós precisamos de ajuda, de ... em termos pessoais, também nos ajudam* (EJ5);

*As amizades com as outras jovens e as amigas [da instituição]* (EJ7).

A realização de actividades lúdicas:

*(...) as saídas* (EJ1)

*Preocupam-se em fazermos actividades, não estarmos sem fazer nada* (EJ4).

A perspectiva de um futuro favorável:

*Podemos sair daqui com emprego [...] Poder aprender a ser alguém na vida... Estudar. E se um dia tiver que sair, poder sair com um curso já feito* (EJ2);

*Podermos ser alguém no futuro* (EJ3);

*[...] podemos ser alguém na vida* (EJ7).

E a aprendizagem de actividades da vida doméstica:

*(...) Podemos aprender a cozinhar e a preparar-nos para quando sairmos daqui...* (EJ7).

Os técnicos partilham da opinião que estas competências domésticas têm sido promovidas na instituição para o desenvolvimento da autonomia das jovens:

*(...) actividades domésticas como lavar a loiça, pôr uma mesa, limpar as divisões da casa, pronto, essas tarefas domésticas são trabalhadas de uma forma regular* (ET10);

*(...) competências se calhar mais de lida de casa, de como elas podem ser autónomas elas próprias adquirir competências domésticas que... eu acho que aqui até está a ser bastante trabalhado* (ET11).

Contudo, estes aspectos positivos não escondem o desconforto constante que as jovens sentem em relação à instituição. Desta forma, enunciam como aspectos negativos da institucionalização: o excesso e rigor de regras e de controlo

*(...) quando as irmãs ralham comigo, metem-me de castigo...* (EJ1);

*Muitas regras [...] Não termos telemóvel à noite [...]* (EJ3);

*E ser muito controladoras. [...] Não podemos dar um pé em falso [...] Nós não podemos fazer nada. Se eu estiver atrasada da escola, põem-se logo ali à porta* (EJ4);

*As irmãs são um bocado rabugentas às vezes, mas pronto, isso é normal. Ahh, [...] E das regras* (EJ5);

*[...] Podíamos usar o telemóvel à noite. O computador [...] só estamos ao fim-de-semana praticamente. [...] Sim, [as irmãs] estão sempre a mandar regras...Em tudo...[...] Regras, multa nos telemóveis, essas regras assim.* (EJ6) e;

*São muito ... estão sempre a controlar [as freiras], ... muitas controladoras.* (EJ7).

As infra-estruturas físicas da instituição:

*[...] o parque lá fora, não gosto (...)* (EJ1);

*(...) o espaço lá fora, não é adequado para a nossa idade [...] O parque, apesar de termos aqui duas crianças mais pequeninas, mesmo assim o resto é tudo maior. Não é adequado para a nossa idade.* (EJ2);

*... não nos darem condições a nível de móveis.. e ... porque isto está tudo podre.* (EJ4);

*Por exemplo o chão da parte dos dormitórios, ou seja, o chão faz muito barulho e as portas e acorda toda a gente.* (EJ5).

A pouca liberdade, as poucas “saídas” fora dos concelhos vizinhos e o pouco contacto com a comunidade:

*(...) e por vezes não temos assim grande liberdade, temos alguma mas, ... (silêncio) é raro [...]*

*Podermos sair mais vezes do que aquilo que saímos. Já não digo sozinhas, mas com as tutoras, mas podemos sair mais vezes [...] Não só como fazemos sempre Miranda e Mogadouro, mas outros sítios, porque é sempre Miranda e Mogadouro e uma pessoa também se farta.* (EJ2);

*A liberdade [...] Deixam-nos sair aos domingos, antes não nos deixavam...* (EJ6)

*Podíamos ir a passear mais vezes.* (EJ7).

E o estar longe da família desencadeia atitudes de rebeldia:

*Estarmos longe da família, acho com isso ficamos mais rebeldes [...] Ficamos revoltadas.* (EJ7).

A distância da família e o sentimento de abandono revelam-se as razões mais importantes para a existência de revolta e a não-aceitação total da instituição.

Segundo Georgiades (2005) jovens que foram alvo de programas de desenvolvimento de autonomia manifestaram menos dificuldades na sua vida após a saída da instituição do que jovens que não participaram em programas desse tipo. Assim, tornou-se importante saber a opinião das jovens sobre o papel da instituição na promoção da sua autonomia e tendo elas, hipoteticamente, a função de directora da instituição o que sugeririam para adquirirem a autonomia. As respostas das jovens envolvem três aspectos. O primeiro tem a ver com a instituição que começa por ser limitadora da liberdade, na medida que as jovens enunciam a necessidade de elas próprias tomarem as suas próprias decisões:

*[...] Fazer com que eu tomasse decisões sozinha. Especificamente para poder com que por exemplo, se eu não queria andar com essas companhias a instituição não me obrigar. (...) Eu tinha o direito de escolher* (EJ1).

Três jovens sentem de forma especialmente forte a imposição de regras por parte da instituição. Reconhecem que as regras são importantes, mas fazem um apelo à importância de recompensar quem as cumpre, para que elas ganhem confiança e se sentirem que são compreendidas:

*Tirava algumas regras. [...] Tinha que lhe impor regras [...] Mas não muitas (...)* (EJ3);

*(...) tentava corrigi-las da melhor maneira ...Não fazê-las sentir pior do que aquilo que elas já estavam [...] (EJ2);*

*Oferecerem-me um voto de confiança... (EJ2);*

*[...] mais confiança, mais liberdade, não estarem sempre em cima de nós. Hum... e motivarem-nos. (EJ4).*

Contudo, os técnicos que as acompanham referem a falta de motivação, desinteresse e resistência das próprias jovens:

*(...) estão completamente desmotivadas, nada lhes interessa (ET9);*

*(...) uma criança [...] com uma imagem muito negativa de si própria, muito desconfiada em relação aquilo que a rodeia, [...] não consegue estabelecer esta confiança para se poder aventurar, para poder arriscar, decidir por si (ET10);*

*(...) a resistência delas, de quererem aprender (...) tenho muita dificuldade em fazer-lhes ver que há certas coisas [...] elas têm que aprender porque lá fora não vai haver ninguém a fazer por elas. (ET11).*

O segundo aspecto está relacionado com a preocupação das jovens em relação ao seu futuro, que para elas é uma das principais incógnitas. Referem a importância dos exemplos das pessoas que as rodeiam, os apoios especializados, bem como os exemplos da humildade e do trabalho na construção do futuro:

*Tentava... ver fazer... [...] (silêncio) mostrar-lhe como é que a vida era. Mais... e que ela fosse alguém na vida [...] muito contacto com os pais, se os tivessem é claro... mais ... ter apoio técnico...[...] Psicológico [...] Dizer, hum... os riscos que há no mundo, ... que um dia para ser alguém, temos de trabalhar e não esperar que as coisas caíam do céu. (EJ4);*

*Elas precisam de apoio, precisam quem as oiça e não faz muito bem elas estarem um pouco isoladas (EJ5).*

E, por último, as jovens enunciam a importância de gerirem o seu dinheiro como algo que a instituição pudesse promover para desenvolverem a sua autonomia:

*Por exemplo, nós gerirmos o nosso dinheiro, também é uma forma de vermos o que podemos gastar ou não, termos assim uma actividade para nós decidirmos (EJ6);*

*Se fossemos passear [...] se levássemos dinheiro já sabíamos quanto o que gastávamos (EJ7).*

No entanto, os técnicos referem a importância de desenvolverem competências na gestão da economia doméstica, não tendo estas sido promovidas:

*(...) a gestão da economia doméstica, penso que é uma das coisas que não é trabalhada (ET8);*

*A gestão de dinheiro, da semanada, o irmos às compras e elas compararem os preços, isso acho que é uma das coisas que tem que ser desenvolvidas (ET9).*

Para além disso, os técnicos entrevistados enunciam competências que ainda não foram desenvolvidas na instituição, mas que no entender deles seriam ideais para a promoção de

autonomia destas jovens. Sublinham a importância de se desenvolverem actividades no exterior, com entidades públicas, de forma a possibilitarem a inserção na sociedade:

*(...) Actividades essencialmente no exterior da instituição, como por exemplo ir a um banco, onde elas pudessem abrir uma conta [...] nos correios, ... Ir ao Instituto de Segurança Social, ver o que é que o instituto nos oferece e quais os serviços que podemos usufruir dele. Tal como o Registo Civil (ET9);*

*(...) colocar uma carta no correio. Saberem pedir uma informação (ET11).*

Decorrente desta constatação desenvolveram-se, no estágio, actividades que permitiram promover as competências consideradas em falta, pelos técnicos. Por sua vez demonstraram necessidade de uma intervenção precoce e individual para o desenvolvimento da autonomia:

*A autonomia tem que ser trabalhada de uma forma individual, individualizada e não de uma forma colectiva e depois ser feito de uma forma precoce (ET8);*

*Começar por exemplo muito antes dos 14 anos, começar a delegar-lhes alguma autonomia (ET11).*

Um técnico considera que para que haja uma correcta intervenção no âmbito da autonomia doméstica, é necessária a compra de certos electrodomésticos:

*uma máquina de lavar a roupa que elas pudessem por a trabalhar e que pudessem elas mexer [...], uma torradeira para elas puderem fazer o seu pequeno almoço. (ET9).*

No entanto, torna-se primordial desenvolver um modelo, o mais parecido possível com uma família, através da gestão da própria instituição em unidades familiares, de forma a promover a autonomia destas jovens com supervisão de um técnico:

*A instituição organizar pequenas unidades familiares, não é pequenos grupos com uma pessoa a coordenar esse grupo a que pudesse funcionar o mais próximo possível de uma família (ET8).*

Contudo, considera-se que para isto seja possível é necessário reestruturar fisicamente o edifício da instituição, de forma a proporcionar um ambiente acolhedor e harmonioso, mas também a criação de compartimentos específicos para determinadas actividades, tais como *ateliers* para actividades ou até construir

*Uma mini-residência, uma mini-casa, onde elas a partir, por exemplo, dos 16 comessem a ter lá todo o material necessário, para as poder preparar a nível doméstico e a nível de autonomia (ET11).*

Em relação aos recursos humanos, os técnicos são da opinião que é necessário mais pessoal auxiliar, monitores, animadores e outros elementos que constituam a equipa educativa.

As perspectivas dos técnicos estão perfeitamente alinhadas com as necessidades das jovens. Contudo, as dificuldades para implementar medidas mais efectivas para a autonomização das jovens tornam pertinente o desenvolvimento da questão *Será que a instituição se depara com obstáculos para a incrementar esta autonomia?*. Estes técnicos

revelaram que já se depararam com obstáculos ao longo deste processo, como a própria sociedade; os procedimentos legais morosos; a própria jovem e até mesmo a falta de assertividade pela equipa educativa, já que os dois elementos que a constituem trabalham 24 horas por dia na instituição. Em relação às próprias jovens, referiram que estas demonstram falta de iniciativa, de motivação, desinteresse e resistência à aquisição de novas competências, influenciada pelo proteccionismo da instituição:

*(...) muitas vezes acho que acabamos por confundir autonomia com protecção, não é, nós protegemo-las, fazemos as coisas por elas para evitar que elas errem...(ET8);*

*[...] o facto de serem crianças desprotegidas, se calhar queremos protegê-las tanto, que acabamos por, de vez em quando, interferir na autonomia e na responsabilização delas (ET11).*

No entanto, no entender de um dos técnicos o maior entrave é o sonho que as jovens têm de um dia puderem viver com a sua família

*(...) o elas estarem sempre a espera que um dia voltaram à família, dificulta a sua autonomia, ah se calhar a falta de auto-estima, de auto-confiança dificulta (ET8).*

Relativamente à própria sociedade e aos procedimentos legais morosos, destaca-se o papel dos tribunais

*(...) são máquinas um pouco lentas e quando é sinalizado uma criança ou uma jovem ... deixa-se passar muito tempo, deixa-se que a jovem seja marcada com muitos aspectos negativos até que haja uma intervenção e eu penso que haverá algo a fazer a nível de política de intervenção nas áreas dos menores...(ET8).*

As jovens têm noção das dificuldades que virão a sentir no futuro quando atingirem a maioridade:

*Acho que é melhor ir viver um anito ou dois com o meu pai, primeiro [...] uma pessoa com 18 anos não pode partir logo para a vida porque às vezes podem correr mal as coisas. (EJ1);*

*Ainda não sei, mas provavelmente não, porque com 18 anos ainda sou “novinha” (EJ5).*

Por outro lado, as jovens identificam que estudar para mais tarde ter um emprego, e deste modo poderem ser remuneradas, é uma actividade actual que estão a desenvolver com vista à sua futura ocupação pessoal e profissional. De facto, nas entrevistas realizadas elas demonstraram estar conscientes que têm que estudar para ter um futuro melhor:

*Estudar, para poder fazer o 12º ano (EJ1);*

*Tou a continuar os estudos (EJ2);*

*Estudar [...] Gostaria de ser educadora de infância (EJ3);*

*Estudar, tirar um curso para poder entrar na faculdade e arranjar um bom emprego (EJ5).*

## Considerações finais

Este trabalho permitiu aprofundar o tema da autonomia em jovens institucionalizadas dos 14 aos 17 anos. Quando os jovens são acolhidos numa instituição, está a assumir-se que o jovem terá uma nova oportunidade de aprender, crescer e por fim ter condições para viver a sua vida de forma independente. Contudo, nem sempre o jovem consegue aproveitar as oportunidades que lhe são dadas e, apesar de estarem numa instituição durante muito tempo, ainda se sentem “presos” ao passado. Nesse sentido, tornou-se pertinente analisar quais os procedimentos e estratégias que poderiam contribuir para tornar as jovens autónomas, alterando e promovendo melhorias nesse mesmo processo. Surgiram, assim um conjunto de actividades com vista à promoção da autonomia nas jovens que participaram neste estudo.

A instituição quando acolhe uma jovem responsabiliza-se pela sua socialização. Muitos são os autores que expõem os aspectos negativos da institucionalização de crianças e jovens. No entanto, se na instituição forem garantidas as condições para um equilibrado desenvolvimento dos jovens acolhidos, os resultados da institucionalização mostram-se positivos. Assim, podemos considerar como aspectos positivos da institucionalização: a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, saúde, higiene e educação; o desenvolvimento de actividades lúdicas e as amizades que as jovens fazem com o grupo de pares que vive na mesma instituição. Porém, surgem alguns aspectos negativos como: as próprias infra-estruturas da instituição; o excesso e o rigor das regras de funcionamento da instituição que põe em causa a liberdade que as jovens tanto anseiam e é de referir que a institucionalização e o afastamento da família biológica promove sentimentos de revolta e dificulta a aquisição de laços de vinculação necessários para o desenvolvimento de todo o processo de autonomia.

A relação das jovens com as pessoas da instituição é distinta das relações criadas num ambiente familiar, havendo um caminho a percorrer no que diz respeito ao processo de vinculação, dentro da instituição.

Estando a vinculação intimamente ligada ao processo de autonomização, um dos obstáculos é a dificuldade em existir uma relação de confiança e ligação de afecto e de proximidade, tal como aconteceria com os progenitores ou cuidadores dessas jovens. Todavia, as jovens revelaram ter consciência que deverão adquirir mais competências sociais e pessoais para serem autónomas, e que precisarão da ajuda dos pais biológicos ou de acolhimento para a aquisição de uma autonomia progressiva.

Por sua vez, os técnicos enumeraram aspectos de índole pessoal, sócio-afectiva, instrumental e comportamental, como sendo importantes para trabalhar o desenvolvimento da

autonomia das jovens, pelo que é fundamental desenvolver competências de auto-estima, de assertividade e de auto-confiança. Mas o Estado, os procedimentos legais morosos, a própria jovem, que rapidamente desmotiva e perde o interesse pelas actividades que se desenvolvem na instituição porque tem unicamente um sonho constante de voltar a viver com a sua família, são factores de constrangimento que dificultam o processo de autonomia.

A importância da gestão da economia doméstica foi considerada fundamental para que o percurso destas jovens possa ter sucesso, pelo que é importante proporcionar a aquisição de formação profissional, de forma a arranjar um emprego e por conseguinte autonomizarem-se. No entanto, torna-se necessário inculcar nas jovens a participação activa nas actividades exteriores à instituição e a sua relação com as várias entidades da sociedade, de forma a proporcionar o seu crescimento individual e a sua inserção na sociedade.

O plano de actividades executado na instituição com vista ao desenvolvimento da autonomia das jovens foi concretizado com sucesso, na medida em que elas foram actores de todo o processo.

De forma conclusiva, este estudo contribuiu para o desenvolvimento de competências de autonomia, que poderão facilitar a transição das jovens institucionalizadas para a sua vida futura.

## Referências Bibliográficas

- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco, *In Machado, C. e Gonçalves, R. (Coord.), Violência e Vítimas de Crimes* (vol. 2). Coimbra: Quarteto, pp. 223-244.
- Alexandre, A. e Vieira, M. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo, *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 2, mai./ago. Brasil, Maringá, pp: 207-217. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a07.pdf> (Acedido a 03-03-2011).
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa: ISCSP.
- Atger, F. (2004). Vinculação e Adolescência, *In Guedeney, N. e Guedeney, A. (Coord.), Vinculação – Conceitos e Aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores, pp. 147-156.
- Assembleia da República (2005). *Constituição da República Portuguesa*, <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>. (Acedido a 02-01-2011).
- Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S. & Chintapalli, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation, *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6:2, pp: 147 – 175. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15433710802683796> (Acedido a 03-09-2011).
- Berger, M. (2003). *A Criança e o sofrimento da separação*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre. Artmed Editora.
- Calheiros, M. e Monteiro, M. B. (2000). Mau Trato e Negligência Parental - Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº34, CIES. Oeiras: Celta, pp: 145-176. <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n34/n34a06.pdf>. (Acedido a 05-04-2011).
- Cansado, T. (2009). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social, *E- Cadernos*, n.º 2. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp: 1-11. <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Teresa%20Cansado.pdf>. (Acedido a 06-11-2010).

- Casa da Criança Mirandesa (2011). *Caracterização da Casa da Criança Mirandesa*. <http://casacrianca.net/default.asp?page=regulamentos&flash=true>. (Acedido a 03- 04 -2011).
- Centro de Estudos Territoriais (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Ed. ISCTE. [http://www.cnpcjr.pt/downloads%5CPercursos\\_jovens\\_saida\\_lares%20.pdf](http://www.cnpcjr.pt/downloads%5CPercursos_jovens_saida_lares%20.pdf). (Acedido a 23- 11 -2010).
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?07>. (Acedido a 03- 01 -2011).
- Diário da República, I série A, n.º 204 de 1-9-1999 - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei n.º 147/99, de 1 Setembro. <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/204A00/61156132.PDF>. (Acedido a 02- 01 -2011)
- Diário da República, I Série-A, n.º 215 de 14-9-1999 - Lei Tutelar Educativa - Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro. [http://www.a-familias.org/files/sinergias/Lei\\_Tutelar\\_Educativa.pdf](http://www.a-familias.org/files/sinergias/Lei_Tutelar_Educativa.pdf). (Acedido a 02- 01 -2011).
- Diário da República, I série A, n.º 193 de 22-8-2003 - Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto - Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção. [http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-lei/l-312003/downloadFile/file/L\\_31\\_2003.pdf?nocache=1181141242.51](http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-lei/l-312003/downloadFile/file/L_31_2003.pdf?nocache=1181141242.51). (Acedido a 02- 01 -2011)
- Del Valle, J. F. e Garcia Quintanal, J. L. (2005). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: ASACI. <http://www.accampa.org/web-public/?p=2113>. (Acedido a 16- 09 -2010).
- Doron, R. e Parot, F. (1998). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores, pp: 99-100.
- Erikson, E. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, M. A. e Silva, M. G. (1996a). *Centro de Acolhimento para Crianças em Risco*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. [http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=13094&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13094&m=PDF) (Acedido a 19- 09 -2010).
- Fernandes, M. A. e Silva, M. G. (1996b). *Lar para Crianças e Jovens – Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

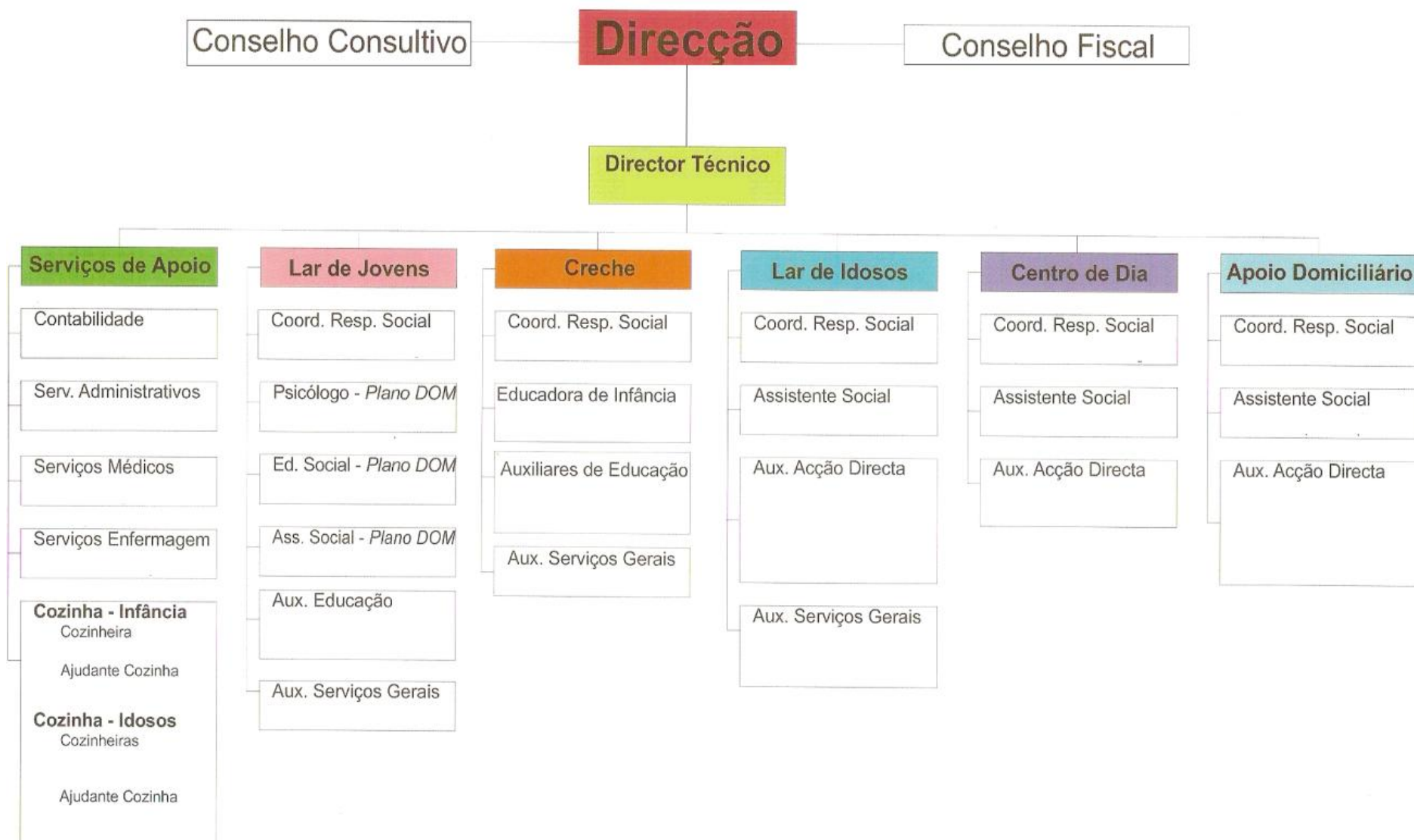
- [http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=13096&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13096&m=PDF) (Acedido a 19- 09 - 2010).
- Fleming, M. (2004). *Adolescência e autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Georgiades, S. (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, pp. 417 – 439.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hines, A., Merdinger, J., & Wyatt, P. (2005). Former foster youth attending college: resilience and the transition to youth adulthood. *American Journal of Orthopsychiatry*, 75, pp. 381 – 394.
- Instituto de Segurança Social (2009). *Modelo de Avaliação da Qualidade para o Lar de Infância e Juventude*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P [http://www2.seg-social.pt/preview\\_documentos.asp?r=21651&m=PDF](http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=21651&m=PDF) (Acedido a 19- 03 -2011).
- Instituto de Segurança Social (2010). *Plano de Intervenção Imediata - Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.  
<http://www.casapia.pt/LinkClick.aspx?fileticket=xsCRqWzcVyQ%3D&tabid=316&language=pt-PT> (Acedido a 18- 04 -2011).
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000). *Lares de crianças e jovens: caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. [http://www.cnpcjr.pt/preview\\_documentos.asp?r=218&m=PDF](http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=218&m=PDF). (Acedido a 10- 05 -2011).
- Jardim, J. e Pereira, A. (2006). *Competências pessoais e sociais – guia prático para a mudança positiva*. Porto: Edições Asa.
- Leandro, A.; Alvarez, D; Cordeiro, M.; Carvalho, R. e César, M. (2006). *Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa, Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social, I.P.  
<http://www.novofuturo.org/uploads/Manual.pdf>. (Acedido a 12- 10 -2010).
- Martins, P. C. M. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco representações sociais, modos e espaços*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança Braga: Universidade do Minho.

- <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3238/1/1.%20Parte%20te%C3%B3rica.pdf>. (Acedido a 02- 01 -2011).
- Martins, P. C. M. (2005a). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional — elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade, Encontro inadaptação social, *Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação*. Porto, pp: 1-11. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>. (Acedido a 06- 03 -2011).
- Martins, P. C. M. (2005b). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens — As Respostas Institucionais, *VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?* - 23 de Maio de 2005, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pp:1-11. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3163>. (Acedido a 02- 01 -2011).
- Matos, M.G. (2005). *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana. [http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Comunicacao.Gestao.de.conflitos.e.Saude\\_2005R.pdf](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Comunicacao.Gestao.de.conflitos.e.Saude_2005R.pdf). (Acedido a 12- 01 -2011).
- Miljkovitch, R. (2004). Medidas da Vinculação durante a Infância, *In* Guedeney, N. e Guedeney, A. (Coord.), *Vinculação – Conceitos e Aplicações*. Lisboa: Climepsi Editores, pp. 101-110.
- Mota, C.P. e Matos, P.M. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo, *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII), Lisboa, IPSA, pp: 245-254. [www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n2/v28n2a01.pdf](http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n2/v28n2a01.pdf). (Acedido a 08- 02 -2011).
- Oliveira, R.R. e Siqueira, J.E. (2004). Autonomia e Vulnerabilidade na Vida dos Adolescentes, *Espaço Aberto/Fórum, Revista da Faculdade Médicas Sorocaba*, v.6, n.º 2, Brasil, pp: 57-61. <http://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/316>. (Acedido a 19- 04 -2011).
- Piaget, J.(1974). *Seis Estudos de Psicologia*. Alfragide: Dom Quixote.
- Pinhel, J; Torres, N. e Maia, J, (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado, *Análise Psicológica*, 4 (XXVII). Lisboa, ISPA: 509-521. <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/255>. (Acedido a 10- 11 -2010).
- Quintãs, C. R. P. (2009). *Era uma vez a instituição onde eu cresci, Narrativas de adultos sobre experiências de instituição*. Mestrado em Psicologia da Justiça, Braga,

- Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese\\_Final\\_Cla%C3%BAdia\\_Quint%C3%A3ns.pdf.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese_Final_Cla%C3%BAdia_Quint%C3%A3ns.pdf.pdf). (Acedido a 20- 02 -2011).
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, T. (2008). *A intervenção na criança/jovem em risco – Um percurso a construir*. Mestrado em Bioética, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Medicina. <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22134/3/TeseTniaRamos.pdf>. (Acedido a 20- 01 -2011).
- Reichert, C. B. e Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais, *Revista Psico*, v. 38, n. 3, set./dez., pp: 292-299. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>. (Acedido a 22- 01 -2011).
- Ribeiro, M.J. (2003). *Ser Família - Construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Tese de Mestrado em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Escolar. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/728>. (Acedido a 16- 05 -2010).
- Ribeiro, M. e Sani, A. I. (2009). Risco, protecção e resiliência em situações de violência, *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp: 400-407. [https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1294/1/400-407\\_FCS\\_06\\_-7.pdf](https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1294/1/400-407_FCS_06_-7.pdf). (Acedido a 15- 01 -2011).
- Rodrigues, E. C. (1997). Menores em risco: que família de origem?, *Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto de Ciências e Políticas, pp: 539 -696.
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar: um Novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Santos, J. (1991). *Ensaio sobre Educação II - O falar das letras*. Lisboa: Livros Horizonte, pp: 312 – 313.
- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Strecht, P. (2003). *Crescer Vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e jovens*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Tomás, C. e Fonseca, D. (2004). Crianças em perigo: o papel das Comissões de Protecção de Menores em Portugal, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 47, n.º2, Rio de

- Janeiro, pp. 383 a 408. <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a07v47n2.pdf>. (Acedido a 08- 02 -2011).
- Tuckman, B. (2000). *Manual de investigação em educação*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- Unicef (2004). *Convenção sobre os direitos das crianças*, [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). (Acedido a 02- 01 -2011).
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo, In Silva, A. e Pinto, J., *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp: 101-128.
- Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da Autonomia Sustentada de Jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projecto para o Desenvolvimento de Competências Emocionais e Operacionais para a Independência*. Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, Lisboa: ISCTE-IUL. <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1881>. (Acedido a 12- 09 -2011).
- Vilares, I. (2009). A Institucionalização: (Des) Encontros Pela Relação, *Actas das II Jornadas de Educação Social*. Bragança, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Bragança, pp: 1-16. <http://portal2.ipb.pt/pls/portal/url.../85BE89D7574729C0E04088C1D2C3677F>. (Acedido a 16- 02 -2011).

## Anexo I. Organigrama da Instituição



## Anexo II. Guião de entrevista às jovens



### Entrevista às jovens institucionalizadas da instituição: Casa da Criança Mirandesa

Esta entrevista tem como objectivo a recolha de informação com vista ao tratamento do tema “Promoção da autonomia das jovens institucionalizadas”, inserido no estudo a realizar para a elaboração do relatório de estágio do mestrado em educação social.

Desde já, agradeço a tua colaboração.

#### Parte I – Percurso da Institucionalização

1. Que idade tinhas quando foste viver para uma instituição?
2. Qual (is) a(s) instituição (ões) em que viveste?
3. Durante quanto tempo viveste nessa (s) instituição (ões)?
4. Explicaram-te o motivo dessa (s) institucionalização (ões)?
5. Fala um pouco dos teus sentimentos sobre os primeiros contactos da (s) tua (s) institucionalização (ões).

#### Parte II – Necessidades da instituição sobre a autonomia nas jovens institucionalizadas

1. Consegues enumerar três coisas boas e três coisas más relativas à instituição em que resides?
2. Se fosses directora desta instituição, o que propunhas para as jovens que se encontram na mesma situação em que tu estavas quando foste institucionalizada para pudessem adquirir a sua autonomia?
3. A instituição oferece-te condições para desenvolver competências que promovam a tua autonomia? Em que medida?
4. Consideras que a instituição te proporciona aprendizagens úteis para quando entrares na vida activa? Na tua opinião, quais seriam essas aprendizagens?
5. O quê que já aprendeste na instituição, que na tua opinião te será útil futuramente?
6. Quando fizeres 18 anos, achas que terás condições para viver sozinha, de forma independente?
7. Qual é o teu projecto de vida pessoal e profissional? Actualmente, o que é que estás a fazer para o poderes concretizar?

### **Anexo III. Guião de entrevista aos técnicos**



#### **Guião de entrevista aos técnicos da instituição: Casa da Criança Mirandesa**

Esta entrevista tem como objectivo a recolha de informação com vista ao tratamento do tema Promoção da autonomia das jovens institucionalizadas, inserido no estudo a realizar para a elaboração do relatório de estágio do mestrado em educação social.

Desta forma, pretende-se conhecer a sua opinião acerca do processo de desenvolvimento da autonomia das jovens institucionalizadas dos 14 aos 17 anos, promovido pela instituição de acolhimento.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

#### **Parte I - Percepções dos técnicos acerca do processo de desenvolvimento da autonomia promovida pela Instituição**

1. Na sua opinião, quais os aspectos que considera serem importantes trabalhar com vista ao desenvolvimento da autonomia das jovens dos 14 aos 17 anos a nível pessoal, emocional e instrumental?
2. Quais as competências pessoais e sociais que estas jovens devem adquirir/possuir para alcançarem a sua autonomia?
3. Quais as competências que já foram promovidas com vista ao desenvolvimento da autonomia? Quais é que ainda não foram desenvolvidas? Quais os motivos?
4. De que forma é realizado o trabalho de autonomia (descrição dos procedimentos) das jovens dos 14 aos 17 anos na instituição?
5. Que recursos materiais pensa que seriam importantes para promover este tipo de intervenção com estas jovens? E quais os recursos humanos?
6. Quais as limitações/obstáculos com que se deparou ao longo deste processo?
7. Do seu ponto de vista, que actividades/ estratégias considera ideais para promover a autonomia nestas jovens?

## Anexo IV. Consentimento para a investigação



### PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Exmº Srº Director da Casa da Criança Mirandesa – Valência Lar de Infância e Juventude

Com o objectivo de dar cumprimento ao estipulado para o Relatório de Estágio do Mestrado em Educação Social, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, pretendo realizar uma investigação subordinada ao tema *A Promoção da autonomia em jovens institucionalizadas*, na Instituição Casa da Criança Mirandesa. Assim sendo, solicito a Vª Exc.ª se digne a conceder autorização para poder realizar esse estudo com o grupo de jovens dos 14 aos 17 anos e respectivos técnicos.

À superior consideração de Vª Exc.ª;

Sendim, 14 de Setembro de 2010

Susana Arminda de Castro Pires

*Autorização concedida*  
CASA DA CRIANÇA MIRANDESA  
O Director Técnico  
*Mosé Santiago*

## Anexo V. Grelha de análise das entrevistas às jovens

Categoria	Sub- categorias	Unidades de Registo	Frequências absolutas	
			∑u.r. S	∑u.r. C
A - Percurso da Institucionalização	A.1. Idade em que foi institucionalizada pela 1.ª vez	12 anos (EJ1) 14 anos (EJ2) 15 anos (EJ3) 14 anos (EJ4) 9 anos (EJ5) 3 anos (EJ6) 6 anos (EJ7)		13
	A.2. Localização das instituições	Casa da Criança de Ourém; Santa Casa da Misericórdia de Vagos, distrito de Aveiro; Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ1) Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ2) Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ3) Casa do Menino Jesus de Pereira, Mirandela; Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ4) Centro Don Abílio de Macedo de Cavaleiros; Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ5) “(…)estive um mês e tal em Bragança.”; Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ6) Casa da Criança de Sendim, Miranda do Douro (EJ7)		
	A.3. Tempo da Institucionalização	4 anos (EJ1) 1 ano (EJ2) 10 meses (EJ3) Cerca de 2 anos (EJ4) 1 ano e 7 meses (EJ5) 14 anos e um mês(EJ6) 9 anos (EJ7)		
	A.4. Motivos/Razões da Institucionalização	“(…)Portava-me mal (risos) [...] vou fazer ali uma fogueira [...] fui fazer a fogueira numa cabana de palha [...] e a minha avó chamou os bombeiros e não sei quê [...] fugia e dizia que me ia atirar ao poço [...] Fugia...Não dormia em casa [...] eu tinha problemas em casa, e eu não conseguia estar em casa [...] porque a minha avó, prontos ... já há muito tempo que anda doente[...] Alzheimer (...)” (EJ1) “(…) meus comportamentos não eram adequados para a minha idade [...] Não respeitava a minha mãe [...] aparecia mais tarde do que os horários que ela me punha” (EJ2) “(…) foi porque me portei mal [...] Faltava às aulas, às vezes passava dias fora de casa [...] Passava fins-de-semana fora de casa [...] prá night.” (EJ3) “(…) Mau comportamento.” (EJ4) “(…)Porque ... tinha falecido ... ou seja quando eu vim para esta instituição, há um mês tinha falecido a minha mãe, ou seja tiraram-me logo do pé da minha irmã. Porque já não tinha pai, não tinha mãe, e a minha irmã ainda estava a organizar a vida dela, por isso não podia cuidar de mim e depois ainda tinha uma filha... Parecia um bocado complicado [...].sair daquele ar pesado, ou seja, porque estava .. rodeado de pessoas com ... porque há pouco tempo tinha falecido a minha mãe estava um ar pesado e como eu sou ... nova, era nova, já tinha perdido os meus pais ... acharam que era melhor retirar-me um pouco dos problemas pra... para eu conseguir fazer o ano [...]Problemas económicos... basicamente é problemas económicos e ... essas coisas.” (EJ5) “Porque tinha problemas de família [...]Maus tratos, e assim...” (EJ6) “Porque estava com a minha mãe em Lisboa na altura e não queria ir à escola e fazia asneiras e a minha mãe decidiu pôr-me aqui ao	7	

		<p>pé das minhas irmãs gémeas [...] Mandou-me primeiro para o meu pai, depois o meu pai pôs-me aqui ao pé das minhas irmãs.” (EJ7)</p>		
	<p><b>A.5.</b> Caracterização dos sentimentos que causa a institucionalização</p>	<p>“(…) senti que ia poder ver a minha mãe outra vez [...] Ansiosa [...] dez anos separada dela, não é fácil [...] Achei fixe. [...] Até achei melhor que as outras [...] tinha creche [...] tinha lar [...] tinha assim coisas que as outras não tinham [...] Não fui muito de me habituar às pessoas, porque ainda fiquei acordada duas noites (...)” (EJ1)</p> <p>“(…) Tava desesperada, tava com medo, porque eu não queria vir práqui, nunca estive numa instituição ... (silêncio) ... Depois... pronto entrei e ...tava totalmente capaz de fuzir e... de fazer de tudo. Depois comecei-me a acalmar e conheci as colegas daqui.. é isso [...] Senti raiva de mim mesma por não saber fazer as coisas certas, e por não dar ouvidos às pessoas certas [...] Mau [...] Muito Mau [...] Foi desespero [...] Não sei, andava aqui uns dias muito mal mesmo, não era capaz de fazer mesmo nada. Só fechada sozinha a chorar e a chorar nada mais (...)” (EJ2)</p> <p>“Foi um dia mau [...] Que estava tudo a desmoronar-se [...] porque ia ficar longe da minha família [...] Mau [o momento]” (EJ3)</p> <p>“(…) Senti-me com raiva de mim própria. Aaah, que podia estar bem, e que estou aqui escusadamente, porque sou, porque não tive juízo. Ahhh... e senti-me mal comigo própria [...] Foi um momento mau ... e desagradável” (EJ4)</p> <p>“Foi ... nós entramos ...aah ... ou seja, eu, a minha irmã e ... uma funcionária da CPCJ de Macedo, também veio, veio comigo. E mais a Dra. Alexandra tiveram-nos a mostrar esta parte da instituição, a parte dos quartos e assim. E a parte de baixo do refeitório e essas coisas. E... Depois quando a minha mãe ia-se embora... agarramo-nos, ... Eu e a minha irmã começamos as duas a chorar e não queríamos deslargar e depois ela foi-se embora e ... depois eu ainda estava a chorar e depois reuniram todas as meninas na sala de informática e sentamos nos lá e foi quando vi a X que já tinha conhecido, e apresentaram-me assim ... às meninas todas. [...] Senti muita tristeza, senti que não pertencia aqui, senti-me sozinha, ... (silêncio) numa solidão...[...] Muito mau” (EJ5)</p> <p>“Entrevistadora: Como eras tão pequenina não te lembras do primeiro momento em que chegaste à instituição quer em Bragança quer aqui. Entrevistada: Não, não me lembro” (EJ6)</p> <p>“Mau [...] Porque nunca tinha estado longe dos meus pais, e de repente eles deixam-me aqui e vão-se embora e eu comecei logo a chorar [...] Senti medo e ódio, senti essas coisas... e rebeldia...” (EJ7)</p>	<p>6</p>	

Categoria	Sub- categorias	Unidades de Registo	Frequências absolutas	
			∑u.r. S	∑u.r. C
B- Necessidades na instituição sobre a autonomia nas jovens institucionalizadas	B.1. Aspectos positivos da Institucionalização	<p>“(…) Comida [...] as saídas [...] as irmãs (...)” (EJ1)</p> <p>“Podemos sair daqui com emprego [...] Poder aprender a ser alguém na vida... Estudar. E se um dia tiver que sair, poder sair com um curso já feito.” (EJ2)</p> <p>“Podermos ser alguém no futuro.... ahhh... (hesitar...) ... (silêncio) as pessoas que estão aqui ajudam-nos...(silêncio)...” (EJ3)</p> <p>“Quando estamos doentes preocupam-se sempre connosco, em levar-nos ao médico [...] Preocupam-se em fazermos actividades, não estarmos sem fazer nada. Hum... e sentimo-nos bem” (EJ4)</p> <p>“Uma delas é que ... quando temos algum problema de saúde estão ... sempre dispostos a ajudar-nos e levam-nos ao médico. A segunda quando nós precisamos de ajuda, de ... em termos pessoais, também nos ajudam e... temos ... e a terceira coisa...é que temos sempre ... temos sempre... como é que eu hei-de explicar,... se nós precisarmos tomar banho temos sempre à disponibilidade, ou seja, higiene não nos falta, nem alimentação.” (EJ5)</p> <p>“A liberdade, a comida ... também nunca nos faltou nada, e a roupa lavada [...] Deixam-nos sair aos Domingos, antes não nos deixavam... O telemóvel também é uma coisa boa que também já nos deixam estar todo o dia, antes nem isso estávamos, só estávamos uma hora. E é só.” (EJ6)</p> <p>“Boa é que se calhar podemos ser alguém na vida. Ahh ... Podemos aprender a cozinhar e a preparar-nos para quando sairmos daqui... Só conheço essas 2 boas [...] e as amigas.” (EJ7)</p>	7	47
	B.2. Aspectos negativos da Institucionalização	<p>“(…) quando as irmãs ralham comigo, metem-me de castigo... mais ... o estudo, não gosto de estudar [...]o parque lá fora, não gosto (...)” (EJ1)</p> <p>“(…) o espaço lá fora, não é adequado para a nossa idade [...] O parque, apesar de termos aqui duas crianças mais pequeninas, mesmo assim o resto é tudo maior. Não é adequado para a nossa idade e mais .... e por vezes não temos assim grande liberdade, temos alguma mas, ... (silêncio) é raro [...]Podermos sair mais vezes do que aquilo que saímos. Já não digo sozinhas, mas com as tutoras, mas podemos sair mais vezes [...] Não só como fazemos sempre Miranda e Mogadouro, mas outros sítios, porque é sempre Miranda e Mogadouro e uma pessoa também se farta.” (EJ2)</p> <p>“Muitas regras [...] Não termos telemóvel à noite [...] E a ementa [...] por causa do peixe.” (EJ3)</p> <p>“Seremos obrigadas a ir à missa. Hum... não nos darem condições a nível de móveis.. e ... porque isto está tudo podre. Ahhh... E ser muito controladoras. [...] Não podemos dar um pé em falso. Vão logo, ahhh ... “não sei quê”, comunica à GNR”, não sei quê ... não sei que mais. Nós não podemos fazer nada. Se eu estiver atrasada da escola, põem-se logo ali à porta: “Vens a estas horas”, não pode ser [...] São as regras, mas também não podem pisar assim uma pessoa. Uma pessoa chega 5 minutos atrasada...” (EJ4)</p> <p>“Por exemplo o chão da parte dos dormitórios, ou seja, o chão faz muito barulho e as portas e acorda toda a gente. As irmãs são um bocado rabugentas às vezes, mas pronto, isso é normal. Ahh, ... e a questão de irmos à missa. Não gostamos muito. E das regras.” (EJ5)</p> <p>“Más... há tanta...[...] Podíamos usar o telemóvel à noite. O computador podemos usar durante o fim-de-semana, só estamos ao fim-de-semana praticamente. E mais...[...] Sim, [as irmãs] estão sempre a mandar regras...Em tudo...[...] Regras, multa nos telemóveis, essas regras assim.” (EJ6)</p> <p>“Estarmos longe da família, acho com isso ficamos mais rebeldes [...] Ficamos revoltadas [...] São muito... são muito... estão sempre a controlar (as freiras), ... muitas controladoras. Mais outra... não sei... Podíamos ir a passear mais vezes.” (EJ7)</p>	7	

<p><b>B.3.</b> “E se fosses director da instituição, o que propunhas...” Sugestões e Propostas das Jovens para a promoção da sua autonomia</p>	<p>“tirar daqui as freiras. (...) Colocava monitoras, e pessoas para ficarem à noite ... Tipo... pessoas de educação social... As monitoras porque pronto não nos obrigam a rezar e assim, e essas coisas todas. E as freiras porque nos obrigam a rezar antes de comer, depois de comer, e eu não estava habituada a isso. (...) Entrevistadora: Mas, na tua situação...Entrevistada: Na minha situação o que é que eu mudava? Entrevistadora: Sim. Entrevistada: Pedia autorização ao tribunal para ... para ... para as jovens que se estavam aproximar-se de uma mãe ou um pai e que estão afastar um do outro, para terem o apoio dessa mãe ou do pai. [...] falava com o tribunal e resolvia a situação [...] mandava um relatório, com o sentimento da jovem e, pronto, com a situação que estava a decorrer com o pai ou com a mãe, e depois mandava para o tribunal, por exemplo, a minha mãe está um bocadinho afastada de mim, ... não me vem ver tantas vezes. Eu assim prescrevia a minha situação, o meu ... a situação como a jovem está a decorrer na instituição, está a decorrer o contacto com a mãe e também escrevia o sentimento da jovem (...)” (EJ1)</p> <p>“(...) tentava corrigi-las da melhor maneira ... Não fazê-las sentir pior do que aquilo que elas já estavam [...]Por exemplo no meu caso, eu saía e não respeitava os horários da minha mãe, e por exemplo a elas podia deixá-las sair e pôr-lhe um horário. Se elas cumprissem, como se costuma dizer podia-lhes esticar um bocadinho a corda, se não encolhia-lhe a corda. E assim até que elas aprendessem e corrigissem o seu erro [...]Por exemplo: eu deixo sair uma menina e ela cumpre sempre os horários, é um voto de confiança, já lhe estou a dar confiança para poder sair mais vezes.” (EJ2)</p> <p>“Tirava algumas regras. [...]Tinha que lhe impor regras [...] Mas não muitas (...)” (EJ3)</p> <p>“Tentava motivá-la, tentava compreendê-la, ajudá-la nos bons e maus momentos. Hum... ver fazer [...]...(silêncio) mostrar-lhe como é que a vida era. Mais... e que ela fosse alguém na vida [...]... muito contacto com os pais, se o tivesse é claro... mais ... ter apoio técnico...[...] Psicológico [...] Dizer, hum... os riscos que há no mundo, hum ... que um dia para ser alguém, que temos de trabalhar e não esperar que as coisas caíam do céu.” (EJ4)</p> <p>“Ah... nós, por exemplo, dava-lhe o máximo apoio para elas. Tentava melhorá-las no aspecto interior ... porque elas precisam...por exemplo, nesse caso elas precisam de apoio, precisam quem as oiça e não faz muito bem elas estarem um pouco isoladas. Aah ... propunha mais , ou seja, mais ... pra se distraírem mais um bocado...[...] Por exemplo, verem sítios que nunca tinham visto antes. Propor umas actividades desportivas por exemplo. Ah... passeios, todas juntas... Esse tipo de coisas... E actividades por exemplo fazer ... sei lá ... fazer acessórios, porque as raparigas de hoje em dia gostam de se arranjar e assim. Então, fazer esse tipo de actividades...” (EJ5)</p> <p>“[uma jovem institucionalizada] Que fosse para a instituição, ou para uma família de acolhimento [...]Ter boas condições em casa, que a tratassem bem, que fosse recebida com carinho, que lhe dessem o máximo carinho quando essa fosse nova... Depois de grande já não tem isso” (EJ6)</p> <p>“Falava com ela, levava as coisas na boa, a falar assim com ela. E tentava explicar. [...] Que depois se ia habituando, que ia ser diferente. Sei lá, dizia que depois também podia ir ver a mãe e o pai. ” (EJ7)</p>	<p>7</p>
<p><b>B.4.</b> O que é que a instituição pode oferecer para promover a autonomia nas jovens</p>	<p>“Fazer com que eu tomasse decisões sozinha. Especificamente para poder com que por exemplo, se eu não queria andar com essas companhias a instituição não me obrigar, com companhias más. Eu tinha o direito de escolher ... hum... perante .. sei lá , tanta coisa .. perante eu poder escolher um rapaz que fosse bom para mim e que eu notasse que fosse bom .. é isso mais ou menos.” (EJ1)</p> <p>“Oferecerem-me um voto de confiança...”(EJ2)</p> <p>“[...] mais confiança ,mais liberdade, não estarem sempre em cima de nós. Hum... e motivarem-nos, não nos deitarem a baixo.” (EJ4)</p> <p>“por exemplo, nós gerirmos o nosso dinheiro, também é uma forma de vermos o que podemos gastar ou não, termos assim uma actividade para nós decidirmos o bem e o mal...” (EJ6)</p> <p>“Se fossemos a passear [...] se levássemos dinheiro já sabíamos quanto o que gastávamos, essas coisas (...)” (EJ7)</p>	<p>5</p>
<p><b>B.5.</b> Aprendizagens úteis adquiridas na Instituição</p>	<p>“( ... ) Lavar a roupa, fazer comida, limpar a casa... mais ... lavar a loiça, meter a mesa ... hum... arrumar os quartos...a cozinha e assim ... limpar as coisas ... eu acho que isso é tudo necessário para nós aprendermos [...]os estudos também...(...)” (EJ1)</p> <p>“Aprender a ser uma dona de casa (risos) [...]A ter ... sei lá (silêncio) ... a ter comportamentos adequados para a minha idade... não sei mais...” (EJ2)</p>	

		<p>“Saber fazer tudo [...]Saber fazer limpezas, saber fazer o comer, (silêncio) ter um curso, um trabalho [...] Saber fazer algumas comidas. A limpeza já sabia fazer [...] A ser mais bem comportada [...] não responder às pessoas” (EJ3)</p> <p>“Matemática (risos)” (EJ4)</p> <p>“Ser uma boa dona de casa, ou seja, saber cozinhar, saber arrumar, ter responsabilidades. Aqui também ... temos tido muitas actividades disso. Saber distinguir o bom do mau lá fora. Aah... saber organizar a vida, porque aqui também, ao fim ao cabo, também ajudam. Ah... conseguirmos tirar um curso e sermos alguém na vida, porque ao estarmos aqui numa instituição temos mais ajuda para estudar, temos mais benefícios para sermos alguém na vida, para podermos sustentara nossa família, ... para formarmos uma família. Ah... ou seja, sermos autónomos e responsáveis. Aah... E sabermos fazer as escolhas acertadas...” (EJ5)</p> <p>“Os estudos, continuar os estudos [...]Cozinhar, fazer renda..., ter as boas regras de funcionamento de uma casa. Só ... por enquanto. ... Uma ajuda. Por exemplo começar como a Maria (nome fictício) aos fins de semanas, ter assim uma casa. Começar eu a pagar a renda e isso, era um começo. (EJ6)</p> <p>“Fazer limpezas, cozinhar.” (EJ7)</p>	7
	<p><b>B.6.</b> “Condições para viver sozinha, de forma independente”</p>	<p>“Acho que é melhor ir viver um anito ou dois com o meu pai, primeiro [...] uma pessoa com 18 anos não pode partir logo para a vida porque às vezes podem correr mal as coisas. Acho que, por exemplo uma pessoa ao fazer 18 anos tem que ter um emprego fixo, tem que ter dinheiro, tem que ter estudos feitos...(...)” (EJ1)</p> <p>“Depende, daqui até lá... Se continuar os estudos, penso que ainda viverei com a minha mãe, ou continuarei aqui. Agora se deixar de estudar e tiver muito trabalho e ...saber levar bem a vida e [...] Gerir bem o dinheiro, acho que sim, consigo viver sozinha.” (EJ2)</p> <p>“(...) não sei como vai ser a minha vida quando tiver 18 anos. Entrevistadora: Não sabes se terás condições para vieres sozinha de forma independente? Entrevistada: Mais ou menos. Entrevistadora: Mais ou menos? Entrevistada: Sim, mais ou menos.” (EJ3)</p> <p>“Tenho os meus pais que me ajudam [...] Que vou ter capacidade para ser independente... (Silêncio) E que um dia não vou precisar de ninguém [...]Com 18 anos, se os meus pais não estiverem cá, duvido muito que consiga ser independente.” (EJ4)</p> <p>“Ainda não sei, mas provavelmente não, porque com 18 anos ainda sou “novinha”, e ainda devo estar na faculdade ou a tirar algum curso e... devo estar a fazer um part-time para pagar as despesas da faculdade e assim e certamente o dinheiro não vai chegar para a casa.” (EJ5)</p> <p>“Sim, só que ainda não vou sair de casa porque quero acabar os meus sonhos [...]Só que aqui a casa apenas me está a pagar os estudos, para não preocupar a minha família com isso, fico na casa.” (EJ6)</p> <p>“(...) quando sair daqui já sei fazer tudo, praticamente, já sei cozinhar, já sei fazer limpezas, e é mais fácil arranjar trabalho.” (EJ7)</p>	7
	<p><b>B.7.</b> Importância das actividades actuais para a futura ocupação pessoal e profissional</p>	<p>“Estudar, para poder fazer o 12º ano. Faço alguns trabalhos aqui em casa [...]Lavar a loiça, meter o refeitório, às vezes faço a comida, buscar a comida ao lar...[...] tenho muitas dificuldades e tive de fazer planos de recuperação... e também vou ter testes adaptados a partir de agora, porque senão ... descarrilo por aí a baixo e já ninguém me mete o travão.” (EJ1)</p> <p>“Tou a continuar os estudos [...] Ter responsabilidade.” (EJ2)</p> <p>“Estudar [...] Gostaria de ser educadora de infância [...] Quando tiver um emprego saber gerir o dinheiro [...]Porque se não soubermos gerir o dinheiro, ... acontecem desgraças[...] Temos de pedir [dinheiro]” (EJ3)</p> <p>“Estudar [...]Sou autónoma. Aahh... tenho alguma responsabilidade. Não toda, alguma. ... Também sei o que é bom e o que é mau. Sei os benefícios e as consequências... (silêncio)” (EJ4)</p> <p>“Estudar, tirar um curso para poder entrar na faculdade e arranjar um bom emprego” (EJ5)</p> <p>“Neste momento estou a estudar [...] Pois, ... Tem que ser, tem que se cumprir as coisas, depois com a vida ...ensinámos, ...vamos ter de procurar trabalho, ser independente também já, ... gerir mais o dinheiro, saber gerir uma casa, família e fazer a comida.” (EJ6)</p> <p>“Estudar [...] Economizar” (EJ7)</p>	7

## Anexo VI. Grelha de análise das entrevistas aos técnicos

Tema 1 - Percepções dos Técnicos acerca do processo de desenvolvimento da autonomia promovida pela instituição

Categorias	Sub- categorias	Unidades de Registo	Frequências Absolutas	
			∑u.r. S	∑u.r. C
A - Aspectos importantes para o desenvolvimento da autonomia nas jovens	A.1. Pessoais	<p>“Ao nível pessoal (...), o serem mais responsáveis pelos seus actos, aahh não utilizarem a mentira como forma de encobrir (...) certos actos menos bons que elas fazem. (ET9)</p> <p>“ (...) aquilo que ocorre desde ... em pequenino (...) aquilo que nos... acontece quando somos pequeninos é o que nos marca para a vida, e o processo de vinculação se calhar é algo fundamental. Se a pessoa não tem uma boa vinculação, dificilmente vai ter uma boa autonomia, não é, dificilmente vai ser um adulto autónomo. Por isso se calhar esse é o aspecto fundamental. (ET10)</p> <p>“ (...) a nível de sentimentos (...) trabalhar os sentimentos do que elas podem encontrar lá fora porque elas aqui estão muito dependentes ” (ET11)</p>	4	17
	A.2. Sócio-afectivos	<p>“ (...) o caso da auto-estima, ah, a auto-confiança, o auto-conceito, a resiliência, são aspectos muito muito importantes na vida delas” (ET8)</p> <p>“ (...) a assertividade por exemplo ” (ET8)</p> <p>“ (...) A nível da sua auto-estima, tentar... Se elas tiverem uma auto-estima bastante elevada e boa isso também vai fazer com que elas... isto a nível pessoal a responsabilidade, está tudo interligado... Se for uma auto-estima, se for uma elevada auto-estima, a responsabilidade já vai ser mais elevada. ” (ET9)</p> <p>“ (...) Emocional [...] deixar de ter medo, uma vez que estas jovens são privadas das suas necessidades muitas vezes e dos seus desejos, elas têm medo de arriscarem, de certas e determinadas actividades, tanto aqui dentro como no exterior. ” (ET9)</p> <p>“ (...) é preciso conseguir expressar-se emocionalmente, expressar os sentimentos e acho que isso é algo muito complicado. As pessoas ... aah... em muitas situações até são um bocado... “aah, em muitas situações, não é bom mostrar o que se sente”, e acho que são de alguma forma educados a não o fazerem. Ah... e depois nem sempre é fácil quando querem mesmo conseguir exprimir-se devidamente (...) Eu acho que o conseguirem expressar a afectividade que têm é uma capacidade ... que só se tem quando se é autónomo emocionalmente ” (ET10)</p> <p>“ (...) delas poderem controlar no tipo de sentimentos relativamente às suas escolhas das amizades, das relações com quem vão criar, trabalhá-las nesse sentido [...] se calhar é mais no sentido de ... de ... como é que eu hei-de... de saber enfrentar, de estarem preparadas para enfrentar as dificuldades que lhe possam acontecer no dia-a-dia... aah... tanto a nível de relacionamentos como a nível de... se tiverem a trabalhar de relação de amizade, de relação de colegas de trabalho. Não sei se é isso que...(ET11)</p>	6	
	A.3. Instrumentais	<p>“ (...) a relação com as instituições da sociedade, não é, as relações com a escola, com a saúde, com emprego, com a segurança social (...) o acompanhamento individual aah e constante era era talvez a a a ferramenta mais importante no no no trabalho da autonomia nestas jovens” (ET8)</p> <p>“ (...) era necessário trabalhar de uma forma individual e esta não tem que ser igual àquela e não tem que ter as mesmas condições que a outra e não tem que ter as mesmas regalias que a outra” (ET8)</p> <p>“ (...) A nível instrumental, estas jovens ahhh têm uma perspectiva demasiado elevada [...] elas contradizem-se não é? A perspectiva delas é muito elevada mas por exemplo, a nível de qualificações e de trabalho é tudo do mais fácil e do mais baixo. ” (ET9)</p>	5	

		<p>“ (...) aí há algo que é fundamental que é: nós só podemos fazer algo se tivermos conhecimento disso, se tivermos informação para. Sem informação temos desconhecimento, não sabemos como agir, ... e isso acontece. Estas miúdas precisam de tratar um papel na segurança social, elas não são capazes. [...] Ainda que nós estivéssemos presentes, não é, para poder acompanhar, para poder assegurar que essa tal retaguarda, que elas necessitam, que lhes dá confiança, mas é também isso que as faz [...] se elas não tiverem confiança não fazem, não é, não acreditam nelas próprias e... eu acho que nesse campo é preciso dar informação e confiança é evidente (...)” (ET10)</p> <p>“ (...) o essencial aqui, nestas idades é prepará-las para certas situações que possam ocorrer lá fora. Situações [...], com amizades, de relacionamentos de trabalho, dotá-las de técnicas que elas possam... que elas possam lá fora conseguir, conseguir ... dando os primeiros passos, sem a ajuda que elas têm cá dentro. [...] Acho que o essencial é ensiná-las em coisas práticas ... como lidar com o seu dia-a-dia em tarefas domésticas, tarefas de trabalho...” (ET11)</p>		
	<b>A.4. Comportamentais</b>	<p>“ (...) Competências para as actividades da vida diária, como a questão da higiene pessoal, habitacional, a cozinha, o tratamento de roupa” (ET8)</p> <p>“ (...) Serem responsáveis, e assumirem aquilo que fazem, e tentarem resolver o problema.” (ET9)</p>	2	
<b>B - Competências que estas jovens devem adquirir e possuir para alcançarem a sua autonomia</b>	<b>B.1. Pessoais</b>	<p>“ (...) Auto-confiança... da auto-estima, do auto-conceito, da resiliência é muito importante e a assertividade” (ET8)</p> <p>“ (...) Competências a nível pessoais, por exemplo, competências a nível da habitação, o passar a ferro, o fazer a cama, o cozinhar, o lavar a roupa, isso tudo são competências que elas precisam para a sua autonomia ” (ET9)</p> <p>“ (...) O que sou eu, o que são os outros. O que sou eu, os meus gostos, os meus interesses, a minha identidade própria e aceitá-la, estou bem comigo o que eu sou... aah... e consigo-me afirmar perante os outros ” (ET10)</p> <p>“ (...) Toda a gente precisa de alguém a quem recorrer, precisa de um suporte, uma retaguarda mesmo aqueles que são autónomos, porque sabem que têm, e é isso que permite uma pessoa aventurar-se, ir em frente, arriscar. É saber que também tem um porto seguro onde recorrer, caso necessite. ” (ET10)</p> <p>“ (...) a nível de competências pessoais, eu acho que está muito relacionado com o controlo emocional que elas têm que ter lá fora com as pessoas, com quem vão lidar, com as novas relações que vão criar. ” (ET11)</p>	5	11
	<b>B.2. Sociais</b>	<p>“ (...) devíamos prepará-las para ahh (silêncio) quando elas atingem a maioridade e que vão sair da instituição estarem preparadas para se inserirem na sociedade e serem capazes e daí de eu falar no princípio da relação com as instituições [...] meter uma carta no correio”. (ET8)</p> <p>“ (...) a preparação para a inserção na vida na sociedade” (ET8)</p> <p>“ (...) a necessidade de as preparar para este embate na sociedade” (ET8)</p> <p>“ (...) muitas vezes facilitam-lhes certas e determinadas atitudes que elas tomam que têm a desculpa de serem da Casa da Criança e têm que estar bem incluídas na sociedade para poderem usufruir de competências sociais ahhh no exterior da instituição( ET9)</p> <p>“ (...) O conseguir comunicar, conseguir expressar-se, dizer aquilo que pensa,... pensar até nas coisas e conseguir dizê-lo, fazer os outros entender qual é o seu ideal, a sua ideia, se impor, conseguir partilhar com os outros o que pensa, isto é um sinal de autonomia também. Ah... e para além disso, a capacidade de se diferenciar dos outros”. (ET10)</p> <p>“ (...) A nível de competências sociais acho que elas devem adquirir competências de mudança, a capacidade da mudança, na vida delas. A capacidade de comunicação com os outros, a capacidade de trabalho e iniciativa, terem elas próprias a iniciativa de serem autónomas, quererem procurar mais, a capacidade de resistência ao stress, ou às situações menos boas que lhes possam acontecer e não se deixarem ir a baixo logo com o que lhe possa acontecer, e ter... aah... essencialmente responsabilidade e auto-confiança em elas próprias. (ET11)</p>	6	

<b>C-</b> Competências promovidas na instituição para o desenvolvimento da autonomia	<b>C.1.</b> Actividades da Vida Diária	<p>“ (...) As competências para as actividades da vida diária, umas mais e outras menos, mas todas elas vão adquirindo essas competências ahh até aos 18 anos” (ET8)</p> <p>“ (...) As actividades da vida diária, o arrumar o quarto, o cozinhar, tratar a roupa, a higiene pessoal ” (ET9)</p> <p>“ (...) actividades domésticas como lavar a loiça, pôr uma mesa, limpar as divisões da casa, pronto, essas tarefas domésticas são trabalhadas de uma forma regular (ET10)</p> <p>“ (...) competências se calhar mais de lida de casa, de como elas podem ser autónomas elas próprias adquirir competências domésticas que... eu acho que aqui até está a ser bastante trabalhado (ET11)</p>	4	7
	<b>C.2.</b> Relação com a Sociedade	<p>“ (...) também já se fez um trabalho bastante grande na .. no impacto da sociedade, portanto elas também não são vistas numa forma tão marginal como eram não é, e isso vou feito com um grande trabalho. Também em relação a elas ahh... já lhes é possibilitado algum contacto com a sociedade com as instituições ahh que as vão preparando essas vivências as vai preparando para a inserção na sociedade” (ET8)</p> <p>“ (...) terem uma boa inclusão social, que às vezes estas miúdas não são vistas como umas miúdas de lá fora, são sempre vistas como as meninas da Casa da Criança. Logo já estão a ser rejeitadas ” (ET9)</p>	2	
	<b>C.3.</b> Dar a opinião sobre determinados assuntos	<p>“ (...) O facto de se lhes pedir uma opinião, por exemplo, o facto de haver um espaço para elas se expressarem, é dar-lhes autonomia, ainda que elas não o entendam [...] elas tomarem a palavra sobre um determinado assunto, por exemplo, expressarem-se. Para além disso ...ah... há situações em que se promove também a autonomia em determinadas saídas... deixá-las escolher por exemplo os destinos, ou o que fazer, mesmo decisões que têm de ser tomadas no âmbito dessas saídas...” (ET10)</p>	1	
<b>D-</b> Competências que não foram promovidas na instituição para o desenvolvimento da autonomia	<b>D.1.</b> Gestão da Economia Doméstica	<p>“ (...) a gestão da economia doméstica, penso que é uma das coisas que que não é muito bem trabalhada ” (ET8)</p> <p>“ (...) A gestão de dinheiro, da semanada, o irmos às compras e elas compararem os preços, isso acho que é uma das coisas que tem que ser desenvolvidas ” (ET9)</p>	2	6
	<b>D.2.</b> Inserção na Sociedade	<p>“ (...) Era importante que elas tivessem alguma formação profissional de se inserirem na sociedade quando saírem ... e isso não depende só de nós cada vez mais os jovens têm dificuldades em arranjar um emprego em se autonomizar ” (ET8)</p> <p>“ (...) Porque muitas vezes também são elas que se auto-excluem. Muitas vezes, porque evitam participar nas actividades no exterior, muitas vezes não querem e também isso, tem que partir delas”. (ET9)</p> <p>“ (...) colocar uma carta no correio. Saberem pedir uma informação ...aah... e saber como devem pedir essa informação, acho que essa parte nós ainda não estamos a trabalhar. ” (ET11)</p>	3	
	<b>D.3.</b> Gestão de unidades Familiares	<p>“ (...) instituição organizar pequenas unidades familiares, não é pequenos grupos com uma pessoa a coordenar esse grupo a que pudesse funcionar o mais próximo possível de uma família, de um modelo o mais próximo de uma família” (ET8)</p>	1	
<b>E-</b> Motivos do não desenvolvimento de determinadas competências com vista à autonomia das jovens na instituição	<b>E.1.</b> Própria Sociedade e o Estado	<p>(...) a própria sociedade e os próprios governantes ahh vem esta resposta social como algo marginal, não ainda não se meteram dentro e eu acho [...] há aqui um grande trabalho a fazer as próprias instituições têm dificuldade em avançar por causa da incerteza da cooperação com o Estado, não sabemos como o Estado quer cooperar connosco, quer que a gente coopere com o Estado isso é uma das grandes dificuldades que eu vejo que existe hoje em dia na área da da... dos lares de infância e juventude, principalmente. ” (ET8)</p>	1	8

	<p><b>E.2.</b> Estrutura física da própria instituição</p>	<p>“(…) estrutura física da instituição com os recursos humanos e até com os recursos financeiros” (ET8)  “(…) Falta de tempo, às vezes de gestão e de organização, não é. Da própria instituição.” (ET9)  “(…) Tem mesmo a ver com a histórica, não é ... com a dinâmica da própria instituição, não é. Às vezes, há coisas que demoram muito tempo a serem mudadas [...] As regras de funcionamento da instituição não vão nesse sentido, vão no sentido oposto ... de impor, de ter, “eu hoje queria fazer isso, mas não pode ser isso porque é outra coisa que já está definida”, ou seja, nós próprios não criamos condições para elas se auto-afirmarem. Se nós não o fazemos aqui, que é o meio em que elas estão, que é a casa delas neste momento, depois queremos que elas sejam assim quando essas saírem daqui. Em um paradoxo, não é? (ET10)</p>	3	
	<p><b>E.3.</b> Ausência de uma equipa técnica antes da implementação do Plano Dom</p>	<p>“(…) a falta de equipa técnica, que a instituição não possuía durante algum tempo” (ET9)</p>	1	
	<p><b>E.4.</b> A Protecção fornecida na instituição às jovens</p>	<p>“(…) muitas vezes acho que acabamos por confundir autonomia com protecção, não é, nós protegemo-las, fazemos as coisas por elas ah para evitar que elas errem...”(ET8)  “(…) A protecção... exactamente não é... o que é que acontece, muitas vezes as jovens chegam aqui, “vamos protegê-las muito do mundo. Vamos protegê-las muito do mundo”, porque se calhar vêm de situações em que estiveram desprotegidas, mas acaba por se fazer exactamente o contrário, não é protegê-las, é desprepará-las [...] Essa protecção excessiva... mas não é só a protecção excessiva. Uma coisa que acontece, por exemplo, aqui nas instituições ... ah... devia-se dar mais oportunidade para as crianças, para as jovens tomarem decisões, serem autónomas no seu dia-a-dia, porque é isso que queremos que elas sejam lá fora” (ET10)  “(…) E se calhar às vezes quem está a trabalhar com essas jovens ou quem se calhar poderia ter mais oportunidade de lhe dizer como é que são algumas coisas lá fora, prefere fazer do que estar a ensinar [...] e em certas coisas, sei lá, às vezes, o facto de serem crianças desprotegidas, se calhar queremos protegê-las tanto, que acabamos por, de vez em quando, interferir na autonomia e na responsabilização delas. (ET11)</p>	3	
<p><b>F-</b> Procedimentos de realização do trabalho de autonomia na Instituição</p>	<p><b>F.1.</b> Capacidade de decidir de forma independente</p>	<p>“(…) actividades regulares, que elas têm que executar e que lhes vão servir para um dia mais tarde, quando tiverem a sua casa e não estiverem aqui, saberem como lidar com certas situações, por exemplo, saber gerir o seu espaço. Ah... Por exemplo ainda agora, estas miúdas estão habituadas a que se lhes diga, “agora vamos fazer isto, agora vamos fazer aquilo”, mas elas quando estiverem fora, elas vão ter que gerir o seu tempo. Quando eu disse a X, hoje és “responsável pela actividade. És tu que tens de preparar e organizar”, ela ficou quase, “mas e agora o que é que eu vou fazer”, apesar de ser uma vontade dela. Sem dúvida. O que nos dizem é: “Porque é que não fazemos isto, porque é que não fazemos aquilo” querem ser elas, reivindicam para elas esse poder, digamos assim. Mas depois têm-no, e não sabem lidar com isso. Porque não estão habituadas [...]”.(ET10)  “(…) Começamos a trabalhar com elas no sentido do que é que elas pensam, o que é que elas se vêm a fazer daqui por exemplo a uns x anos. Para elas, qual é a perspectiva delas para os futuro. E segundo essa perspectiva delas prever o que é que tem que se trabalhar, porque muitas das vezes elas: “Ai daqui a um x tempo quero estar a trabalhar e vou ganhar dinheiro suficiente para eu estar sozinha em casa”, mas às vezes o dinheiro que elas pensam que é suficiente não é! E começar a ver com elas esse... esse aspecto” (ET11)</p>	2	6
	<p><b>F.2.</b> Avaliação da participação das jovens nas actividades</p>	<p>“(…) grelha com vários itens à avaliar, não é, uma grelha que é por pontos. Temos vários, em análise, como a arrumação do quarto, o tratamento de roupa, a limpeza da roupa, a sala de estudo, a higiene pessoal, participação nas actividades, as relações interpessoais, cozinha e refeitório. É uma grelha em que vai contabilizar, não é, por cada item vai ser atribuído um ponto dependendo do desempenho da sua função..., para elas promoverem... desenvolverem a sua autonomia.” (ET9)  “(…) agora estamos a implementar uma tabela de avaliação onde elas próprias estão a começar a passar a roupa delas ...aah... começam também a lavar, a aprender a lavar à mão, porque elas também têm que perceber que, tudo bem que há a máquina de lavar, mas daqui à manhã pode não haver.” (ET11)</p>	2	

	<b>F.3.</b> Sessões de esclarecimento	“(…) sessões de esclarecimento, há palestras que ocorrem aqui na instituição, e isso, é um mecanismo de lhes dar informação, para elas próprias poderem usar a informação depois em actividades práticas na vida real [...] vertente do preparar-se para a vida. O que é que eu vou encontrar lá fora, não é, e como é que eu posso agir, como é que eu devo agir. E também,... não só nesse sentido, mas também no sentido de alertar as jovens e de dar informação sobre determinadas questões sociais, pronto que são gerais, não dizem respeito só às jovens, só às menores que estão institucionalizadas, mas à sociedade em geral, comportamentos de risco” (ET10)	1	
	<b>F.4.</b> Responsabilização nas Actividades da vida diária	“(…) elas começam logo a ter a sua autonomia na arrumação do quarto, ter a sua preocupação com a roupa...ah... ter... a nível de trabalho de cozinha, também começam logo a adquirir, a ter essa responsabilidade, onde se dividem por tarefas não é? As que já são mais velhas, se calhar em tarefas de lavar a loiça e arrumar a cozinha, as outras colocar refeição” (ET11)	1	
<b>G-</b> Recursos materiais com vista ao desenvolvimento da autonomia nas jovens	<b>G.1.</b> Reestruturação do espaço físico da instituição	“(…) a nossa instituição precisa de ser reestruturada fisicamente no imobilizado” (ET8) “(…) a reestruturação do edifício, que já está muito envelhecido, e ... precisava de uma certa, reformulação [...] pladur para que ele fique mais quente e traga um ambiente mais harmonioso e mais... para que elas se sintam bem aqui em casa .” (ET9) “(…) o próprio edifício, que é o edifício que já não é novo, que não está adaptado minimamente a esta realidade, não está, lá está, foi construído à 50 anos.” (ET10) “(…) ter minimamente um espaço reservado para a sua intimidade, isto é fundamental, num sítio com que se convive com tanta gente, é fundamental ter um espaço para a intimidade da pessoa. [...] Imaginando que havia obras no edifício, seria possível reestruturar o edifício, as suas divisões. Acho que era importante criar salas ou compartimentos específicos para determinadas actividades [...] espaços também, ateliers, onde elas pudessem experimentar situações da vida real, que depois vão ter de enfrentar lá fora. Onde se pudesse fazer simulação” (ET10) “(…) o que eu acho que seria importante era ... termos... termos tipo uma mini-residência, uma mini-casa, onde elas a partir, por exemplo, dos 16 começassem a ter lá todo o material necessário, para as poder preparar a nível doméstico e a nível de autonomia. Por exemplo, terem uma cozinha onde aquele grupo que estivesse perto dos 16 anos, pudesse cozinhar sozinhas, claro no início com supervisão, mas depois elas sós.” (ET11)	5	7
	<b>G.2.</b> Compra de electrodomésticos	“(…) certos electrodomésticos, como por exemplo, uma máquina de lavar a roupa que elas pudessem por a trabalhar e que pudessem elas mexer, que [...], mas uma onde elas pudessem realmente serem elas a por a máquina a lavar e verem como é que se põe e esses procedimentos todos, quais os programas que a máquina têm, um é para lãs, um é para ganga, prontos, serem ..., para elas poderem mesmo mexer. Porque por exemplo, uma torradeira para elas poderem fazer o seu pequeno almoço... ” (ET9) “(…) terem uma máquina de lavar só para elas [...] têm de fazer como se fosse a vossa casa. Têm que pensar que já têm 18 anos e têm que tratar de tudo como se já estivessem lá fora sozinhas a viver em casa.” (ET11)	2	
<b>H-</b> Recursos humanos necessários com vista ao desenvolvimento da autonomia nas jovens	<b>H.1.</b> Equipa educativa e pessoal auxiliar	“(…) recursos humanos, eu penso que a nossa instituição, está mais deficitária na equipa educativa” (ET8) “(…) Uma equipa educativa mais activa, mais coesa [...] monitores para fazer turnos porque é... essas duas pessoas que nós temos estão aqui 24 horas por dia, muitas vezes é saturaste e não estão sempre com estas jovens e ver aquilo que elas fazem realmente e o desempenho nas actividades em que elas são avaliadas, se tivéssemos monitores e por turnos, e ... já haveria mais um descanso mais disponibilidade e mais vontade para, ... para cooperarem com estas actividades ” (ET9) “(…) mais apoio do pessoal auxiliar, dos animadores, que integrassem a equipa educativa. ” (ET10) “(…) recursos humanos se calhar precisávamos de mais pessoas com mais disponibilidade para as poder acompanhar nesta primeira fase da supervisão. Acho que era essa... o que realmente precisávamos [...] certas actividades que fossem com a equipa educativa ” (ET11)	4	4
<b>I-</b> Limitações / obstáculos à promoção da autonomia nas jovens	<b>I.1.</b> A própria jovem	“(…) Os obstáculos são de vária ordem, ahhh.. uns são relacionados com as próprias jovens ... o elas estarem sempre a espera que um dia voltaram à família, dificulta a sua autonomia, ah se calhar a falta de auto-estima, de auto-confiança dificulta” (ET8) “(…) é a falta de motivação destas jovens que têm pela realização de tarefas que têm... não têm um alcance... de futuro... estão completamente desmotivadas, nada lhe interessa e às vezes isso torna-se um obstáculo no desempenho das actividades. ” (ET9) “(…) Quer pelas expectativas, pelas vivências das menores, quer pela própria ... os ideais [...] principal limitação está ligada às	4	6

		<p>próprias crianças. Porque uma criança [...] com uma imagem muito negativa de si própria, muito desconfiada em relação aquilo que a rodeia, em relação às pessoas que a rodeiam, não consegue estabelecer esta confiança para se poder aventurar, para poder arriscar, decidir por si só, ah pensar, não é, e afirmar-se” (ET10)</p> <p>“(…) o principal obstáculo é também a resistência delas, de quererem aprender. É um dos principais obstáculos, e falo por mim, que tenho muita dificuldade em fazer-lhes ver que há certas coisas..., elas têm que aprender porque lá fora não vai haver ninguém a fazer por elas.” (ET11).</p>		
	<b>I.2.</b> A própria sociedade e os procedimentos legais morosos	<p>“(…) as próprias condições da sociedade, não tem dificultado esta autonomia, muitas vezes a sociedade tem dificuldade em ... e nos meios pequenos, isto é agravado pelo meio pequeno [...] penso que seria necessário que a intervenção com os jovens fosse mais precoce, as Comissões de Crianças e Jovens, a Segurança Social, os Tribunais são máquinas um pouco lentas e quando é sinalizado uma criança ou uma jovem ... já quando se fala de autonomia é mais com as jovens, ahhh deixa-se passar muito tempo, deixa-se que a jovem seja marcada com muitos aspectos negativos até que haja uma intervenção e eu penso que haverá algo a fazer a nível de política de intervenção nas áreas dos menores. [...] os procedimentos legais que têm que se ter e que por vezes se atrasam os processos...” (ET8)</p>	1	
	<b>I.3.</b> A Falta de Assertividade pela Equipa Educativa	<p>“(…) por parte da equipa educativa, a falta de assertividade que muitas vezes isso também nos traz muitas limitações porque nem toda a gente vai por aquilo que é acordado. Quando uma pessoa não vai por aquilo que é acordado, as miúdas também, ... não é, vêm que as coisas não estão a correr, de certa forma, como deveriam e isso também nos traz limitações, não é, ... porque mais desmotivadas ficam muitas vezes” (ET9)</p>	1	
<b>J-</b> Actividades/ estratégias ideais para a promoção da autonomia nas jovens	<b>J.1.</b> Desenvolver um Modelo o mais parecido com uma família	<p>“(…) Eu penso para se desenvolver as autonomia ...ah... têm que se ter o modelo o mais parecido com uma família, ahhh, e para isto funcionar é preciso repensar tudo o que o próprio formato dos lares de infância e juventude [...] primeiro, o modelo ah o mais parecido com uma família” (ET8)</p>	1	5
	<b>J.2.</b> Actividades no exterior, com as entidades públicas através de simulações	<p>“(…) Actividades essencialmente no exterior da instituição, como por exemplo ir a um banco, onde elas pudessem abrir uma conta, como é que se abre uma conta. Esse tipo de procedimentos num banco, como nos correios, ... o escrever uma carta ... como se põe lá uma carta, como é que isso se faz. Ir ao Instituto de Segurança Social, ver o que é que o instituto nos oferece e quais os serviços que podemos usufruir dele. Tal como o Registo civil e ... essencialmente actividades no exterior.” (ET9)</p> <p>“(…) de simularem situações para depois elas poderem aplicar na vida real acho que fazia falta. Porque vai haver inúmeras situações, é verdade, por mais que se façam simulações nunca vai ser igual. Pode não ser, mas elas vão estar melhor preparadas ” (ET10)</p>	2	
	<b>J.3.</b> Uma Intervenção precoce e individual para o desenvolvimento da autonomia nas Jovens	<p>“(…) acho que a autonomia tem que ser trabalhada de uma forma individual, individualizada e não de uma forma colectiva e depois ser feito de uma forma precoce ” (ET8)</p> <p>“(…) Eu acho que o importante era começar por exemplo muito antes dos 14 anos, começar a delegar-lhes alguma autonomia ... autonomia em cada uma delas. Claro que não é autonomia que se começa a delegar já com 18 anos, mas em coisas mais simples. Porque eu acho que a autonomia é uma coisa que se vai trabalhando e elas aqui na instituição são muito pouco autónomas, elas têm... elas sentem ... sentem necessidade de perguntar” (ET11)</p>	2	

## Anexo VII. Planificação das actividades realizadas e respectivas grelhas de observação directa

Tema: Acompanhamento no estudo		
Público-alvo	Jovens dos 14 aos 17 anos	
Competências	- Estimular o estudo - Proporcionar métodos de estudos, traduzido através de um acompanhamento individual às jovens	
Estratégias	Acompanhamento individualizado nas disciplinas Português, História, Geografia e Ciências naturais e línguas estrangeiras e área de Integração (componente de formação sociocultural - curso profissional)	
Recursos	Materiais: Manuais escolares; cadernos, lápis, canetas e computador, internet Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica	
Actividades	Realização dos Trabalhos para Casa (TPC)	Preparação para testes escritos
Calendarização	08/10/10- 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano e 11.ºano 13/10/10 -7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano e 11.ºano 20/10/10 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 10/11/10 - 7.º Ano e 9.º ano 24/11/10 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano e 11.ºano 30/11/10 - 8.º ano e 9.º ano 12/01/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 20/01/11 - 9.º ano e 11.ºano 22/01/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 26/01/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 01/02/11 - 7.º Ano e 9.º ano 03/02/11 - 9.º ano e 11.ºano 09/02/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 15/02/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 22/02/11 - 7.º Ano; 8.º ano; 9.º ano 15/03/11 - 7.º Ano e 9.º ano 19/03/11 - 8.º ano; 9.º ano e 11.ºano 05/04/11 - 8.º ano e 9.º ano	30/10/10 - 8.º ano - Ciências Naturais 3/11/10 - 9.º ano - Geografia 6/11/10 - 7.º ano - História 20/11/10 - 9.º ano - História 4/12/10 - 11.º ano - Área de Integração (Componente de Formação Sociocultural) 7/12/10 - 7.º ano - Português 8/12/10 - 8.º ano - História 11/12/10 - 9.º ano - Francês 24/02/11 - 7.º ano - Geografia 01/03/11 - 11.º ano - Área de Integração (Componente de Formação Sociocultural) 03/03/11 - 9.º ano - Geografia 22/03/11 - 11.º ano - Área de Integração (Componente de Formação Sociocultural)- Área de Integração (Componente de Formação Sociocultural) 29/03/11 - 9.º Ano - História
Avaliação	Grelha de observação directa Auto-avaliação das jovens através do preenchimento de um inquérito por questionário	

### Grelha de observação directa

Trabalhos Para Casa (TPC)			
Jovem	Participação na realização dos TPC	Motivação	Aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

### Grelha de observação directa

Preparação para testes escritos				
Jovem	Participação na definição de um plano de trabalho	Iniciativa para tirar dúvidas e discutir temas da matéria	Organização do tempo durante o estudo	Aprendizagem dos conceitos da matéria
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

<b>Tema: Alimentação</b>			
<b>Público-alvo</b>	Jovens dos 14 aos 17 anos		
<b>Competências</b>	- Conhecer a importância de uma alimentação equilibrada e as consequências de uma alimentação não saudável	- Exemplificar como se confeccionam refeições, inclusive pratos escolhidos pelas jovens - Discutir a importância de regras de higiene na preparação de refeições	- Realizar lista de compras necessárias para confecção de uma refeição - Comparar preços dos diferentes produtos - Verificar o preço <i>versus</i> a qualidade do produto - Conservar o talão de compras
<b>Estratégias</b>	- Através de uma sessão informativa: sobre a “Alimentação saudável”, solicitou-se uma reflexão às jovens partindo do mote “Sei comer?”. - Realização de proposta de trabalho: “Construção da roda dos alimentos” - Constituídos três grupos de trabalho - Pesquisa na internet sobre os grupos alimentares da roda dos alimentos - Imprimir as imagens dos alimentos. - Construção da roda em grupo	Acompanhamento dos três grupos de trabalho (2jovens + 2jovens + 3 jovens) que alternadamente prepararam as refeições para todos os 15 elementos da Instituição  As jovens seleccionam e confeccionam três ementas preferidas	- Realização da proposta de trabalho: “Vamos ao Supermercado”: - Compra dos ingredientes da ementa do prato preferido - Percepção dos preços dos produtos <i>versus</i> qualidade
<b>Recursos</b>	Materiais: computador; vídeo projector e tela branca; internet e cartolina, lápis de cor, marcadores, imagens de alimentos, impressora, cola  Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica	Materiais: Ingredientes para as ementas; toucas, aventais e luvas descartáveis. Humanos: Estagiária e um elemento da equipa educativa	Materiais: Hipermercado de um concelho vizinho; Carrinha para o transporte; papel e caneta.  Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica
<b>Actividades</b>	Como comer correctamente	Confecção de refeições	Ir ao supermercado
<b>Calendarização</b>	16/10/10 23/10/10 06/11/10 20/11/10 04/12/10	23/10/10 06/11/10 13/11/10 20/11/10 04/12/10 11/12/10 15/01/11 29/01/11 05/02/11 12/02/11 19/02/11 26/02/11 02/04/11	22/03/11 26/03/11
<b>Avaliação</b>	Grelha de observação directa Auto-avaliação das jovens através do preenchimento de um do inquérito por questionário		

#### Grelha de observação directa

<b>Como comer correctamente?</b>				
Jovem	Sabe como comer correctamente?	Conhece as consequências de uma alimentação não saudável	Participa na construção da roda dos alimentos	Sabe distinguir os vários grupos alimentares da roda de alimentos
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

#### Grelha de observação directa

<b>Preparação de refeições</b>						
Jovem	Participação	Motivação	Trabalho em equipa	Adaptação a novas tarefas	Participação nas escolhas das refeições	Cumprir as regras de higiene e segurança
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

**Grelha de observação directa**

<b>Ir ao supermercado</b>				
Jovem	Participação	Motivação	Consegue comprar os ingredientes certos para a confecção da refeição	Efectua uma escolha ponderada tendo em conta a qualidade/ preço dos produtos
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

<b>Tema: Gestão Doméstica</b>			
Público-alvo	Jovens dos 14 aos 17 anos		
Competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Explicitar a definição do orçamento familiar e como estabelecer prioridades;</li> <li>- Sublinhar a importância de uma boa gestão da economia doméstica</li> <li>- Explicar as regras de poupança na alimentação, água, energia eléctrica, gás e telefone;</li> <li>-Elaborar um plano de pagamento das despesas habitacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Sensibilizar as jovens para o uso adequado do dinheiro;</li> <li>-Esclarecer as formas de poupar dinheiro;</li> <li>-Dar a conhecer as formas de pagamento em prestações e a crédito;</li> <li>- Indicar às jovens quais os locais de pagamento das contas domésticas;</li> <li>- Explicitar que facturas é que terão que pagar quando estiverem na própria casa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionar a importância de cuidar da higiene da roupa com a aparência estética;</li> <li>- Explicar como cuidar e passar a roupa.</li> </ul>
Estratégias	<p>Sessão informativa: “Gestão doméstica” promovida pela estagiária.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização da proposta de trabalho: “Gestão doméstica”</li> <li>- É atribuído às jovens um salário fictício de 500€, questiona-se quais seriam as despesas prioritárias e o que lhes aconteceria se não pagassem essas despesas.</li> </ul>	<p>Sessões informativas: “Poupar dinheiro”; “Meios de Pagamento” e “Onde pagar as minhas contas?”</p> <p>Realização de propostas de trabalho sobre as sessões informativas.</p> <p>Esclarecimento de dúvidas</p>	<p>Acompanhamento individualizado as jovens para passarem pelo menos duas peças a ferro.</p>
Actividades	Gestão do orçamento familiar	Gestão de recursos financeiros	Passar a ferro
Recursos	<p>Materiais: Computador, vídeo projector e tela branca e papel, caneta, lápis</p> <p>Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica</p>	<p>Materiais: Computador, vídeo projector e tela branca e papel, caneta, lápis</p> <p>Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica</p>	<p>Materiais: Ferro e tábua de engomar e peças de roupa</p> <p>Humanos: Estagiária e um elemento da equipa educativa</p>
Calendarização	<p>12/01/11</p> <p>15/01/11</p> <p>29/01/11</p> <p>05/02/11</p>	<p>05/02/11</p> <p>12/02/11</p> <p>19/02/11</p> <p>22/02/11</p> <p>26/02/11</p>	<p>05/02/2011</p> <p>19/02/2011</p> <p>26/02/2011</p> <p>02/04/2011</p>
Avaliação	<p>Grelha de observação directa</p> <p>Auto-avaliação das jovens através do preenchimento de um do inquérito por questionário</p>		

**Grelha de observação directa**

Gestão do orçamento familiar / Gestão de recursos financeiros							
Jovem	Participação	Motivação	Define prioridades na elaboração do orçamento familiar	Conhece as regras de poupança	Sabe quais os meios de pagamento existentes	Identifica correctamente as facturas das contas domésticas	Conhece os locais de pagamento das contas domésticas
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

**Grelha de observação directa**

Passar a ferro						
Jovem	Participação	Motivação	Compreende a importância de cuidar da higiene da roupa com a aparência estética	Passa com ferro com perfeição	Dobra a roupa e arruma-a convenientemente	Cumprir as regras de segurança
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

**Tema: Comportamentos pessoais e sociais**

Tema: Comportamentos pessoais e sociais			
Público-alvo	Jovens dos 14 aos 17 anos		
Competências	Alertar as jovens para a importância da higiene do seu corpo;  Sensibilizar para os comportamentos de higiene socialmente aceites.	- Sensibilizar as jovens para adopção de comportamentos - sexualmente responsáveis; Discutir o uso de contraceptivos para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e para prevenir gravidez indesejada.	- Sensibilizar as jovens para os efeitos nefastos do consumo de álcool, tabaco e drogas; - Prevenir comportamentos de risco; - Informar as jovens sobre as consequências negativas dessas substâncias.
Estratégias	Análise e debate sobre os problemas sentidos pelas jovens sobre estes temas e explicar como proceder em determinadas situações		
Actividades	Higiene Pessoal	Sexualidade e métodos contraceptivos	Não ao álcool, tabaco e drogas
Recursos	Materiais: Computador; vídeo projector e tela branca, pasta, escova de dentes, fio dental dentário e folheto informativo sobre a saúde oral Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica duas profissionais de saúde dentária (médica e assistente)	Materiais: Computador; Vídeo projector; tela branca; <i>kit</i> com métodos contraceptivos; folhetos informativos sobre o vírus –SIDA e filme Filadélfia Humanos: Estagiária, elementos da equipa técnica, profissionais de saúde (médica e enfermeira)	Materiais: Computador e vídeo projector e tela branca.  Humanos: Estagiária e elementos da equipa técnica
Calendarização	11/12/10 12/03/10	18/11/10 01/02/11 19/02/11	05/01/11 08/01/11 15/01/11 19/01/11 22/01/11
Avaliação	Grelha de observação directa Auto-avaliação das jovens através do preenchimento de um do inquérito por questionário		

**Grelha de observação directa**

<b>Higiene Pessoal</b>			
Jovem	Participação	Motivação	Tem hábitos de higiene?
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

**Grelha de observação directa**

<b>Sexualidade e métodos contraceptivos</b>			
Jovem	Conhece as consequências da adopção de comportamentos sexuais irresponsáveis	Conhece os métodos contraceptivos existentes	Participação no debate de ideias
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

**Grelha de observação directa**

<b>Não ao álcool, drogas e tabaco</b>				
Jovem	Participação	Motivação	Sensibilidade ao tema	Conhece as consequências negativas dessas substâncias
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

Tema: Inserção na vida activa		
Público-alvo:	Jovens dos 14 aos 17 anos	
Competências	Construir um projecto de vida	- Elaborar uma carta de apresentação e um curriculum vitae - Preparar as jovens para uma entrevista de emprego - Informar as jovens de sites de procura de ofertas de emprego - Esclarecer as jovens como é ter um emprego/trabalho, quais os seus direitos e deveres como trabalhadoras.
Estratégias	Realização de uma sessão de trabalho sobre o tema "Imaginar o futuro". Foi solicitado às jovens a realização de uma redacção tendo como premissa perspectivar o seu futuro a 10 anos. Foi também realizada uma discussão do grupo sobre o tema.	- Sessão informativa sobre "Como procurar emprego?" - Solicita-se às jovens "Qual o anúncio de emprego que vai ao encontro das tuas perspectivas futuras?" do Jornal de Notícias.  - Sessão informativa: "O Currículo" - Elaboração do "Meu currículo" - Role- playing: "Simulação de uma entrevista de emprego" Para uma oferta de rececionista de uma clínica. - Reflexão sobre como comportar-se numa entrevista: o que não devem fazer; aspectos que poderão ser abordados na entrevista, tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado
Actividades	Imaginar o futuro	Simulação de técnicas de procura de emprego
Recursos	Materiais: Papel, Caneta, lápis Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica	Materiais: Computador; Internet; Vídeo projector e tela branca; Papel, Caneta, lápis; anúncios do "Jornal de Notícias" dos dias 29 Janeiro e 12 de Fevereiro de 2011 Humanos: Estagiária e um elemento da equipa técnica
Calendarização	15/12/10 17/12/10	20/01/11 22/01/11 29/01/11 12/02/11 26/02/11 12/03/11 26/03/11
Avaliação	Grelha de observação directa Auto-avaliação das jovens através do preenchimento de um inquérito por questionário	

#### Grelha de observação directa

Imaginar o futuro			
Jovem	Transmite activamente o seu projecto de vida	Adquire capacidades de reflectir sobre o tema	Interioriza uma perspectiva mais realista de abordar os planos para o seu futuro
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

#### Grelha de observação directa

Simulação de técnicas de procura de emprego						
Jovem	Participação	Motivação	Elabora correctamente uma carta de apresentação e um CV	Elabora correctamente um CV	Sabe seleccionar o anúncio de emprego de acordo com as suas possibilidades	Comporta-se adequadamente numa entrevista
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

Escala: 1-Mau; 2-Insuficiente; 3- Suficiente; 4- Bom e 5- Muito Bom

## Anexo VIII. Inquérito por questionário às jovens



Inquérito por questionário sobre avaliação das actividades desenvolvidas na instituição com vista ao desenvolvimento da autonomia das jovens institucionalizadas

Este inquérito por questionário tem como finalidade recolher a opinião sobre as actividades desenvolvidas na instituição com vista ao desenvolvimento da autonomia das jovens institucionalizadas.

Todos os dados recolhidos serão anónimos e confidenciais.

### I. DADOS PESSOAIS

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Naturalidade: \_\_\_\_\_
3. Ano de escolaridade que frequentas: \_\_\_\_\_

### II. AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. As actividades realizadas foram organizadas convenientemente (assinala com um X as respostas).

Actividades Realizadas	Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Discordo plenamente	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confecção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao álcool, tabaco e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**2. As actividades realizadas despertaram interesse (assinala com um X as respostas).**

Actividades Realizadas	Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Discordo plenamente	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confecção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao álcool, tabaco e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**3. As actividades foram motivantes (assinala com um X as respostas).**

Actividades Realizadas	Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Discordo plenamente	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confecção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao álcool, tabaco e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

4. Qual das actividades consideras ser **mais útil** para a tua autonomia (assinala com um **X** três respostas).

Actividades Realizadas	Assinala com um X três respostas
1. Realização dos TPC	
2. Preparação para testes escritos	
3. Como comer correctamente	
4. Confecção de refeições	
5. Ir ao supermercado	
6. Higiene Pessoal	
7. Sexualidade e métodos contraceptivos	
8. Não ao álcool, tabaco e drogas	
9. Gestão do orçamento familiar	
10. Gestão de recursos financeiros	
11. Passar a ferro	
12. Imaginar o futuro	
13. Simulação de técnicas de procura de emprego	

5. Qual das actividades consideras ser **menos útil** para a tua autonomia (assinala com um **X** três respostas).

Actividades Realizadas	Assinala com um X três respostas
1. Realização dos TPC	
2. Preparação para testes escritos	
3. Como comer correctamente	
4. Confecção de refeições	
5. Ir ao supermercado	
6. Higiene Pessoal	
7. Sexualidade e métodos contraceptivos	
8. Não ao álcool, tabaco e drogas	
9. Gestão do orçamento familiar	
10. Gestão de recursos financeiros	
11. Passar a ferro	
12. Imaginar o futuro	
13. Simulação de técnicas de procura de emprego	

6. Qual das actividades gostaste mais? Porquê?

---



---



---



---

7. Enumera 3 sugestões, para outras actividades, com vista ao desenvolvimento da tua autonomia.

---



---



---

### III. AUTO-AVALIAÇÃO DO TEU DESEMPENHO NAS ACTIVIDADES REALIZADAS

**1. As tuas expectativas antes da realização das actividades foram (assinala com um X as respostas):**

Actividades Realizadas	Muitas	Algumas	Poucas	Nenhumas	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confeção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao tabaco, álcool e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**2. A tua motivação antes da realização das actividades foi (assinala com um X as respostas):**

Actividades Realizadas	Muitas	Algumas	Poucas	Nenhumas	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confeção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao tabaco, álcool e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**3. A tua motivação durante a realização das actividades foi (assinala com um X as respostas):**

Actividades Realizadas	Muitas	Algumas	Poucas	Nenhumas	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confeção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao tabaco, álcool e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**4. A tua participação nas actividades realizadas foi (assinala com um X as respostas):**

Actividades Realizadas	Muitas	Algumas	Poucas	Nenhumas	Não Sabe Não Responde
1. Realização dos TPC					
2. Preparação para testes escritos					
3. Como comer correctamente					
4. Confeção de refeições					
5. Ir ao supermercado					
6. Higiene Pessoal					
7. Sexualidade e métodos contraceptivos					
8. Não ao tabaco, álcool e drogas					
9. Gestão do orçamento familiar					
10. Gestão de recursos financeiros					
11. Passar a ferro					
12. Imaginar o futuro					
13. Simulação de técnicas de procura de emprego					

**Obrigado pela tua colaboração!**